

Kinea

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DO

KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

CNPJ/MF nº 27.782.774/0001-78

No montante total de

R\$300.000.000,00

(trezentos milhões de reais)

Classificação ABVCAP/ANBIMA: Diversificado Tipo 3

Classificação CVM: Multiestratégia

Código ISIN: BRKNPVCTF004

Registro da Oferta na CVM: CVM/SRE/RFP/2017/004

COORDENADOR LÍDER



ADMINISTRADOR



GESTOR

Kinea

uma empresa 

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DO KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

CNPJ/MF nº 27.782.774/0001-78
Classificação ABVCAP/ANBIMA: Diversificado Tipo 3
Classificação CVM: Multiestratégia
Código ISIN: BRKNPVCTF004
Registro da Oferta na CVM: CVM/SRE/RFP/2017/004

O KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 27.782.774/0001-78 ("Fundo"), fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 578, de 30 de agosto de 2016 ("Instrução CVM 578/16"), realizará sua primeira emissão e distribuição pública de 300.000.000 (trezentos milhões) de cotas, nominativas e escriturais ("Cotas") que poderá ser acrescida em virtude do exercício da Opção de Lote Adicional e da Opção de Lote Suplementar (conforme definido abaixo), com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real) por Cota ("Primeira Emissão" e "Oferta"), perfazendo o montante total de:

R\$300.000.000,00
(trezentos milhões de reais)

O Fundo é administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar, Jardim Paulistano, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.675.095/0001-10, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 12.444, de 02 de julho de 2012 ("Administrador"). O Fundo tem sua carteira de investimentos ("Carteira") gerida pela Kinea Private Equity Investimentos S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.661.817/0001-61, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme o Ato Declaratório nº 13.189, de 01 de agosto de 2013 ("Gestor").

O Fundo foi constituído por meio do instrumento particular de constituição firmado mediante ato único do Administrador em 12 de maio de 2017 e registrado na mesma data perante o 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade São Paulo, Estado do São Paulo, sob o nº 1.431.252, o qual aprovou a Oferta. O registro de funcionamento do fundo perante a CVM foi concedido automaticamente em 31 de julho de 2017, ocasião em que foram disponibilizados os documentos exigidos pela Instrução CVM 578/16 por meio do Sistema de Gestão de Fundos Estruturados (SGF), nos termos do Ofício-Circular nº 2/2017/SIN/CVM. A versão do regulamento em vigor nesta data foi aprovada mediante ato único do Administrador em 6 de novembro de 2017 e registrada na mesma data perante o 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade São Paulo, Estado do São Paulo, sob o nº 1.444.438 ("Regulamento"). O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539/13") e da Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, conforme alterada, emitida pelo Ministério da Previdência Social ("Portaria 519"), aplicável especificamente aos Regimes Próprios da Previdência Social ("RPPS"), que possuam relacionamento comercial com sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder.

O Fundo possui prazo de duração de 10 (dez) anos, contados da primeira integralização de cotas, podendo ser prorrogado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ("Prazo de Duração"). O Fundo tem por objetivo a valorização, a longo prazo, de seu capital, por meio da aplicação de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento em participações, especificamente em cotas classe D de emissão do Kinea Private Equity IV Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo Investido" e "Cotas Classe D", respectivamente). O Fundo Investido, por sua vez, tem como objetivo o obter retornos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto ou fechado, constituídas e existentes de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, observados os termos e condições estabelecidos no seu respectivo regulamento.

As Cotas serão objeto de distribuição pública primária, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores ("Instrução CVM 400/03"), exclusivamente no mercado brasileiro, coordenada pelo Itaú Unibanco S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Coordenador Líder"). A Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 400/03. A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição de, no mínimo, 50.000.000 (cinquenta milhões) de Cotas, totalizando o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ("Montante Mínimo da Oferta"). Após atingido o Montante Mínimo da Oferta, a Oferta poderá ser encerrada a qualquer momento, conforme decidido pelo Coordenador Líder, em conjunto com o Gestor. Caso não venha a ser captado o Montante Mínimo da Oferta até o 90º (nonagésimo) dia contado da data de divulgação do anúncio de início da Oferta, a mesma será automaticamente cancelada. Além disso, no âmbito da oferta, cada investidor deverá subscrever o montante mínimo de 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) Cotas, totalizando um montante mínimo de investimento por investidor de R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) ("Montante Mínimo por Investidor"). As Cotas serão integralizadas nos termos do Compromisso de Investimento celebrado por cada investidor quando da subscrição das Cotas.

Se houver excesso de demanda, o Fundo poderá fazer uso da faculdade prevista no parágrafo 2º do artigo 14, da Instrução CVM 400/03, e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade de cotas inicialmente ofertada, sem a necessidade de nova aprovação ou novo registro perante a CVM ("Opção de Lote Adicional"). Além disso, o Coordenador Líder poderá, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, distribuir um lote suplementar de cotas, de até 15% (quinze por cento) da quantidade de cotas inicialmente ofertada (sem considerar as cotas da Opção de Lote Adicional) ("Opção de Lote Suplementar"). As Cotas decorrentes da Opção de Lote Adicional e da Opção de Lote Suplementar, acima referidas, poderão ser emitidas, total ou parcialmente, durante o período de colocação, nas mesmas condições das Cotas inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.

O Hurdle utilizado como parâmetro para pagamento de taxa de performance é correspondente à variação do IPCA acrescida de rentabilidade de 6% (seis por cento) ao ano. O HURDLE MENCIONADO NÃO REPRESENTA E NEM DEVE SER CONSIDERADO COMO UMA PROMESSA, GARANTIA OU SUGESTÃO DE RENTABILIDADE OU ISENÇÃO DE RISCOS PARA OS COTISTAS POR PARTE DO ADMINISTRADOR OU DO GESTOR. ADEMAIS, DIVERSOS FATORES PODERÃO AFETAR A RENTABILIDADE DO FUNDO, NOTADAMENTE CONFORME DESCRITO NO REGULAMENTO E NESTE PROSPECTO. O INVESTIMENTO NO FUNDO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. OS INVESTIDORES DEVEM LER ATENTAMENTE A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 63 A 70 DESTA PROSPECTO. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e, consequentemente, para o investidor. A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. O FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DO COORDENADOR LÍDER, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC. A Oferta e as Cotas não contam com classificação de risco. Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido. A OFERTA NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE BUSQUEM RETORNO DE CURTO PRAZO E/OU NECESSITEM DE LIQUIDEZ EM SEUS INVESTIMENTOS.

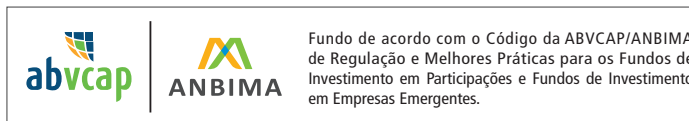
AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTA PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

Todo cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor, inclusive podendo resultar na obrigação do investidor em aportar recursos adicionais àqueles investidos inicialmente, e que fez sua própria pesquisa, avaliação e investigação independentes sobre o Fundo e, considerando sua situação financeira e objetivos de investimento, tomou a decisão de prosseguir com a subscrição de Cotas, tendo acesso a todas as informações que julgou necessárias à tomada da decisão de investimento nas Cotas.

NÃO HÁ GARANTIAS DE QUE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO QUANDO DA AMORTIZAÇÃO E/OU RESGATE TOTAL DE SUAS COTAS SERÁ O MAIS BENEFÍCIO DENTRE OS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA VIGENTE. PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE A TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO E AO FUNDO, VIDE ITEM "TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS" DA SEÇÃO "CARACTERÍSTICAS DO FUNDO", NAS PÁGINAS 61 E 62 DESTA PROSPECTO, RESPECTIVAMENTE.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DA ABVCAP E DA ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTA FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, DA ABVCAP OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO SEU ADMINISTRADOR, DE SEU OBJETIVO E DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS OU, AINDA, DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS. A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.



COORDENADOR LÍDER



ADMINISTRADOR



LIONSTRUST
Fund Administration Services

GESTOR

Kinea

uma empresa Itaú

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES.....	5
2. IDENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO COORDENADOR LÍDER E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	11
2.1. Informações sobre as Partes	11
3. SUMÁRIO DA OFERTA	13
3.1. Sumário das Características da Oferta	13
3.2. Disponibilização do Prospecto	21
4. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	22
4.1. Características Básicas	22
4.1.1. Autorização.....	22
4.1.2. Regime da Oferta.....	22
4.1.3. Público Alvo da Oferta	22
4.1.4. A Oferta.....	22
4.1.5. Registro da Oferta	23
4.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Cotas, Preço de Subscrição e Prazo de Colocação.....	23
4.1.7. Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas	23
4.1.8. Distribuição Parcial e Subscrição Condicionada.....	24
4.1.9. Classificação de Risco.....	24
4.1.10. Divulgação de Informações sobre a Oferta	24
4.1.11. Cronograma Indicativo de Etapas da Oferta	25
4.1.12. Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta	25
4.1.13. Suspensão e Cancelamento da Oferta	26
4.1.14. Declaração de Inadequação	26
4.1.15. Registro das Cotas para Distribuição e Negociação	26
4.2. Custos da Oferta	27
4.2.1. Contrato de Distribuição.....	27
4.2.2. Remuneração do Coordenador Líder da Oferta	28
4.2.3. Procedimento de Distribuição.....	28
4.2.4. Plano de Distribuição.....	29
4.2.5. Início e Encerramento da Distribuição das Cotas no Mercado	29
4.2.6. Destinação de Recursos.....	29
4.3. Outras Informações	31
4.3.1. Informações Adicionais	31
4.4. Declarações do Coordenador Líder e do Fundo	31
5. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	32
5.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração.....	32
5.2. Público Alvo e Montante Mínimo	32

5.3. Objetivo e Política de Investimento	33
<i>5.3.1. Objetivo, Características e Política de Investimento do Fundo Investido</i>	34
5.4. Período de Investimento e Período de Desinvestimento	35
5.5. Características, Direitos e Amortização das Cotas	35
<i>5.5.1. Características das Cotas e Direitos Patrimoniais</i>	35
<i>5.5.2. Valor das Cotas</i>	35
<i>5.5.3. Direito de Voto das Cotas</i>	36
<i>5.5.4. Patrimônio Mínimo</i>	36
<i>5.5.5. Distribuição e Subscrição de Cotas.....</i>	36
<i>5.5.6. Integralização das Cotas</i>	37
<i>5.5.7. Inadimplência dos Cotistas</i>	37
<i>5.5.8. Emissão de Novas Cotas</i>	38
<i>5.5.9. Amortização e Resgate de Cotas</i>	38
<i>5.5.10. Distribuição e Negociação das Cotas.....</i>	39
5.6. Liquidação e Procedimentos para Liquidação do Fundo.....	41
5.7. Avaliação do Patrimônio Líquido	41
5.8. Demonstrações Contábeis do Fundo	42
5.9. Exercício Social do Fundo	42
5.10. Assembleia Geral de Cotistas.....	42
5.11. Administração e Gestão	46
<i>5.11.1. Administrador</i>	46
<i>5.11.2. Obrigações e Responsabilidades do Administrador</i>	46
<i>5.11.3. Substituição do Administrador</i>	48
5.12. Gestão	49
<i>5.12.1. Gestor</i>	49
<i>5.12.2. Obrigações e Responsabilidades do Gestor.....</i>	49
<i>5.12.3. Substituição do Gestor.....</i>	52
<i>5.12.4. Custódia e Escrituração</i>	53
5.13. Remuneração do Administrador e Demais Despesas do Fundo	53
<i>5.13.1. Taxa de Administração</i>	53
<i>5.13.1.1. Taxa de Administração do Fundo Investido</i>	54
<i>5.13.2. Taxa de Performance.....</i>	54
<i>5.13.3. Despesas e encargos do Fundo.....</i>	55
5.14. Política de Divulgação de Informações	57
5.15. Situações de Conflito de Interesses	58
5.16. Comitê de Acompanhamento.....	59
5.17. Solução de Conflitos	61
5.18. Regras de Tributação	61
<i>5.18.1. Tributação Aplicável ao Fundo.....</i>	61
<i>5.18.2. Tributação Aplicável aos Cotistas – Residentes No Brasil.....</i>	62

6. FATORES DE RISCO.....	63
7. BREVE HISTÓRICO DO COORDENADOR LÍDER, DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR	71
7.1. Breve Histórico do Administrador.....	71
7.2. Breve Histórico do Gestor	71
7.2.1. O Corpo Técnico do Gestor	72
7.3. Breve Histórico do Coordenador Líder	74
8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA	75
8.1. Relacionamentos do Administrador.....	75
8.1.1. Relacionamento do Administrador com o Gestor:.....	75
8.1.2. Relacionamento do Administrador com o Coordenador Líder:.....	75
8.2. Relacionamentos do Gestor:.....	76
8.2.1. Relacionamento do Gestor com o Coordenador Líder	76
9. INFORMAÇÕES RELEVANTES	77
9.1. Esclarecimentos a respeito do Fundo e da Oferta	77
ANEXOS	79
Anexo I – Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	81
Anexo II – Declaração do Fundo (Art. 56 da Instrução CVM 400/03)	127
Anexo III – Declaração do Coordenador Líder (Art. 56 da Instrução CVM 400/03).....	131
Anexo IV – Modelo do Boletim de Subscrição	135
Anexo V – Regulamento do Fundo Investido	141

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões em letra maiúscula utilizados neste Prospecto terão os significados atribuídos a eles abaixo.

Abvcap significa a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital.

Acordo de Coinvestimento e Voto significa o “Acordo de Coinvestimento e de Voto do Kinea Private Equity IV Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia”, firmado entre o Gestor, cada Veículo de Investimento Feeder e os demais investidores que venham a se tornar subscritores de cotas do Fundo Investido ou dos Veículos de Investimento Feeder, que regula, dentre outras matérias, as regras de governança, chamadas de capital e o processo de deliberação das Matérias Qualificadas Master.

Administrador significa a **Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar, Jardim Paulistano, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.675.095/0001-10, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 12.444, de 02 de julho de 2012.

Anbima significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Anúncio de Encerramento significa o anúncio informando o resultado da Oferta, a ser divulgado nas páginas da rede mundial de computadores do Coordenador Líder, do Administrador, da B3 e da CVM, nos termos dos artigos 29 e 54-A da Instrução CVM 400/03.

Anúncio de Início significa o anúncio de início da Oferta, a ser divulgado nas páginas da rede mundial de computadores do Coordenador Líder, do Administrador, da B3 e da CVM, nos termos dos artigos 29 e 54-A da Instrução CVM 400/03.

Assembleia Geral de Cotistas significa a assembleia geral de Cotistas do Fundo.

Aviso ao Mercado significa o aviso que antecede ao Anúncio de Início, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400/03.

B3 significa a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (Segmento CETIP UTM).

Boletins de Subscrição significa os boletins de subscrição por meio dos quais cada investidor subscreverá Cotas.

Capital Autorizado significa as eventuais novas emissões de Cotas ocorridas mediante simples deliberação do Administrador, limitadas a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Capital Integralizado significa o valor total nominal em reais aportado pelos Cotistas no Fundo.

Capital Subscrito significa o valor total constante dos Boletins de Subscrição firmados pelos investidores do Fundo, a título de subscrição de Cotas independentemente de sua efetiva integralização.

Carteira significa o conjunto de ativos componentes da carteira de investimentos do Fundo.

Código Abvcap/Anbima significa o Código Abvcap/Anbima de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de Fundos de Investimento em Participações e de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Comitê de Acompanhamento significa o comitê de acompanhamento do Fundo Investido, cujo funcionamento, composição, atribuições e obrigações se encontram descritos no Capítulo V do Regulamento.

Compromisso de Investimento significa o instrumento particular de compromisso de investimento e outras avenças a ser celebrado entre o Fundo, o Administrador e cada Cotista do Fundo.

Cotas significa frações ideais do patrimônio do Fundo.

Cotas Classe D significa as cotas de classe D emitidas pelo Fundo Investido, as quais serão objeto de investimento pelo Fundo e que se diferenciam das demais classes de cotas do Fundo Investido, notadamente, em razão do direito de indicação de um ou mais membros do Comitê de Acompanhamento, dos valores diferenciados devidos a título de taxa de administração do Fundo Investido e da não incidência de taxa de performance no âmbito do Fundo Investido, sem prejuízo de outros direitos que lhe venham a ser atribuídos no âmbito do Regulamento do Fundo Investido.

Cotas de Lote Adicional significa as Cotas que poderão ser colocadas pelo Fundo se houver excesso de demanda, mediante uso da faculdade prevista no parágrafo 2º do artigo 14, da Instrução CVM 400/03, limitado a 20% (vinte por cento) da quantidade de Cotas inicialmente ofertada, sem a necessidade de nova aprovação ou novo registro perante a CVM.

Cotas de Lote Suplementar significa as Cotas que poderão ser colocadas pelo Coordenador Líder, se houver excesso de demanda, mediante uso da faculdade prevista no artigo 24 da Instrução CVM 400/03, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade de cotas inicialmente ofertada, sem a necessidade de nova aprovação ou novo registro perante a CVM.

Cotistas significa os titulares das Cotas.

Custo de Oportunidade significa a taxa de 6% (seis por cento) ao ano.

CVM significa Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Início do Fundo significa a data de início das atividades do Fundo, a qual ocorrerá na data da primeira integralização de Cotas no Fundo.

Data do Primeiro Fechamento significa a data em que for encerrada a Oferta, no prazo de até seis meses contados da divulgação do Anúncio de Início.

Direitos e Obrigações Sobreviventes significam os direitos e/ou obrigações contratuais, parcelas a receber, *earn-outs*, contingências ativas e passivas, valores mantidos pelo Fundo ou pelo Fundo Investido para fazer frente a tais contingências passivas, valores em contas *escrow* ou vinculadas e valores a indenizar pelo Fundo ou pelo fundo Investido relativos a desinvestimentos do Fundo ou do fundo Investido, os quais, ao final do Prazo de Duração, não tenham seus prazos contratuais ou de prescrição e/ou decadência legalmente transcorridos, desde que tais direitos e/ou obrigações (i) estejam limitados temporalmente a até 5 (cinco) anos após o Prazo de Duração; e (ii) estejam limitados, relativamente a cada Sociedade Investida do Fundo Investido, a 30% (trinta por cento) do preço de venda a ser recebido pelo Fundo Investido, proporcionalmente à parcela desinvestida (em caso de desinvestimento parcial) ou com relação ao valor total (em caso de desinvestimento integral).

Distribuição significa os valores relativos a (i) desinvestimento dos ativos da Carteira; (ii) amortização de cotas do Fundo Investido; (iii) rendimentos pagos relativamente aos Outros Ativos; (iv) outras receitas de qualquer natureza; e (v) outros recursos excedentes do Fundo, existentes e passíveis de distribuição aos Cotistas, ao final do Prazo de Duração do Fundo, quando destinados à distribuição.

Equipe Chave significa a equipe de profissionais com perfil compatível, que se dedicarão prioritariamente à gestão da Carteira do Fundo, constituída por profissionais devidamente qualificados do Gestor, composta por 6 (seis) profissionais, com a identificação e experiência de cada um deles descrita no Compromisso de Investimento.

Fundo significa o **Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.782.774/0001-78, um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a Investidores Qualificados, sendo eles RPPS, regido pelo Regulamento, pela Instrução CVM 578/16 e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Fundo Investido significa o **Kinea Private Equity IV Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.782.802/0001-57, um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, administrado pelo Administrador e gerido pelo Gestor que por sua vez tem como objetivo a realização de investimentos em ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, de emissão de Sociedade Alvo ou Sociedade Investidas, conforme previsto no Regulamento do Fundo Investido.

Gestor significa a **Kinea Private Equity Investimentos S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.661.817/0001-61, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme o Ato Declaratório n.º 13.189, de 01 de agosto de 2013.

Hurdle significa a variação do IPCA acrescida do Custo de Oportunidade.

Instrução CVM 400/03 significa a Instrução CVM n.º 400, editada pela CVM em 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário

Instrução CVM 539/13 significa a Instrução nº 539, editada pela CVM em 13 de novembro de 2013, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente.

Instrução CVM 558/15 significa a Instrução nº 558, editada pela CVM em 26 de março de 2015, que dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários.

Instrução CVM 578/16 significa a Instrução nº 578, editada pela CVM em 30 de agosto de 2016, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.

Instrução CVM 579/16 significa a Instrução nº 579, editada pela CVM em 30 de agosto de 2016, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento em Participações.

Investidor Qualificado tem o significado atribuído pelo Artigo 6º-A da Portaria 519, combinado com o Artigo 9º-C da Instrução CVM 539/13.

IPCA significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo e que adote metodologia de apuração e cálculo semelhante.

Justa Causa significa, exclusivamente com relação ao Gestor, a prática ou constatação dos seguintes atos ou situações: (i) comprovada negligência grave, má-fé ou desvio de conduta e/ou função no desempenho de suas respectivas funções, deveres e ao cumprimento de obrigações nos termos do Regulamento; (ii) comprovada violação material de suas obrigações nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis da CVM; (iii) comprovada fraude no cumprimento de suas obrigações nos termos do Regulamento ou do Regulamento do Fundo Investido; e (iv) descredenciamento pela CVM do Gestor para o exercício da atividade de gestão de carteira de valores mobiliários, conforme o caso.

Matérias Qualificadas Master significam as matérias descritas nos seguintes incisos do Artigo 38 do Regulamento do Fundo Investido, sobre as quais os Cotistas terão direito de deliberar previamente e orientar o voto do Gestor nas assembleias gerais do Fundo Investido, conforme determinado no Acordo de Coinvestimento e Voto: incisos (iii) – a destituição ou substituição do administrador ou do gestor no Fundo Investido sem Justa Causa e escolha de seus substitutos; (iv) – a fusão, incorporação, cisão, transformação ou eventual liquidação do Fundo Investido; (v) – a emissão de novas Cotas, exceto nas hipóteses previstas de capital autorizado do Fundo Investido; (vi) – o aumento da taxa de administração e de da taxa de performance, se aplicável; (vii) – a alteração no prazo de duração do Fundo Investido; (viii) – a alteração do quórum de instalação e deliberação da assembleia geral de cotistas do Fundo Investido; (xi) – a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação e de garantias reais, em nome do Fundo Investido; (xii) – a aprovação de atos que configurem potencial conflito de interesses; (xiii) – a ratificação da inclusão, no Regulamento do Fundo Investido, de encargos não previstos no Artigo 45 da Instrução CVM 578/16, bem como o aumento dos limites máximos previstos no Regulamento do Fundo Investido; (xv) – o pagamento de despesas não previstas no Regulamento do Fundo Investido como encargos do Fundo Investido; (xvii) – a prorrogação do período de investimentos do Fundo Investido; (xviii) – a destituição ou substituição do Gestor no Fundo Investido com justa causa e escolha de seu substituto; (xix) – alterações na política de investimentos do Fundo Investido; (xx) – a aprovação de estruturação, direta ou indiretamente, pelo Gestor, de outro veículo de investimento com objetivos similares aos do Fundo Investido, antes da realização pelo Fundo Investido de investimentos equivalentes a, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de seu capital subscrito e (xxi) – a alteração das formas de liquidação do Fundo previstas no Regulamento do Fundo Investido. Qualquer alteração do Regulamento do Fundo Investido que, a critério de seu gestor, afete os direitos políticos e econômicos das classes de cotas atualmente existentes do Fundo Investido será também considerada uma Matéria Qualificada Master, sujeita à deliberação prévia dos investidores dos Veículos de Investimento Feeder.

Montante Mínimo da Oferta significa a subscrição da quantidade mínima de 50.000.000 (cinquenta milhões) de Cotas, totalizando o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a manutenção da Oferta.

Montante Mínimo por Investidor significa a quantidade mínima de 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) Cotas, totalizando o montante mínimo de R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) a ser subscrito por cada investidor no âmbito da Oferta.

Oferta significa a distribuição pública de Cotas, nos termos deste Prospecto.

Outros Ativos significa a parcela dos recursos do Fundo que não estiver aplicada em cotas de emissão do Fundo Investido e, caso aplicável, em um Veículo Paralelo Master (conforme definido no Regulamento do Fundo Investido), que deverá ser investida em (i) títulos de emissão do tesouro nacional; (ii) operações compromissadas lastreadas nos ativos mencionadas no inciso (i) acima, de acordo com a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional; e/ou (iii) cotas de fundos de investimento e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento (referenciados DI e/ou risco soberano), inclusive aqueles administrados e/ou geridos pelo Administrador, Gestor, custodiante e/ou suas empresas ligadas..

Patrimônio Mínimo significa o patrimônio líquido inicial mínimo estabelecido para funcionamento do Fundo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Período de Investimentos significa o prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Início do Fundo, podendo seu término ser antecipado, a exclusivo critério do Gestor.

Pessoas Vinculadas significa Investidores que sejam, nos termos do Artigo 55 da Instrução CVM 400/03 e do Artigo 1º, inciso VI da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada: (i) controladores e/ou administradores do Administrador ou do Gestor e/ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores e/ou administradores do Coordenador Líder; (iii) empregados, operadores e demais prepostos do Administrador e/ou Gestor e/ou do Coordenador Líder, que desempenhem atividades de intermediação ou de suporte operacional diretamente envolvidos na Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços ao Administrador e/ou Gestor e ao Coordenador Líder; (v) demais profissionais que mantenham, com o Administrador e/ou e/ou Gestor e/ou o Coordenador Líder, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Administrador e/ou pelo Gestor e/ou pelo Coordenador Líder ou por pessoas a eles vinculadas; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas ao Coordenador Líder desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens "ii" a "v" acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Portaria 519 significa a Portaria nº 519 emitida pelo Ministério da Previdência Social, de 24 de agosto de 2011, conforme alterada.

Preço de Subscrição significa o preço de subscrição das Cotas da primeira emissão qual seja, R\$ 1,00 (um real).

Prospecto significa o presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública das Cotas da Primeira Emissão do Fundo.

Regulamento significa o regulamento do Fundo, cuja versão em vigor na data deste Prospecto foi aprovada em 6 de novembro de 2017 e registrada na mesma data perante o 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade São Paulo, Estado do São Paulo, sob o n.º 1.444.438.

Regulamento do Fundo Investido significa o regulamento do Fundo Investido, cuja versão em vigor na data deste Prospecto foi aprovada em 6 de novembro de 2017 e registrada na mesma data perante o 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade São Paulo, Estado do São Paulo, sob o n.º 1.444.440.

RPPS significa qualquer Regime Próprio de Previdência Social, mantido por quaisquer entes públicos da República Federativa do Brasil (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Sociedade Alvo significa as Sociedades Alvo do Fundo Investido, de 5 (cinco) a 10 (dez) empresas de capital fechado ou aberto que serão alvo de investimento pelo Fundo Investido, a serem selecionadas pelo Gestor, sendo certo que o Fundo Investido não poderá efetuar o investimento em uma mesma Sociedade Investida se tal investimento representar, no momento do referido investimento, (i) mais do que 20% (vinte por cento) do capital subscrito do Fundo Investido; ou (ii) investimento em um subsetor da economia que represente, mais do que 40% (quarenta por cento) do capital subscrito do Fundo Investido. Para fins desta definição, são exemplos de subsetor de um mesmo setor da economia (como por exemplo setor de varejo) os subsetores de (a) varejo de vestuário, (b) varejo de alimentos e (c) varejo de material de construção, dentre outros.

Sociedade Investida significa a Sociedade Alvo cujos ativos venham a ser adquiridos ou integralizados pelo Fundo Investido, ou que venham a ser atribuídos ao Fundo Investido.

Taxa de Administração significa a taxa de administração devida pela prestação dos serviços de administração e gestão correspondente a 2% (dois por cento) ao ano sobre as seguintes bases, conforme o caso: (i) durante o Período de Investimentos: Capital Subscrito; (ii) a partir do término do Período de Investimentos até o final do Prazo de Duração do Fundo: patrimônio líquido do Fundo, observado o disposto no Regulamento e na seção "5.13.1. Taxa de Administração", constante da página 54 deste Prospecto. A Taxa de Administração será apropriada e paga mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês a que se referir, a partir da Data de Início do Fundo.

Taxa de Equalização no Ingresso significa a taxa de ingresso que será devida por aqueles investidores que vierem a subscrever Cotas após a Data do Primeiro Fechamento conforme prevista no Artigo 37 do Regulamento.

Taxa de Performance significa a taxa de performance destinada a remunerar o Gestor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor das Distribuições que superarem o Capital Integralizado atualizado pelo *Hurdle*.

Valor de Equalização significa a integralização de Cotas efetivada por investidores que subscreverem Cotas após a Data de Início do Fundo para que a proporção do Capital Subscrito e não integralizado por tais investidores seja igual aos Cotistas do Fundo inscritos no registro de Cotistas no dia anterior à subscrição pelos novos investidores.

Veículos de Investimento Feeder significam os fundos de investimento e/ou veículos de investimento administrados e/ou geridos por entidades ou membros do Grupo Itaú, constituídos no Brasil ou no exterior para investir, de forma direta ou indireta, no Fundo Investido.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto que não tenham sido definidos nesta Seção terão o significado que lhes for atribuído neste Prospecto e, bem como, no Regulamento.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO COORDERNADOR LÍDER E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

2.1. Informações sobre as Partes

Coordenador Líder

Itaú Unibanco S.A.

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
São Paulo, SP

At.: Superintendência Comercial Poder Público

Telefone: (11) 5019-2081

E-mail: keslley.crispim@itau-unibanco.com.br

Website: www.itau.com.br/poder-publico

Administrador

Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar
São Paulo, SP

At.: Departamento de Relações com Investidores

Telefone: (11) 5053-5880

E-mail: ri@lionstrust.com.br

Website: www.lionstrust.com.br

Gestor

Kinea Private Equity Investimentos S.A.

Endereço: Rua Minas de Prata, 30, 4º andar
São Paulo, SP

At.: Cristiano Gioia Lauretti e Eduardo Sant'Anna Marrachine

Telefone: (11) 3073-8743 e (11) 3073-8743

E-mail: cristiano.lauretti@kinea.com.br e eduardo.marrachine@kinea.com.br

Website: www.kinea.com.br

Assessor Legal do Fundo

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Endereço: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
São Paulo, SP

At.: Marina Procknor

Telefone: (11) 3147-7882

E-mail: marina@mattosfilho.com.br

Website: www.mattosfilho.com.br

Assessor Legal do Coordenador Líder

Perlman Vidigal Godoy Advogados

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, 6º andar
São Paulo, SP

At.: Rubens Vidigal Neto

Telefone: (11) 3093-8333

E-mail: rubens@pvg.com.br

Website: www.pvg.com.br

Auditor Independente

PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes

Endereço: Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino

Telefone: (11) 3147-7882

São Paulo, SP

Website: www.pwc.com.br

As declarações do Fundo e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400/03 encontram-se nos Anexos II e III deste Prospecto.

3. SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que os investidores devem considerar antes de adquirir as Cotas. Os investidores devem ler este Prospecto como um todo, incluindo seus Anexos e as informações contidas na seção “Fatores de Risco” nas páginas 63 a 70 deste Prospecto antes de tomar uma decisão de investimento.

3.1. Sumário das Características da Oferta

Emissor	Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
Administrador	Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.
Gestor	Kinea Private Equity Investimentos S.A.
Coordenador Líder	Itaú Unibanco S.A.
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
Montante Total da Oferta	R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).
Número de Cotas a serem Ofertadas	300.000.000 (trezentos milhões) de Cotas.
Cotas da Opção de Lote Adicional	O Fundo poderá, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400/03, distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade de Cotas inicialmente ofertada (sem considerar as Cotas do Lote Suplementar), sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas ou registro perante a CVM.
Cotas da Opção de Lote Suplementar	O Coordenador Líder poderá, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, distribuir um lote suplementar de Cotas, de até 15% (quinze por cento) da quantidade inicialmente ofertada (sem considerar as Cotas do Lote Adicional).
Valor Nominal Unitário	R\$1,00 (um real).
Montante Mínimo por Investidor	O montante mínimo a ser subscrito por investidor é de R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), totalizando 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) Cotas.

Distribuição Parcial e Montante Mínimo para a Manutenção da Oferta

O montante mínimo a ser subscrito para a manutenção da Oferta é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Portanto, a Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas, desde que seja atingido o Montante Mínimo da Oferta, sendo que as Cotas que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas. O Coordenador Líder não se responsabiliza pela subscrição das Cotas que não sejam subscritas no âmbito da Oferta. Caso o Montante Mínimo da Oferta não seja atingido, a Oferta será cancelada, sendo todos os Boletins de Subscrição automaticamente cancelados. Os investidores deverão ler atentamente o fator de risco "Cancelamento da Oferta" constante na página 68 deste Prospecto.

Aprovação da Oferta

A Oferta foi aprovada pelo Administrador por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Fundo de Investimento em Participações do Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia", datado de 12 de maio de 2017 e registrado no 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 1.431.252, em 12 de maio de 2017, alterada pelo "Instrumento Particular de Alteração do Instrumento Particular de Constituição e do Regulamento do Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia", datado 21 de setembro de 2017 e registrado em 22 de setembro de 2017 no 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 1.441.200.

Data do início da Oferta

07 de novembro de 2017.

Tipo de Fundo e Prazo de Duração

Fundo de condomínio fechado com prazo de duração de 10 (dez) anos, contados da Data de Início do Fundo, podendo ser prorrogado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

O Administrador manterá o Fundo em funcionamento após o Prazo de Duração, independentemente de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, caso ainda vigorem quaisquer Direitos e Obrigações Sobreviventes. Durante a vigência de tais Direitos e Obrigações Sobreviventes, o Fundo não deverá a parcela da Taxa de Administração que remunera o Gestor, sem prejuízo do pagamento de parcela da Taxa de Administração que remunera o Administrador. Eventual necessidade de prorrogação do prazo máximo aqui descrito ou de se reter ou manter valores acima do descrito acima deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Cotistas como alteração do Prazo de Duração.

Número de Séries

Série única.

Forma de Distribuição	Distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400/03.
Tipo de Distribuição	Primária.
Público Alvo	<p>A Oferta é destinada a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM 539/13 e na Portaria 519, especificamente RPPS que possuam relacionamento comercial com sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder.</p> <p>Não será admitida a participação, como Cotistas do Fundo, do Administrador, do Gestor e do Coordenador Líder, observado que o Gestor, por meio de gestora ligada ao seu grupo econômico, manterá a condição de cotista de um Veículo de Investimento Feeder, em um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do capital subscrito do Fundo Investido, conforme o disposto na alínea (d) do §5º e o §6º do Art. 8º da Resolução CMN 3.922, conforme alterada pela Resolução CMN 4.604, de 19 de outubro de 2017.</p>
Procedimentos para Subscrição e Integralização de Cotas	<p>As Cotas serão integralizadas pelo respectivo Preço de Subscrição.</p> <p>No ato da subscrição de Cotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) assinará o Compromisso de Investimento, (iii) assinará o termo de adesão ao Acordo de Coinvestimento e Voto, através do qual manifestará sua vontade ou não de ser representado pelo Gestor na deliberação sobre as Matérias Qualificadas Master; e (iv) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as cotas por ele subscritas em requerimentos de integralização que venham a ser realizadas pelo Administrador, nos termos do Regulamento e do Compromisso de Investimento.</p> <p>As Cotas serão integralizadas em moeda corrente nacional, mediante a realização de chamadas de capital para a realização de investimentos no Fundo Investido, conforme previsto nos Compromissos de Investimento.</p>
Período de Colocação	<p>Até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, sendo que (a) após a captação do Montante Mínimo da Oferta o Coordenador Líder, em conjunto com o Gestor, poderá decidir, a qualquer momento, pelo encerramento da Oferta; ou (b) caso não venha a ser captado o Montante Mínimo da Oferta até o 90º (nonagésimo) dia contado da data de divulgação do Anúncio de Início, a Oferta será automaticamente cancelada.</p>
Vedação de Colocação de Cotas para Pessoas Vinculadas no caso de Excesso de Demanda	<p>Caso a demanda pelas Cotas exceda em um terço à quantidade de Cotas ofertada, sem considerar as Cotas de Lote Adicional e Cotas de Lote Suplementar, será vedada a colocação de Cotas para quaisquer uma das Pessoas Vinculadas.</p>

Contrato de Distribuição	O “Contrato de Distribuição de Cotas, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, do Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia”, conforme aditado, celebrado entre o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Coordenador Líder.
Regime de Distribuição das Cotas	As Cotas objeto da Oferta serão distribuídas pelo Coordenador Líder, sob o regime de melhores esforços de colocação.
Procedimento de Distribuição	As Cotas serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400/03, conforme plano de distribuição elaborado pelo Coordenador Líder, nos termos do item 4.2.4 deste Prospecto. A distribuição pública das Cotas terá início após (i) a obtenção do registro da Oferta na CVM; (ii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores; e (iii) a divulgação do Anúncio de Início, encerrando-se na data de divulgação do Anúncio de Encerramento.
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta	<p>O Administrador poderá requerer à CVM que o autorize a modificar ou revogar a Oferta caso ocorram alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias de fato inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da Oferta, que resultem em um aumento relevante dos riscos assumidos. Adicionalmente, o Administrador poderá modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400/03. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser prorrogado em até 90 (noventa) dias. Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores e posteriores à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos Investidores aceitantes os valores eventualmente dados em contrapartida às Cotas, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400/03.</p> <p>Na hipótese de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400/03, o Administrador deverá certificar-se de que os investidores que manifestarem sua adesão à Oferta (a) estão cientes de que as condições da Oferta originalmente informadas foram modificadas, e (b) têm conhecimento das novas condições. Adicionalmente, o</p>

Administrador, às expensas do Fundo, divulgará a modificação pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e, adicionalmente, comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta sobre a referida modificação para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação do Administrador, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400/03, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400/03 ou do pedido de registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas, conforme o disposto no artigo 20, parágrafo único, da Instrução CVM 400/03, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária. Não haverá dedução de encargos ou tributos, de qualquer natureza, dos valores dados em contrapartida às Cotas pelos investidores na hipótese de devolução acima.

Política de Investimento

O Fundo tem por objetivo a valorização, a longo prazo, de seu capital, por meio da aplicação de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido em Cotas de Classe D. O Fundo Investido, por sua vez, tem como objetivo obter retornos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de Sociedades Alvo ou Sociedades Investidas.

**Taxa de Administração e
Taxa de Performance**

Taxa de Administração

Pela prestação dos serviços de administração e gestão, o Fundo pagará uma Taxa de Administração correspondente a 2% (dois por cento) ao ano (sendo que a mesma poderá ser reduzida esporadicamente conforme os termos e condições previamente acordados entre o Administrador e o Gestor) sobre as seguintes bases, conforme o caso:

- (i) Durante o Período de Investimentos: Capital Subscrito;
- (ii) A partir do término do Período de Investimentos até o final do Prazo de Duração do Fundo: patrimônio líquido do Fundo.

A Taxa de Administração será apropriada e paga mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês a que se referir, a partir da Data de Início do Fundo.

O Capital Subscrito a ser considerado para fins de cálculo da Taxa de Administração será o do mês de referência, ao passo que o patrimônio líquido a ser considerado será o do mês imediatamente anterior ao mês de referência.

O cálculo da Taxa de Administração levará em conta a quantidade efetiva de dias úteis de cada mês, e terá como base um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

A Taxa de Administração engloba os serviços prestados pelo Administrador e pelo Gestor, tais como previstos no Regulamento, bem como os serviços de contabilidade, que poderão ser prestados diretamente pelo Administrador ou subcontratados junto a terceiros.

Na ocorrência de Direitos e Obrigações Sobreviventes, o Fundo continuará pagando a parcela da Taxa de Administração que remunera o Administrador mesmo que encerrado o Prazo de Duração.

Taxa de Administração do Fundo Investido

Pela prestação dos serviços de administração e gestão o Fundo Investido pagará uma taxa de administração correspondente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano para as Cotas Classes D (sendo que a mesma poderá ser reduzida esporadicamente conforme os termos e condições previamente acordados entre o administrador e o gestor do Fundo Investido). A taxa de administração do Fundo Investido será cobrada sobre as seguintes bases, conforme aplicável:

- (i) Durante o período de investimentos do Fundo Investido: capital subscrito referente às Cotas Classe D;
- (ii) A partir do término do período de investimentos do Fundo Investido até o final do prazo de duração do Fundo Investido: capital integralizado pelo Fundo, atualizado anualmente pela variação do IPCA a partir do término do período de investimentos do Fundo Investido, menos (a) o custo de aquisição das Sociedades Investidas que já tenham sido objeto de desinvestimento (proporcionalmente à parcela desinvestida, sendo certo que valores (x) mantidos em contas vinculadas e de garantia; e (y) a receber por conta de parcelas futuras, fixas e variáveis (por exemplo, *earn-outs*), não serão deduzidos até sua efetiva liberação ou pagamento ao Fundo Investido); e (b) o custo de aquisição das Sociedades Investidas que tenham seu valor contábil reduzido a zero.

Tendo em vista que o Fundo Investido cobrará uma taxa de administração sobre as Cotas Classe D, fica desde já estabelecido que tal taxa de administração, em conjunto com a Taxa de Administração, não superará o valor de 2% (dois por cento) ao ano sobre as bases aplicáveis ao Fundo (isto é, Capital Subscrito durante o Período de Investimentos e patrimônio líquido partir do término do Período de Investimentos até o final do Prazo de Duração do Fundo).

Taxa de Performance

Será devida pelo Fundo uma taxa de performance, a ser paga ao Gestor, em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor das Distribuições que superarem o Capital Integralizado atualizado pelo *Hurdle*, a ser calculada e paga no âmbito das Distribuições, de acordo com o procedimento descrito abaixo:

- (i) primeiramente, todos os recursos serão pagos apenas aos Cotistas, até que atingido, em uma ou mais Distribuições, o montante equivalente à soma de:
 - (a) valor do Capital Integralizado, e proporcionalmente à participação de cada Cotista no Capital Integralizado, ajustado pela variação do IPCA do mês anterior à data da integralização e o IPCA do mês anterior à data do efetivo pagamento; e
 - (b) o Custo de Oportunidade no mesmo período aplicado sobre o resultado de (a); e
- (ii) em seguida, os recursos excedentes de cada Distribuição serão distribuídos simultaneamente entre o Gestor, a título de Taxa de Performance, e os Cotistas, na proporção de 20% (vinte por cento) para o Gestor e 80% (oitenta por cento) para os Cotistas.

Inadequação

O COORDENADOR LÍDER DECLARA QUE O INVESTIMENTO EM COTAS DE FIP NÃO É ADEQUADO A INVESTIDORES QUE NECESSITEM DE LIQUIDEZ IMEDIATA, TENDO EM VISTA QUE OS FIP ENCONTRAM POUCA LIQUIDEZ NO MERCADO BRASILEIRO, A DESPEITO DA POSSIBILIDADE DE TEREM SUAS COTAS NEGOCIADAS EM BOLSA DE VALORES OU MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO. ALÉM DISSO, OS FIP TÊM A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, OU SEJA, NÃO ADMITEM A POSSIBILIDADE DE RESGATE DE SUAS COTAS. DESSA FORMA, OS SEUS COTISTAS PODEM TER DIFICULDADES EM ALIENAR SUAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO.

Adicionalmente, os Investidores deverão ler atentamente a seção “Fatores de Risco” constantes a partir da página 63 deste Prospecto.

Fatores de Risco

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” CONSTANTE A PARTIR DA PÁGINA 65 DESTE PROSPECTO PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO E À AQUISIÇÃO DE COTAS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Publicidade

Todas as informações relevantes relacionadas à Oferta, em especial o Prospecto Definitivo, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento e o Aviso ao Mercado serão veiculados na página (i) do Coordenador Líder: www.italu.com.br/poder-público (neste website clicar em “Investimentos”, em seguida clicar na aba “Fundos para Institutos de Previdência” e buscar “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA”); (ii) do Administrador: www.lionstrust.com.br (neste website clicar em “Publicações”, em seguida clicar em “Ofertas ICVM 400” e buscar “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA”); (iii) da CVM: www.cvm.gov.br (neste website, no “Menu”, clicar no link “Regulados”, clicar no link “Fundos de Investimento”, clicar no link “Consulta à Base de Dados”, clicar em “Fundos de Investimento Registrados”, digitar no primeiro campo “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA”, clicar no link “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA”, em seguida, clicar no link “Documentos Eventuais” no menu “Documentos Associados”), e (iv) da B3: www.cetip.com.br/comunicados-documentos/UnidadeTitulos/prospectos (neste website clicar em “Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados” no item “VEJA ABAIXO AS CATEGORIAS DE PROSPECTOS”; digitar no campo denominado “Título” o texto “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA”).

3.2. Disponibilização do Prospecto

Os potenciais investidores devem ler este Prospecto antes de tomar qualquer decisão de investir nas Cotas do Fundo. Os Investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto ou informações adicionais sobre a Oferta deverão dirigir-se aos endereços e páginas da rede mundial de computadores do Administrador, do Coordenador Líder da CVM e/ou da B3 abaixo indicados:

Coordenador Líder

Website: www.italu.com.br/poder-publico (neste website clicar em "Investimentos", em seguida clicar na aba "Fundos para Institutos de Previdência" e buscar "KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA")

Administrador

Website: www.lionstrust.com.br (neste website clicar em "Publicações", em seguida clicar em "Ofertas ICVM 400" e buscar "KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA")

CVM

Website: www.cvm.gov.br (neste website, no "Menu", clicar no link "Regulados", clicar no link "Fundos de Investimento", clicar no link "Consulta à Base de Dados", clicar em "Fundos de Investimento Registrados", digitar no primeiro campo "KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA", clicar no link "KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA", em seguida, clicar no link "Documentos Eventuais" no menu "Documentos Associados")

B3 (segmento CETIP UTM)

Website: www.cetip.com.br/comunicados-documentos/UnidadeTitulos/prospectos (neste website clicar em "Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados" no item "VEJA ABAIXO AS CATEGORIAS DE PROSPECTOS"; digitar no campo denominado "Título" o texto "KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA")

4. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

4.1. Características Básicas

4.1.1. Autorização

A Primeira Emissão e a Oferta foram aprovadas pelo Administrador por meio do "Instrumento Particular de Constituição do Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia", datado de 12 de maio de 2017 e registrado no 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 1.431.252, em 12 de maio de 2017, aditado em 21 de setembro de 2017 e registrado em 22 de setembro de 2017 no 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 1.441.200.

4.1.2. Regime da Oferta

A Oferta será conduzida pelo Coordenador Líder sob regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta, conforme procedimentos previstos na Instrução CVM 578/16 e na Instrução da CVM 400/03.

4.1.3. Público Alvo da Oferta

A Oferta será destinada exclusivamente a investidores qualificados, assim classificados nos termos do artigo 9º-C da Instrução CVM 539/13 e do Artigo 6º-A da Portaria 519, especificamente RPPS que possuam relacionamento comercial com sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder.

Não será admitida a participação, como Cotistas do Fundo, do Administrador, do Gestor e do Coordenador Líder, observado que o Gestor, por meio de gestora ligada ao seu grupo econômico, manterá a condição de cotista de um Veículo de Investimento Feeder, em um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do capital subscrito do Fundo Investido, conforme o disposto na alínea (d) do §5º e o §6º do Art. 8º da Resolução CMN 3.922, conforme alterada pela Resolução CMN 4.604, de 19 de outubro de 2017.

4.1.4. A Oferta

Montante Total da Oferta é de 300.000.000 (trezentos milhões) de Cotas, perfazendo um montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). O preço de subscrição e integralização de cada Cota será de R\$ 1,00 (um real), sendo certo que o Preço de Subscrição será calculado na forma descrita no item 4.1.6 abaixo.

A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição de, no mínimo, 50.000.000 (cinquenta milhões) de Cotas, totalizando o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em até 90 (noventa) dias após o Anúncio de Início. Após atingido o Montante Mínimo da Oferta, a Oferta poderá ser encerrada a qualquer momento, a critério do Coordenador Líder.

O montante mínimo a ser subscrito por investidor é de R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), totalizando 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) Cotas.

O Fundo poderá, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400/03, distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade de Cotas inicialmente ofertada (sem considerar as Cotas do Lote Suplementar), sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas ou registro perante a CVM.

O Coordenador Líder poderá, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, distribuir um lote suplementar de Cotas, de até 15% (quinze por cento) da quantidade inicialmente ofertada (sem considerar as Cotas do Lote Adicional).

4.1.5. Registro da Oferta

A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM 400/03.

4.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Cotas, Preço de Subscrição e Prazo de Colocação

As Cotas serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, observado o disposto no Regulamento. As Cotas deverão ser subscritas até a data de encerramento da Oferta, conforme prazo indicado neste Prospecto.

O preço de emissão das Cotas da primeira emissão será de R\$ 1,00 (um real) por Cota, mantendo-se o referido valor nominal inclusive para os Cotistas que ingressarem no Fundo após a realização de investimentos por parte do Fundo, ressalvada a hipótese de pagamento da Taxa de Equalização no Ingresso para os investidores que vierem a subscrever Cotas após a Data do Primeiro Fechamento.

No ato da subscrição de Cotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) assinará o Compromisso de Investimento, (iii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as cotas por ele subscritas em requerimentos de integralização que venham a ser realizadas pelo Administrador, nos termos do Regulamento e do Compromisso de Investimento.

As pessoas que sejam Pessoas Vinculadas deverão atestar esta condição no ato de sua adesão ao Boletim de Subscrição.

As Cotas serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, mediante a realização de chamadas de capital para a realização de investimentos no Fundo Investido, conforme previsto nos Compromissos de Investimento.

4.1.7. Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas

As Cotas são todas de uma mesma classe, possuindo os mesmos direitos patrimoniais e fazendo jus a pagamentos de amortização em igualdade de condições. Cada Cota corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais de Cotistas.

As Cotas não darão aos Cotistas o direito de votação nas assembleias ou qualquer outro órgão do Fundo Investido, exceto pelas Matérias Qualificadas Master e pelo Comitê de Acompanhamento.

O Gestor representará o Fundo em toda e qualquer assembleia geral de cotistas do Fundo Investido, sendo que, especificamente com relação às Matérias Qualificadas Master, os Cotistas terão direito a se reunir previamente para deliberar sobre a orientação de voto do Gestor com relação a tais Matérias Qualificadas Master, conforme disposto no Acordo de Coinvestimento e Voto.

4.1.8. Distribuição Parcial e Subscrição Condicionada

Os investidores que desejarem subscrever Cotas no Período de Colocação, poderão optar por condicionar sua adesão à Oferta (i) somente se houver a colocação do Montante Total da Oferta; ou (ii) de uma proporção ou quantidade de Cotas, definida conforme critério do próprio investidor, mas que não poderá ser inferior ao Montante Mínimo da Oferta.

No caso da alínea (ii) acima, o investidor deverá, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Cotas por ele subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre o número de Cotas efetivamente distribuídas e o número de Cotas originalmente ofertadas, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Cotas por ele subscritas.

Caso o Montante Mínimo da Oferta não seja atingido, a Oferta será cancelada, sendo todos os Boletins de Subscrição automaticamente cancelados.

OS INVESTIDORES DEVERÃO LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” CONSTANTE A PARTIR DA PÁGINA 63 DESTE PROSPECTO.

4.1.9. Classificação de Risco

A Oferta não conta com classificação de risco.

4.1.10. Divulgação de Informações sobre a Oferta

Todos os anúncios, atos e/ou fatos relevantes relativos à Oferta (incluindo os Prospectos Preliminar e Definitivo, Anúncio de Início, Anúncio de Encerramento e Aviso ao Mercado) serão divulgados na página (i) do Coordenador Líder: www.italu.com.br/poder-publico (neste website clicar em “Investimentos”, em seguida clicar na aba “Fundos para Institutos de Previdência” e buscar “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA”); (ii) do Administrador: www.lionstrust.com.br (neste website clicar em “Publicações”, em seguida clicar em “Ofertas ICVM 400” e buscar “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA”), (iii) da CVM: www.cvm.gov.br (neste website, no “Menu”, clicar no link “Regulados”, clicar no link “Fundos de Investimento”, clicar no link “Consulta à Base de Dados”, clicar em “Fundos de Investimento Registrados”, digitar no primeiro campo “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA”, clicar no link “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA”, em seguida, clicar no link “Documentos Eventuais” no menu “Documentos Associados”), e (iv) da B3: www.cetip.com.br/comunicados-documentos/UnidadeTitulos/prospectos (neste website clicar em “Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados” no item “VEJA ABAIXO AS CATEGORIAS DE PROSPECTOS”; digitar no campo denominado “Título” o texto “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA”), de modo a garantir aos investidores amplo acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões de adquirir ou não as Cotas.

4.1.11. Cronograma Indicativo de Etapas da Oferta

Ordem dos Eventos	Eventos	Data Prevista ⁽¹⁾
1.	Protocolo do Pedido de Registro do Fundo e da Oferta na CVM	26/05/2017
2.	Divulgação do Aviso ao Mercado e Disponibilização do Prospecto Preliminar	04/07/2017
3.	Protocolo do Atendimento das Exigências da Oferta	25/09/2017
4.	Recebimento de Ofício de Vícios Sanáveis da Oferta	09/10/2017
5.	Protocolo de Atendimento dos Vícios Sanáveis da Oferta	18/10/2017
6.	Registro da Oferta pela CVM	01/11/2017
7.	Divulgação do Anúncio de Início, Disponibilização do Prospecto	07/11/2017
8.	Subscrição das Cotas (a partir de)	08/11/2017
9.	Prazo máximo para Divulgação do Anúncio de Encerramento	07/05/2018

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, prorrogações, antecipações e atrasos, sem aviso prévio, a critério do Coordenador Líder, mediante solicitação da CVM. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como Modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

4.1.12. Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

O Administrador poderá requerer à CVM que o autorize a modificar ou revogar a Oferta caso ocorram alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias de fato inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da Oferta, que resultem em um aumento relevante dos riscos assumidos. Adicionalmente, o Administrador poderá modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400/03. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser prorrogado em até 90 (noventa) dias. Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores e posteriores à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos Investidores aceitantes os valores eventualmente dados em contrapartida às Cotas, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400/03.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400/03, o Administrador deverá certificar-se de que os investidores que manifestarem sua adesão à Oferta (a) estão cientes de que as condições da Oferta originalmente informadas foram modificadas, e (b) têm conhecimento das novas condições. Adicionalmente, o Administrador, às expensas do Fundo, divulgará a modificação pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e, adicionalmente, comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta sobre a referida modificação para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação do Administrador, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, presumida a manutenção em caso de silêncio.

4.1.13. Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400/03, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400/03 ou do pedido de registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas, conforme o disposto no artigo 20, parágrafo único, da Instrução CVM 400/03, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária. Não haverá dedução de encargos ou tributos, de qualquer natureza, dos valores dados em contrapartida às Cotas pelos investidores na hipótese de devolução acima.

4.1.14. Declaração de Inadequação

O COORDENADOR LÍDER DECLARA QUE O INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES NÃO É ADEQUADO A INVESTIDORES QUE NECESSITEM DE LIQUIDEZ IMEDIATA, TENDO EM VISTA QUE OS FIP ENCONTRAM POUCA LIQUIDEZ NO MERCADO BRASILEIRO, A DESPEITO DA POSSIBILIDADE DE TEREM SUAS COTAS NEGOCIADAS EM BOLSA DE VALORES OU MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO. ALÉM DISSO, OS FIP TÊM A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, OU SEJA, NÃO ADMITEM A POSSIBILIDADE DE RESGATE DE SUAS COTAS. DESSA FORMA, OS SEUS COTISTAS PODEM TER DIFICULDADES EM ALIENAR SUAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO.

Adicionalmente, os Investidores deverão ler atentamente a seção “Fatores de Risco” constante a partir da página 63 deste Prospecto.

4.1.15. Registro das Cotas para Distribuição e Negociação

As Cotas da Primeira Emissão serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA e poderão ser admitidas a negociação no mercado secundário por meio do Fundos21, ambiente de negociação secundária, ambos administrados e operacionalizados pela B3, observados os termos do Regulamento.

4.2. Custos da Oferta

A tabela abaixo apresenta uma indicação dos custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta¹
Despesas com Cartório ²	30.000,00	0,010%
Despesas de Registro CVM da Oferta	283.291,10	0,094%
Diagramação	5.000,00	0,002%
Remuneração do Coordenador Líder ³	1.500.000,00	0,500%
Assessores Legais ⁴	700.000,00	0,233%
Total	2.518.291,10	0,839%

¹ Valores aproximados, considerando a distribuição da totalidade das Cotas, sem considerar as Cotas de Lote Suplementar e as Cotas de Lote Adicional;

² Valor estimado;

³ A remuneração paga ao Coordenador Líder deverá observar o limite de 0,5% (meio por cento) do Capital Subscrito do Fundo durante todo o Prazo de Duração, sendo certo que eventuais valores que superarem esse limite deverão ser descontados da parcela da Taxa de Administração que remunera o Gestor (sendo pagos pelo Fundo e descontados de tal parcela). O Coordenador Líder também fará jus à taxa de 0,138% ao ano sobre o valor total de Cotas efetivamente distribuídas no âmbito da Oferta a partir do segundo ano da Data de Início do Fundo e até o 7º (sétimo) ano subsequentes à Data de Início do Fundo, sendo certo que tal valor será deduzido da parcela da Taxa de Administração que remunera o Gestor.

⁴ Valor estimado.

Custo Unitário de Distribuição

Preço por Cota (R\$)*	Custo por Cota (R\$)
1,00	0,0084

* Com base no Valor Nominal Unitário.

Montante da Oferta (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)*
300.000.000,00	2.518.291,10

* Valor sem considerar as Cotas de Lote Suplementar e as Cotas de Lote Adicional.

Os valores mencionados acima incluem toda e qualquer despesa relacionada à estruturação a serem arcados pelo Fundo. Eventuais tributos que porventura venham a incidir diretamente sobre a remuneração decorrente do serviço de distribuição, bem como quaisquer majorações das respectivas alíquotas dos tributos já existentes, são de responsabilidade do contribuinte desses tributos.

4.2.1. Contrato de Distribuição

Por meio do Contrato de Distribuição celebrado em 23 de maio de 2017 e aditado pelo 1º Aditamento celebrado em 21 de setembro de 2017, o Fundo contratou o Coordenador Líder para prestar serviços de coordenação, colocação e distribuição de Cotas, sob regime de melhores esforços de colocação, sem a concessão de garantia de subscrição.

Para prestação dos serviços de distribuição, o Coordenador Líder fará jus a uma remuneração detalhada no item 4.2.2 abaixo.

Conforme previsto no Contrato de Distribuição, as Cotas serão integralizadas mediante chamadas de capital realizadas pelo Administrador, em moeda corrente nacional, na forma estabelecida no boletim de subscrição das Cotas. Os pedidos de subscrição deverão ser dirigidos ao Coordenador Líder, a quem caberá, observados (i) o limite das Cotas emitidas; (ii) o Valor Mínimo de Investimento; e (iii) o Público Alvo da Oferta, aceitá-los ou não, de acordo com os procedimentos de distribuição.

Os investidores interessados em subscrever Cotas deverão notificar o Coordenador Líder, até às 13h da data em que desejar em efetuar a subscrição das Cotas, sendo certo que os investidores que venham a manifestar sua intenção de investimento após às 13h, somente poderão subscrever as Cotas no Dia Útil imediatamente seguinte.

Previamente à formalização dos Boletins de Subscrição pelos investidores interessados em subscrever Cotas, o Coordenador Líder coletará as informações previstas no Anexo II do Contrato de Distribuição e as encaminhará ao Administrador, sem prejuízo do direito do Administrador em solicitar documentos e informações adicionais que julgar relevantes.

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta junto ao Coordenador Líder, a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, no endereço indicado na seção "Identificação do Administrador, do Coordenador Líder e Prestadores de Serviços do Fundo" na página 11 deste Prospecto.

4.2.2. Remuneração do Coordenador Líder da Oferta

Para prestação dos serviços de coordenação e distribuição, o Coordenador Líder fará jus a uma remuneração de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor total de Cotas efetivamente distribuídas no âmbito da Oferta, paga em até 30 (trinta) dias contados da divulgação do Anúncio de Encerramento, acrescido de 0,138% (cento e trinta e oito milésimos por cento) ao ano sobre o valor total de Cotas efetivamente distribuídas no âmbito da Oferta a partir do segundo ano da Data de Início do Fundo e até o 7º (sétimo) ano subsequentes à Data de Início do Fundo, resultando no valor total de R\$0,01328 (um centavo e trezentos e vinte e oito milésimos de centavo) por Cota distribuída, o que pode totalizar o valor de R\$3.984.000,00 (três milhões novecentos e oitenta e quatro mil reais) ao longo dos 7 (sete) anos subsequentes à Data de Início do Fundo, caso seja distribuído o total de 300.000.000 (trezentos milhões) de Cotas.

A remuneração paga ao Coordenador Líder deverá observar o limite de 0,5% (meio por cento) do Capital Subscrito do Fundo durante todo o Prazo de Duração, sendo certo que eventuais valores que superarem esse limite deverão ser descontados da parcela da Taxa de Administração que remunera o Gestor (sendo pagos pelo Fundo e descontados de tal parcela).

4.2.3. Procedimento de Distribuição

O Coordenador Líder da Oferta realizará a distribuição das Cotas, em regime de melhores esforços de colocação, para o Montante Total da Oferta devendo ser observado, ainda, o Montante Mínimo da Oferta. OS INVESTIDORES DEVERÃO LER ATENTAMENTE O FATOR DE RISCO "CANCELAMENTO DA OFERTA" CONSTANTE NA PÁGINA 68 DESTE PROSPECTO.

4.2.4. Plano de Distribuição

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder da Oferta deverá realizar a distribuição de Cotas, conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no § 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400/03, o qual leva em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que o Coordenador Líder da Oferta deverá assegurar: (i) o tratamento justo e equitativo aos investidores; e (ii) que os representantes de venda das Instituições Contratadas, caso venham a ser contratadas pelo Coordenador Líder, recebam previamente exemplar deste Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

4.2.5. Início e Encerramento da Distribuição das Cotas no Mercado

A distribuição pública primária das Cotas terá início a partir do Dia Útil imediatamente subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, encerrando-se em até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, sendo que (a) após a captação do Montante Mínimo da Oferta, o Coordenador Líder, em conjunto com o Gestor poderá decidir, a qualquer momento, pelo encerramento da Oferta; ou (b) caso não venha a ser captado o Montante Mínimo da Oferta até o 90º (nonagésimo) dia contado da data de divulgação do Anúncio de Início, a Oferta será automaticamente cancelada.

4.2.6. Destinação de Recursos

Os recursos arrecadados com a integralização das Cotas serão destinados, primordialmente, a aplicação de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do patrimônio líquido em Cotas Classe D, em observância à política de investimentos do Fundo, conforme descrito no item "Objetivo e Política de Investimento" da Seção "Características do Fundo" na página 32 deste Prospecto.

Para fins de verificação de enquadramento previsto acima, deverão ser somados aos ativos previstos os valores: (i) destinados ao pagamento de despesas do Fundo desde que limitados a 5% (cinco por cento) do Capital Subscrito; (ii) decorrentes de operações de desinvestimento: (a) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do 2º mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em Cotas Classe D; (b) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em Cotas Classe D; ou (c) enquanto vinculados à garantias dadas ao comprador do ativo desinvestido; (iii) a receber decorrentes da alienação a prazo das Cotas Classe D; e (iv) aplicados em títulos públicos com o objetivo de constituição de garantia a contratos de financiamento de projetos de infraestrutura junto a instituições financeiras.

O limite estabelecido acima não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos de cada um dos eventos de integralização de Cotas.

Os recursos não investidos na forma acima deverão ser aplicados, exclusivamente, em Outros Ativos.

Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os Cotistas devem estar cientes de que:

- (i) os ativos componentes da Carteira poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos;

- (ii) as carteiras de investimentos em participações apresentam um perfil de maturação de longo prazo, resultando na iliquidez dessas posições e, como consequência, as Cotas:
 - (a) não são passíveis de resgates intermediários, conforme vedação contida na Instrução CVM 578/16; e
 - (b) não há garantia de que haverá um mercado comprador para tais Cotas, caso o Cotista deseje aliená-las em mercado secundário.
- (iii) a Carteira poderá estar concentrada em valores mobiliários de emissão de um ou poucos fundos de investimento em participações, não havendo garantia quanto ao desempenho dos mesmos e não podendo o Administrador ou o Gestor serem responsabilizados por qualquer depreciação da Carteira, ou por eventuais prejuízos sofridos pelos Cotistas, salvo em casos de comprovada má-fé ou manifesta negligência;
- (iv) os investimentos nas Sociedades Investidas envolvem riscos relativos aos setores em que atuem, não havendo garantia quanto ao desempenho destes setores e tampouco havendo garantias de que o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas;
- (v) os investimentos no Fundo serão feitos, preponderantemente, em ativos não negociados publicamente no mercado e com liquidez significativamente baixa, portanto, caso (a) o Fundo precise vender tais ativos; ou (b) o Cotista receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas Cotas (em ambos os casos inclusive para efetuar a liquidação do Fundo): (1) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, ou (2) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, o Cotista; e
- (vi) o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ao controle do Administrador e do Gestor.

Quando da ocorrência de chamadas de capital para a realização de investimentos em Cotas Classe D, referido investimento deverá ser realizado até o último Dia Útil do 2º mês subsequente à data de encerramento da Oferta.

Caso o investimento não seja realizado dentro do prazo previsto acima, o Gestor deverá apresentar ao Administrador as devidas justificativas para o atraso, acompanhadas (i) de uma nova previsão de data para realização do mesmo; ou (ii) do novo destino a ser dado aos recursos, nas hipóteses de desistência do investimento. Caso tal atraso acarrete em desenquadramento ao limite percentual de 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido, o Administrador deverá comunicar imediatamente à CVM a ocorrência de tal desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da Carteira, no momento em que ocorrer.

Caso o reenquadramento da Carteira não ocorra em até 10 (dez) Dias Úteis contados do último Dia Útil do 2º mês subsequente à data de encerramento da Oferta, o Administrador deverá devolver os valores que ultrapassem o limite estabelecido aos Cotistas que tiverem integralizado a última chamada de capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada.

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial e desde que não gerem exposição superior a uma vez o patrimônio líquido do Fundo.

4.3. Outras Informações

4.3.1. Informações Adicionais

Para esclarecimentos adicionais a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à sede do Administrador ou do Coordenador Líder, nos endereços indicados no item “Identificação dos Prestadores de Serviço do Fundo”, constante da página 11 deste Prospecto, ou à CVM, ou, ainda, acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, sendo que o Regulamento e este Prospecto do Fundo encontram-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

Comissão de Valores Mobiliários

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares
Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 3554-8686

São Paulo

Rua Cincinato Braga, 340, 2º ao, 3º e 4º andares
São Paulo, SP
Telefone: (11) 2146-2000

Website: www.cvm.gov.br

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (Segmento CETIP UTM)

Rio de Janeiro

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar
Rio de Janeiro, RJ

Alphaville

Al. Xingu, 350 – Edifício iTower, 2º andar
Barueri, SP

Website: www.cetip.com.br

4.4. Declarações do Coordenador Líder e do Fundo

O Coordenador Líder e o Fundo, apresentaram declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400/03 (Anexos II e III deste Prospecto, informando que (i) tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) este Prospecto contem, na sua respectiva data de publicação as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores, sobre a Oferta, as Cotas, o Fundo, incluindo as suas atividades e riscos e elas relacionados e a sua situação econômica financeira e qualquer outras informações relevantes; e (b) as informações prestadas pelo Fundo e pelo Coordenador Líder, por ocasião do arquivamento deste Prospecto, e fornecidas ao mercado durante a Oferta, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) este Prospecto foi elaborado de acordo com as informações pertinentes, nos termos da Instrução CVM 400/03.

5. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Esta Seção traz um breve resumo das disposições constantes do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

5.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pelo Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O Fundo deverá observar as regras relativas às aplicações dos recursos dos RPPS, em especial a Resolução CMN 3.922, conforme alterada pela Resolução CMN 4.604, de 19 de outubro de 2017.

Em observância ao disposto no artigo 14 da Instrução CVM 578, o Fundo é classificado como Multiestratégia.

Para fins do disposto no “Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE” da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, o Fundo está enquadrado no conceito de Diversificado, Tipo 3.

O Fundo realizará investimentos no Fundo Investido em conjunto com os demais Veículos de Investimento Feeder, sendo certo que cada Veículo de Investimento Feeder investirá em uma classe de cotas específica emitida pelo Fundo Investido que diferenciar-se-ão entre si principalmente em relação à cobrança da taxa de administração e da taxa de performance bem como à possibilidade de indicação de membros ao Comitê de Acompanhamento.

O Fundo tem prazo de duração de 10 (dez) anos, contados da Data de Início do Fundo, podendo ser prorrogado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

O Administrador manterá o Fundo em funcionamento após o Prazo de Duração, independentemente de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, caso ainda vigorem quaisquer Direitos e Obrigações Sobreviventes. Durante a vigência de tais Direitos e Obrigações Sobreviventes, o Fundo não deverá a parcela da Taxa de Administração que remunera o Gestor, sem prejuízo do pagamento de parcela da Taxa de Administração que remunera o Administrador. Eventual necessidade de prorrogação do prazo máximo aqui descrito ou de se reter ou manter valores acima do descrito acima deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Cotistas como alteração do Prazo de Duração.

5.2. Público Alvo e Montante Mínimo

O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Qualificados, especificamente RPPS.

Cada investidor deverá subscrever o montante mínimo de 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) Cotas, totalizado um montante mínimo de investimento por investidor de R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais).

Não será admitida a participação, como Cotistas do Fundo, do Administrador, do Gestor e do Coordenador Líder, observado que o Gestor, por meio de gestora ligada ao seu grupo econômico, manterá a condição de cotista de um Veículo de Investimento Feeder, em um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do capital subscrito do Fundo Investido, conforme o disposto na alínea (d) do §5º e o §6º do Art. 8º da Resolução CMN 3.922, conforme alterada pela Resolução CMN 4.604, de 19 de outubro de 2017.

5.3. Objetivo e Política de Investimento

O objetivo do Fundo é obter a valorização, a longo prazo, de seu capital, por meio da aplicação de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido em Cotas Classe D de emissão do Fundo Investido.

O Regulamento do Fundo Investido segue anexo a este Prospecto na forma do Anexo V.

O *HURDLE* NÃO REPRESENTA E NEM DEVE SER CONSIDERADO, A QUALQUER MOMENTO E SOB QUALQUER HIPÓTESE, COMO PROMESSA, GARANTIA OU SUGESTÃO DE RENTABILIDADE FUTURA OU DE ISENÇÃO DE RISCOS PARA OS COTISTAS. ADEMAIS, DIVERSOS FATORES PODERÃO AFETAR A RENTABILIDADE DO FUNDO, NOTADAMENTE CONFORME DESCRITO NO REGULAMENTO E NESTE PROSPECTO. OS INVESTIDORES DEVERÃO LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” DISPOSTA NO REGULAMENTO E A PARTIR DA PÁGINA 63 DESTE PROSPECTO.

A Carteira poderá ser composta por:

- (i) Cotas Classe D;
- (ii) títulos de emissão do tesouro nacional;
- (iii) operações compromissadas lastreadas nos ativos mencionados no item (ii) acima, de acordo com a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional; e/ou
- (iv) cotas de fundos de investimento e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento (referenciados DI e/ou risco soberano), inclusive aqueles administrados e/ou geridos pelo Administrador, Gestor, custodiante e/ou suas empresas ligadas.

O Fundo deverá manter, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido investido em Cotas de Classe D.

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial e desde que não gerem exposição superior a uma vez o patrimônio líquido do Fundo.

Caso o Fundo Investido não faça o investimento total disponível em uma Sociedade Alvo ou em uma Sociedade Investida, a critério exclusivo do Gestor (e nas condições comerciais que o Gestor determinar), o Gestor poderá oferecer oportunidades de coinvestimento nas Sociedades Alvo, Sociedades Investidas aos Cotistas, de forma direta ou por meio de outros veículos de investimento.

A decisão do Gestor em relação às oportunidades de coinvestimento levará em consideração a fonte da operação, as políticas de investimento do Fundo e de outros veículos ou fundos de investimento, geridos ou não pelo Gestor, os valores relativos de capital disponíveis para investimento pelo Fundo, a natureza e a extensão de envolvimento na operação por cada um dos respectivos times de profissionais do Gestor e de terceiros investidores, e outras considerações entendidas como relevantes pelo Gestor, a seu exclusivo critério.

Eventuais coinvestimentos realizados por quaisquer Cotistas não serão considerados como integralização de Cotas subscritas pelo referido Cotista no Fundo e não afetarão, de nenhuma maneira, a obrigação de integralizar Cotas subscritas pelo referido Cotista nos termos do respectivo Compromisso de Investimento.

5.3.1. Objetivo, Características e Política de Investimento do Fundo Investido

O objetivo do Fundo Investido é obter a valorização, a longo prazo, de seu capital, principalmente por meio de investimento em ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, bem como títulos e valores mobiliários de emissão de Sociedades Alvo ou Sociedades Investidas. Serão alvo de investimento pelo Fundo Investido de 5 (cinco) a 10 (dez) Sociedades Alvo a serem selecionadas pelo Gestor.

O valor justo do investimento do Fundo Investido em uma mesma Sociedade Investida não poderá representar, no momento do referido investimento, mais do que 20% (vinte por cento) do Capital Subscrito do Fundo Investido.

O valor justo do investimento do Fundo Investido em um mesmo subsetor da economia não poderá representar, no momento do referido investimento, mais do que 40% (quarenta por cento) do Capital Subscrito do Fundo.

São exemplos de subsetor de um mesmo setor da economia (como por exemplo setor de varejo) os subsetores de (i) varejo de vestuário, (ii) varejo de alimentos e (iii) varejo de material de construção, dentre outros.

Adicionalmente, as Sociedades Alvo do Fundo Investido deverão (i) ter seu valor justo, inclusive aquelas que forem objeto de integralização de cotas, respaldado em laudo de avaliação elaborado por auditores independentes ou analistas de valores mobiliários autorizados pela CVM; e (ii) ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas, no mínimo, anualmente.

Os investimentos do Fundo Investido serão realizados mediante a observância dos termos e condições indicados no Regulamento do Fundo Investido, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão.

O Fundo Investido deverá manter, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu capital subscrito investido em ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de Sociedades Alvo e/ou Sociedades Investidas.

Além do investimento pelo Fundo, o Fundo Investido receberá investimentos de outros Veículos de Investimento Feeder, sendo certo que cada Veículo de Investimento Feeder investirá em uma classe de cotas específica emitida pelo Fundo Investido que diferenciar-se-ão entre si principalmente em relação à cobrança da taxa de administração e da taxa de performance, bem como à possibilidade de indicação de membros ao Comitê de Acompanhamento.

Mais informações sobre o Fundo Investido poderão ser encontradas no Regulamento do Fundo Investido que segue anexo a este Prospecto na forma do Anexo V.

5.4. Período de Investimento e Período de Desinvestimento

O Fundo poderá realizar investimentos no Fundo Investido durante o prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Início do Fundo, podendo seu término ser antecipado, a exclusivo critério do Gestor.

Excepcionalmente, o Fundo poderá realizar investimentos após o Período de Investimentos, se ainda houver Capital Subscrito não integralizado, e desde que esses investimentos sejam decorrentes de obrigações assumidas pelo Fundo antes do término do Período de Investimentos, mas cujos desembolsos não tenham sido totalmente efetuados até o encerramento do Período de Investimentos.

5.5. Características, Direitos e Amortização das Cotas

5.5.1. Características das Cotas e Direitos Patrimoniais

As Cotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo, terão forma nominativa e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares. Todas as Cotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições.

5.5.2. Valor das Cotas

O preço unitário de emissão das Cotas será de R\$ 1,00 (um real), sendo este o valor de cada Cota.

Será devida por aquele(s) novo(s) investidor(es) que vier(em) a subscrever Cotas após a Data do Primeiro Fechamento, uma taxa de ingresso (com efeito de equalização temporal dos Cotistas no Fundo), que corresponderá à subtração (a) do maior valor entre

- (i) a multiplicação do Capital Subscrito pelo novo investidor pela razão entre (x) o Valor do Capital Integralizado do Fundo atualizado pelo *Hurdle*, no período compreendido entre a Data de Início do Fundo e o mês anterior à data da subscrição das Cotas pelo novo investidor (*pro rata temporis* considerando os dias úteis entre tais datas, e terá como base um ano de 252 dias úteis) e o (y) total do Capital Subscrito do Fundo (antes da entrada do novo investidor); ou
- (ii) a multiplicação do Capital Subscrito pelo novo investidor pela razão entre (x) o valor justo do Capital Integralizado do Fundo (apurado conforme o valor patrimonial da cota de acordo Instrução CVM 579) e o (y) total do Capital Subscrito do Fundo (antes da entrada do novo Investidor); e

(b) o Valor de Equalização.

O Fundo, conforme acordado entre o Gestor e o Administrador, poderá amortizar aos Cotistas, de maneira *pro rata* ao respectivo Capital Subscrito por cada Cotista (incluindo o novo investidor), o Valor de Equalização acrescido da Taxa de Equalização no Ingresso, sendo que os valores restituídos aos Cotistas no limite do Valor de Equalização (ou seja, sem considerar a Taxa de Equalização no Ingresso) deverão recompor o Capital Subscrito de cada Cotista, e poderão ser chamados novamente pelo Administrador, nos termos deste Regulamento.

Os investidores que vierem a subscrever Cotas na Oferta não estarão sujeitos ao pagamento da Taxa de Equalização no Ingresso.

Os subscritores de Cotas estarão isentos do pagamento de taxa de saída ou qualquer comissão.

5.5.3. Direito de Voto das Cotas

Desde que o respectivo Cotista encontre-se adimplente com suas obrigações em face do Fundo, será atribuído a cada Cota integralizada o direito a um voto na Assembleia Geral de Cotistas.

5.5.4. Patrimônio Mínimo

O Fundo estabelece Patrimônio Mínimo para funcionamento, podendo iniciar suas atividades e realizar investimentos no Fundo Investido com patrimônio líquido mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

5.5.5. Distribuição e Subscrição de Cotas

As Cotas serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, observado o disposto no Regulamento.

As Cotas deverão ser subscritas até a data de encerramento da Oferta, conforme prazo indicado neste Prospecto.

As Cotas deverão ser subscritas pelos Cotistas mediante a assinatura de Boletins de Subscrição, cuja validade dependerá da autenticação por parte do Administrador.

Previamente à subscrição das Cotas, os Cotistas deverão firmar um Compromisso de Investimento, conforme modelo a ser fornecido pelo Administrador, bem como efetuarem seu cadastro perante o Administrador, nos termos exigidos por este.

Além do cadastro mencionado acima, os Cotistas também deverão manter seu cadastro atualizado perante o Administrador conforme critérios e periodicidade por este exigidos.

No ato da assinatura do Compromisso de Investimento, os Cotistas deverão assinar o termo de adesão ao Acordo de Coinvestimento e Voto, através do qual manifestarão sua vontade ou não de serem representados pelo Gestor em reuniões de deliberação de Matérias Qualificadas Master.

5.5.6. Integralização das Cotas

Durante todo o Prazo de Duração do Fundo, o Administrador poderá realizar chamadas de capital (conforme instrução do Gestor), mediante as quais cada Cotista será convocado a realizar integralizações de Cotas para que tais recursos sejam dirigidos à realização de investimentos do Fundo no Fundo Investido ou, ainda, para atender às necessidades de caixa do Fundo.

As Cotas deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, conforme as condições previstas no Boletim de Subscrição e no Compromisso de Investimento, no prazo estipulado pela chamada de capital correspondente, realizada pelo Administrador com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência da data limite para depósito, mediante o envio de correspondência dirigida para os Cotistas através de carta ou correio eletrônico, aos endereços de contato constantes no cadastro mantido pelo Cotista junto ao Administrador.

Para todos os fins, será considerada como data de integralização de Cotas a data em que efetivamente os recursos estiverem disponíveis na conta corrente do Fundo.

Em até 10 (dez) Dias Úteis contados da integralização das Cotas, o Cotista deverá receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, emitido pelo Administrador ou pelo prestador do serviço de escrituração das Cotas.

5.5.7. Inadimplência dos Cotistas

O Cotista que não cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de integralizar Cotas na forma e condições previstas no Regulamento e no Compromisso de Investimento ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis* entre a data em que tal pagamento deveria ter sido feita e a data em que for efetivamente realizado, e de uma multa equivalente a 2,00% (dois por cento) sobre o débito corrigido, sendo facultado à Assembleia Geral de Cotistas, após a regularização da integralização por parte do Cotista, isentar o pagamento da multa e da atualização.

Caso o Cotista inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de integralizar Cotas, conforme estabelecido no Compromisso de Investimento, as Distribuições a que fizer jus serão utilizadas para compensação dos débitos existentes para com o Fundo (obrigação de integralização de Cotas, juros, e multa moratórios, sempre de forma proporcional) até o limite de seus débitos, dispondo o Administrador de todos os poderes para fazer tal compensação em nome do referido Cotista inadimplente, inclusive para integralizar Cotas com os recursos de tais Distribuições em seu nome, sem prejuízo da suspensão de seus direitos políticos.

Caso o atraso na integralização seja justificado pelo Cotista e tenha sido originado por motivos operacionais, o Administrador poderá, a seu exclusivo critério, isentar o Cotista das penalidades previstas no Regulamento.

Os Cotistas que tenham sido chamados a integralizar as Cotas subscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da Assembleia Geral de Cotistas não terão direito a voto.

5.5.8. Emissão de Novas Cotas

O Fundo poderá emitir novas Cotas mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, observadas as restrições contidas na Instrução CVM 400/03 ou Instrução CVM 476/09, conforme o caso. A Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre a emissão das novas cotas definirá as respectivas condições, inclusive o preço de emissão e o preço de subscrição de tais novas Cotas.

Adicionalmente, o Fundo poderá emitir novas Cotas por simples deliberação do administrador, desde que limitado ao Capital Autorizado.

5.5.9. Amortização e Resgate de Cotas

O Fundo poderá distribuir aos Cotistas e ao Gestor, conforme o caso, valores relativos a:

- (i) desinvestimentos dos ativos da Carteira;
- (ii) amortização de cotas do Fundo Investido;
- (iii) rendimentos pagos relativamente aos Outros Ativos;
- (iv) outras receitas de qualquer natureza do Fundo; e
- (v) outros recursos excedentes do Fundo, existentes e passíveis de distribuição aos Cotistas, ao final do Prazo de Duração do Fundo.

Os valores elencados nos incisos de (i) a (v) acima, quando destinados à distribuição, serão, para todos os fins, doravante referidos, individualmente, como uma "Distribuição" e, coletivamente, como "Distribuições".

Quando do ingresso de recursos no Fundo sob alguma das formas previstas nos incisos (i), (ii) e (iv) acima, o Administrador deverá destinar tais valores à Distribuição. Já em relação aos rendimentos previstos nos incisos (iii) e (v) do acima, estes serão passíveis de Distribuição apenas por ocasião da liquidação do Fundo.

As Distribuições devem ser feitas de forma a assegurar que os valores disponíveis no caixa do Fundo sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo, razão pela qual o Administrador poderá, a despeito do previsto acima, optar pela permanência dos recursos no caixa do Fundo.

As Distribuições serão feitas sob a forma de:

- (i) amortização de Cotas, sempre proporcionalmente ao número de Cotas integralizadas por cada Cotista;
- (ii) resgate de Cotas quando da liquidação do Fundo; e
- (iii) pagamento de Taxa de Performance, quando destinadas a remunerar o Gestor.

O Fundo não realizará quaisquer Distribuições aos Cotistas que estiverem em situação de inadimplência.

As Cotas não são resgatáveis.

5.5.10. Distribuição e Negociação das Cotas

As Cotas poderão ser admitidas à negociação em mercado de bolsa ou balcão organizado, a critério do Administrador, sendo também permitidas negociações privadas das Cotas entre investidores, observado o direito de preferência disposto abaixo

Os adquirentes das Cotas que ainda não sejam Cotistas deverão igualmente preencher o conceito de Investidor Qualificado, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Cotistas.

O Cotista que desejar ceder e transferir suas Cotas ("Cotas Oferecidas"), no todo ou em parte, seja a que título for, estará obrigado a oferecê-las, por intermédio do Administrador, primeiramente aos demais Cotistas do Fundo, observado o disposto nos incisos a seguir:

- (i) qualquer dos Cotistas do Fundo tem preferência para adquirir as Cotas Oferecidas, sendo que para tanto o Administrador, após receber notícia do Cotista cedente sobre tal intenção, indicará por escrito a todos os demais Cotistas a quantidade de Cotas Oferecidas, o preço por Cota Oferecida, as condições e prazos de pagamento e, se houver, o nome e qualificação completa do interessado ("Condições da Oferta");
- (ii) cada Cotista adimplente com suas obrigações terá direito de preferência sobre o número de Cotas Oferecidas proporcional à sua participação sobre o total das Cotas, consideradas apenas suas Cotas já integralizadas e excluídas as Cotas detidas pelo Cotista cedente, bem como terá direito de preferência às eventuais sobras de Cotas Oferecidas, na forma dos incisos (iii) e (iv) abaixo;

- (iii) em um prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos contados do envio mencionado no inciso (i) anterior, os Cotistas poderão exercer o seu direito de preferência mediante comunicação por escrito ao Administrador, manifestando também, se for o caso, seu interesse por eventuais sobras de Cotas Oferecidas que excedam a proporção de sua participação no Fundo;
- (iv) caso existam sobras de Cotas Oferecidas, em relação às quais não se tenha exercido o direito de preferência na forma dos incisos anteriores, o Administrador deverá comunicar este fato aos demais Cotistas que tenham manifestado interesse pelas sobras, por meio de carta a ser enviada em 5 (cinco) Dias Úteis após o término do prazo referido no inciso (iii) acima, de forma que tais Cotistas possam efetuar a aquisição das sobras mediante o pagamento do preço respectivo;
- (v) somente após esgotados os procedimentos acima descritos, poderá o Cotista ceder e transferir as Cotas Oferecidas sobre as quais não se tenha exercido o direito de preferência, desde que:
 - (a) tal transferência seja realizada, segundo as mesmas Condições da Oferta, no período subsequente de 90 (noventa) dias corridos após o término do período de 5 (cinco) dias úteis previsto no inciso (iv) acima;
 - (b) o novo Cotista tenha firmado um Compromisso de Investimento; e
 - (c) os adquirentes das Cotas que ainda não sejam Cotistas deverão igualmente preencher o conceito de Investidor Qualificado, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Cotistas.
- (vi) qualquer Cotista apenas poderá dar em penhor ou alienar fiduciariamente ou de outra forma gravar suas Cotas mediante aprovação de todos os demais Cotistas.

O direito de preferência não se aplica às hipóteses de transferências decorrentes de reorganização societária e/ou patrimonial do Cotista em questão, desde que, cumulativamente (a) as Cotas, ou o novo veículo de investimento, sejam integralmente detidos pelos mesmos beneficiários finais do referido Cotista ou por parentes até o 2º grau dos beneficiários finais do referido Cotista; e (b) tal transferência não seja realizada para fins de ceder a terceiro, a qualquer título, direta ou indiretamente e a qualquer tempo, as Cotas.

5.6. Liquidação e Procedimentos para Liquidação do Fundo

O Fundo deverá ser liquidado quando do término de seu Prazo de Duração, exceto se (i) a Assembleia Geral de Cotistas vier a deliberar por sua liquidação antecipada ou (ii) na hipótese de não substituição do Administrador renunciante no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data da renúncia.

A negociação dos bens e ativos do Fundo será feita pelo Gestor por meio de uma das estratégias de desinvestimento a seguir:

- (i) após a amortização das Cotas Classe D e liquidação dos Outros Ativos, amortização e resgate total das Cotas;
- (ii) venda em bolsa de valores, mercado de balcão organizado, mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, conforme o tipo de ativo, observado o disposto na legislação aplicável;
- (iii) exercício, em bolsa de valores, mercado de balcão organizado, mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, de opções de venda, negociadas pelo Gestor quando da realização dos investimentos; ou
- (iv) caso não seja possível adotar os procedimentos em (ii) e (iii), dação em pagamento dos bens e ativos do Fundo como forma de pagamento da amortização e/ou do resgate das Cotas.

Na hipótese prevista no inciso (iv) acima, será convocada Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os critérios detalhados e específicos para utilização desse procedimento.

Em qualquer caso, a liquidação dos bens e ativos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

5.7. Avaliação do Patrimônio Líquido

Para fins do disposto na Instrução CVM 579/16, o Fundo foi inicialmente enquadrado no conceito de entidade de investimento.

As Cotas Classe D deverão permanecer contabilizadas a valor justo, o qual deverá ser anualmente mensurado por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis do Fundo, exceto na hipótese prevista no Parágrafo Quarto do Artigo 3º da Instrução CVM 579/16.

A contabilização das cotas do Fundo Investido será feita pelo respectivo custo de aquisição, ajustado mensalmente pelo valor da cota informado pelo administrador do Fundo Investido.

5.8. Demonstrações Contábeis do Fundo

As demonstrações contábeis do Fundo deverão ser elaboradas de acordo com as normas específicas baixadas pela CVM, em especial a Instrução CVM 579/16, devendo ser objeto de auditoria por auditor independente registrado na CVM ao encerramento de cada exercício social.

Para fins do disposto na Instrução CVM 579/16, o Fundo foi inicialmente enquadrado no conceito de Entidade de Investimento.

5.9. Exercício Social do Fundo

O Fundo terá exercício social que se encerrará no último dia de fevereiro de cada ano.

5.10. Assembleia Geral de Cotistas

Competirá privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre:

- (i) as demonstrações contábeis do Fundo apresentadas pelo Administrador, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em até 180 (cento e oitenta) dias após o término do exercício social a que se referirem;
- (ii) alteração do Regulamento do Fundo;
- (iii) a destituição ou substituição do Administrador ou do Gestor sem Justa Causa e escolha de seus substitutos;
- (iv) a fusão, incorporação, cisão, transformação ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) a emissão de novas Cotas, exceto na hipótese de Capital Autorizado;
- (vi) o aumento da Taxa de Administração e da Taxa de Performance;
- (vii) a alteração no Prazo de Duração do Fundo;
- (viii) a alteração do quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (ix) a ratificação da instalação e da indicação do(s) membro(s) do Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido, bem como sobre a alteração das disposições do Regulamento aplicáveis à instalação, composição, organização de conselhos e/ou outros comitês que venham a ser criados pelo Fundo;

- (x) o requerimento de informações por parte de Cotistas, observado o Parágrafo Primeiro do Artigo 20 do Regulamento;
- (xi) a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação e de garantias reais, em nome do Fundo;
- (xii) a aprovação dos atos que configurarem potencial conflito de interesses entre o Fundo e o Administrador ou o Gestor, e entre o Fundo e qualquer Cotista ou grupo de Cotistas que detenham mais de 10% das cotas subscritas, ficando impedidos de votar na Assembleia Geral de Cotistas aqueles Cotistas envolvidos no conflito;
- (xiii) a ratificação da inclusão, no Regulamento, de encargos não previstos no Artigo 45 da Instrução CVM 578/16;
- (xiv) a alteração da classificação para fins do Código Abvcap/Anbima;
- (xv) o pagamento, pelo Fundo, de despesas não previstas no Regulamento como encargos do Fundo, bem como sobre o aumento dos limites máximos dos encargos previstos no Regulamento;
- (xvi) alterações de termos, renúncia de direitos e transigências relativamente ao Compromisso de Investimento;
- (xvii) a prorrogação do Período de Investimentos;
- (xviii) a destituição ou substituição do Gestor com Justa Causa e escolha de seus substitutos;
- (xix) alterações na política de investimentos do Fundo;
- (xx) a aprovação de estruturação, direta ou indiretamente, pelo Gestor, de outro veículo de investimento com objetivos similares aos do Fundo, antes da realização pelo Fundo de investimentos equivalentes a, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de seu Capital Subscrito; e
- (xxi) a indicação do(s) representante(s) do Fundo no Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido.

Em relação às matérias dos incisos (ii), (iv), (v), (vi), (ix) e (xiv) acima, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, metade das Cotas subscritas.

Em relação às matérias dos incisos (vi), (xi), (xii), (xiii), (xviii) e (xx) acima, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Cotas subscritas.

Em relação às matérias dos incisos (iii) e (xix) acima, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Subscritas.

Em relação à matéria do inciso (viii) acima, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, metade das Cotas Subscritas ou pelo quórum exigido para deliberar sobre a matéria cujo quórum pretenda-se alterar, o que for maior.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas sempre que tal alteração:

- (i) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências expressas da CVM, ou de adequação às normas legais ou regulamentares;
- (ii) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais do Administrador ou dos prestadores de serviços do Fundo, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone; e
- (iii) envolver redução da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante correspondência escrita encaminhada pelo Administrador a cada Cotista, por meio de correio, correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que assegure haver o destinatário recebido a convocação.

Da convocação, realizada por qualquer meio previsto, devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e, ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deverá ser feita com, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data da realização da referida Assembleia Geral de Cotistas.

A Assembleia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo Administrador por iniciativa própria ou por solicitação de Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas subscritas.

A convocação por solicitação dos Cotistas deve:

- (i) ser dirigida ao Administrador, que deve, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral de Cotistas às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral de Cotistas assim convocada deliberar em contrário; e
- (ii) conter eventuais documentos necessários ao exercício do direito de voto dos demais Cotistas.

O Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, devem disponibilizar aos Cotistas todas as informações e documentos necessários ao exercício do direito de voto, na data de convocação da Assembleia Geral de Cotistas.

Independentemente da convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas à qual comparecerem todos os Cotistas.

As Assembleias Gerais de Cotistas serão realizadas, em regra, na sede do Administrador, e deverão ocorrer, no mínimo, uma vez por ano.

Nas Assembleias Gerais de Cotistas, que podem ser instaladas com a presença de ao menos um Cotista, as deliberações são tomadas por maioria de votos das Cotas subscritas presentes, cabendo a cada Cota subscrita 1 (um) voto.

Os Cotistas que não participarem da Assembleia Geral de Cotistas, mas tiverem enviado voto por escrito no formato exigido pelo Administrador, serão considerados para fins do cômputo dos quóruns de instalação e deliberação previstos no Regulamento.

Somente podem votar nas Assembleias Gerais de Cotistas, os Cotistas inscritos no registro de Cotistas na data da convocação, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Os Cotistas que tenham sido chamados a integralizar as Cotas subscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da Assembleia Geral de Cotistas não terão direito a voto.

Não podem votar nas Assembleias Gerais de Cotistas e nem fazer parte do cômputo para fins de apuração do quórum de aprovação:

- (i) o Administrador ou o Gestor;
- (ii) os sócios, diretores e funcionários do Administrador ou do Gestor;
- (iii) empresas consideradas partes relacionadas ao Administrador ou ao Gestor, seus sócios, diretores e funcionários;
- (iv) os prestadores de serviços do Fundo, seus sócios, diretores e funcionários; e
- (v) o Cotista cujo interesse seja conflitante com o do Fundo.

O Cotista deve informar ao Administrador e aos demais Cotistas as circunstâncias que possam impedi-lo de exercer seu voto, nos termos do disposto no inciso (v) acima, sem prejuízo do dever de diligência do Administrador e do Gestor em buscar identificar os Cotistas que estejam nessa situação.

Dos trabalhos e das deliberações das Assembleias Gerais de Cotistas será lavrada, em livro próprio, ata assinada pelos Cotistas presentes, exceto por aqueles que tenham encaminhado voto escrito no formato exigido pelo Administrador.

O Administrador, a seu exclusivo critério, poderá estabelecer que certas decisões sejam tomadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos Cotistas, desde que da consulta constem todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

A ausência de resposta, no prazo de 30 (trinta) dias, será considerada como anuência por parte dos Cotistas, entendendo-se por estes autorizada, desde que tal interpretação conste da consulta.

O Gestor representará os Veículos de Investimento Feeder em toda e qualquer assembleia geral de cotistas do Fundo Investido, sendo que, especificamente com relação às Matérias Qualificadas Master, os Veículos de Investimento Feeder e seus investidores, conforme o caso, terão direito a se reunir previamente para determinar o voto do Gestor com relação a tais Matérias Qualificadas Master, conforme disposto no Acordo de Coinvestimento e Voto.

5.11. Administração e Gestão

5.11.1. Administrador

O Fundo é administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.675.095/0001-10, devidamente autorizado a administrar fundos de investimento pela CVM por meio do Ato Declaratório n.º 12.444, de 02 de julho de 2012.

5.11.2. Obrigações e Responsabilidades do Administrador

O Administrador tem o poder e o dever de, exceto naquilo em que o Fundo for representado pelo Gestor, praticar todos os atos necessários ou inerentes à administração do Fundo, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, bem como o disposto no Regulamento.

São obrigações do Administrador, dentre outras que venham a lhe ser impostas em decorrência do Regulamento, da legislação e regulamentação aplicáveis:

- (i) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizadas e em perfeita ordem:
 - (a) os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
 - (b) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (c) o livro ou lista de presença de Cotistas;

- (d) os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis;
 - (e) os registros e as demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
 - (f) cópia da documentação relativa às operações do Fundo, após a entrega desta pelo Gestor.
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
 - (iii) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 578/16, quando o atraso ocorrer por culpa do próprio Administrador;
 - (iv) elaborar, em conjunto com o Gestor, relatório a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM 578/16 e do Regulamento;
 - (v) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
 - (vi) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador;
 - (vii) manter os títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM, ressalvado o disposto no Artigo 37 da Instrução CVM 578/16;
 - (viii) elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VIII da Instrução CVM 578/16;
 - (ix) coordenar e participar da Assembleia Geral de Cotistas e cumprir suas deliberações;
 - (x) manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo Fundo e informados no momento do seu registro, bem como as demais informações cadastrais;
 - (xi) fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo Fundo;
 - (xii) cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento;
 - (xiii) autorizar e solicitar à instituição responsável pela liquidação financeira das operações do Fundo o processamento da liquidação dos investimentos e desinvestimentos; e
 - (xiv) selecionar e contratar a instituição responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Fundo.

5.11.3. Substituição do Administrador

O Administrador deve ser substituído nas hipóteses de:

- (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, por decisão da CVM;
- (ii) renúncia; ou
- (iii) destituição, por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

A Assembleia Geral de Cotistas deve deliberar sobre a substituição do Administrador em até 15 (quinze) dias contados da sua renúncia ou descredenciamento e deve ser convocada:

- (i) imediatamente, pelo próprio Administrador, no caso de renúncia;
- (ii) imediatamente, pela CVM, no caso de descredenciamento; ou
- (iii) por qualquer Cotista, caso não ocorra convocação nos termos dos incisos (i) e (ii).

No caso de renúncia, o Administrador deve permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sob pena de liquidação do Fundo pelo Administrador.

No caso de descredenciamento, a CVM deve nomear administrador temporário até a eleição de nova administração.

A destituição do Administrador pela Assembleia Geral de Cotistas só poderá ser efetivada após 90 (noventa) dias contados da data da deliberação em Assembleia Geral de Cotistas.

Nas hipóteses de renúncia, destituição e/ou descredenciamento do Administrador, a Taxa de Administração deverá ser paga pelo Fundo ao Administrador de maneira *pro rata* ao período em que este esteve prestando serviço para o Fundo e não haverá qualquer restituição de valores já pagos a título de Taxa de Administração.

5.12. Gestão

5.12.1. Gestor

O Fundo tem sua Carteira gerida pela Kinea Private Equity Investimentos S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.661.817/0001-61, devidamente autorizada a gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM por meio do Ato Declaratório n.º 13.189, de 01 de agosto de 2013.

5.12.2. Obrigações e Responsabilidades do Gestor

Caberá ao Gestor, dentre outras atribuições que lhe sejam incumbidas pelo Regulamento, pelo Administrador ou pela legislação e regulamentação aplicáveis:

- (i) elaborar, em conjunto com o Administrador, relatório de que trata o inciso (iv) do item 5.11.2 deste Prospecto;
- (ii) fornecer aos Cotistas que assim requererem, estudos e análises de investimento para fundamentar as decisões a serem tomadas em Assembleia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (iii) fornecer aos Cotistas atualizações periódicas dos estudos e análises que permitam o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (iv) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (v) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (vi) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestor do Fundo;
- (vii) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Cotistas no tocante às atividades de gestão;
- (viii) cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento do Fundo aplicáveis às atividades de gestão da Carteira;
- (ix) contratar, em nome do Fundo, bem como coordenar, os serviços de assessoria e consultoria correlatos aos investimentos ou desinvestimentos do Fundo; e

(x) fornecer ao Administrador todas as informações e documentos necessários para que este possa cumprir suas obrigações, incluindo, dentre outros:

(a) as informações necessárias para que o Administrador determine se o Fundo se enquadra ou não como Entidade de Investimento, nos termos da regulamentação contábil específica;

(b) as demonstrações contábeis auditadas do Fundo Investido; e

(c) relatório descrevendo as conclusões do Gestor acerca do laudo de avaliação do valor justo das Sociedades Investidas pelo Fundo Investido produzido por empresa especializada, bem como todos os documentos necessários para que o Administrador possa validá-lo e formar suas conclusões acerca das premissas utilizadas para o cálculo do valor justo.

(xi) negociar e contratar, em nome do Fundo, os ativos e os intermediários para realizar operações do Fundo, representando o Fundo, para todos os fins de direito, para essa finalidade;

(xii) monitorar os ativos investidos pelo Fundo e exercer o direito de voto decorrente desses ativos, realizando todas as demais ações necessárias para tal exercício, observado o disposto na política de voto do Gestor;

(xiii) proteger os interesses do Fundo junto ao Fundo Investido e manter acompanhamento contínuo sobre o desempenho dos investimentos do Fundo;

(xiv) encaminhar para a prévia validação do Administrador as minutas relativas aos documentos a serem utilizados para formalização dos investimentos e desinvestimentos do Fundo;

(xv) encaminhar ao Administrador cópia de cada documento que firmar em nome do Fundo;

(xvi) encaminhar ao Administrador, imediatamente após a sua formalização, os documentos relativos à realização de qualquer reorganização societária (fusão, cisão, incorporação, associação, dentre outros) envolvendo o Fundo Investido, para que o Administrador tenha tempo hábil de refletir referidas alterações nos relatórios do Fundo;

(xvii) manter, às suas expensas, atualizadas e em perfeita ordem, de acordo com a boa técnica administrativa, até 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo, a documentação relativa às operações do Fundo;

(xviii) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 578/16, exceto quando o atraso ocorrer por culpa do Administrador;

(xix) tomar as medidas necessárias para cumprir com o disposto na Instrução CVM no 301, de 16 de abril de 1999, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes tipificados pela Lei no 9.613/98 (lavagem de dinheiro) e alterações posteriores;

(xx) coordenar e participar das reuniões do Comitê de Acompanhamento;

(xxi) solicitar ao Administrador o processamento da liquidação dos investimentos e desinvestimentos;

(xxii) comunicar ao Comitê de Acompanhamento e/ou aos Cotistas, por intermédio do Administrador, se houver situações em que se encontre em potencial conflito de interesses; e

(xxiii) decidir sobre as chamadas de capital a serem realizadas pelo Administrador para a viabilização de investimentos nos ativos previstos no Artigo 4º do Regulamento, cujo objetivo consista em viabilizar investimentos em Sociedades Investidas por parte do Fundo Investido;

(xxiv) instruir o Administrador acerca da realização de amortização parcial ou integral de Cotas;

(xxv) indicar para aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas membros substitutos da Equipe Chave;

(xxvi) praticar os demais atos que lhe sejam delegados pelo Administrador.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (ii) e (iii) acima, o Gestor, em conjunto com o Administrador, pode submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Sociedades Investidas do Fundo Investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

Observado o disposto abaixo, ou exceto se previamente autorizado pela Assembleia Geral de Cotistas, o Gestor não poderá, direta ou indiretamente, estruturar outro veículo de investimento com objetivos similares aos do Fundo, até que o Fundo tenha realizado (ou se comprometido a realizar) investimentos equivalentes a, (i) pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de seu Capital Subscrito em títulos e valores mobiliários de Sociedades Investidas ou (ii) até o término de seu respectivo Período de Investimentos, o que ocorrer primeiro.

A restrição para a estruturação de novos veículos de investimento com objetivos similares aos do Fundo, conforme descrita acima, não será aplicável às hipóteses de estruturação de Veículos de Investimento Feeder ou de Veículo Paralelo Master (conforme definido no Regulamento do Fundo Investido).

5.12.3. Substituição do Gestor

O Gestor deve ser substituído nas hipóteses de:

- (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, por decisão da CVM;
- (ii) renúncia; ou
- (iii) destituição com ou sem Justa Causa, por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

A Assembleia Geral de Cotistas deve deliberar sobre a substituição do Gestor em até 15 (quinze) dias contados da sua renúncia ou descredenciamento e deve ser convocada:

- (i) imediatamente, pelo Administrador, no caso de renúncia; ou
- (ii) imediatamente, pela CVM, no caso de descredenciamento; ou
- (iii) por qualquer Cotista, caso não ocorra convocação nos termos dos incisos (i) e (ii).

No caso de renúncia, o Gestor deve permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de liquidação do Fundo pelo Administrador.

Nas hipóteses de destituição sem Justa Causa, renúncia e/ou descredenciamento do Gestor, a parcela da Taxa de Performance referente aos investimentos selecionados pelo Gestor durante o período em que este esteve prestando serviços para o Fundo deverá ser paga pelo Fundo ao Gestor, simultaneamente à realização das Distribuições até o desinvestimento integral do Fundo nos referidos investimentos selecionados pelo Gestor, sendo certo que o Gestor não fará jus à referida Taxa de Performance nos casos de destituição com Justa Causa.

Nas hipóteses de renúncia, destituição (com ou sem Justa Causa) e/ou descredenciamento do Gestor, a Taxa de Administração deverá ser paga pelo Fundo ao Gestor de maneira *pro rata* ao período em que este esteve prestando serviço para o Fundo.

Nas hipóteses de renúncia, destituição (com ou sem Justa Causa) ou descredenciamento do Gestor, não haverá qualquer restituição de valores já pagos a título de Taxa de Administração e/ou de Taxa de Performance.

5.12.4. Custódia e Escrituração

O Administrador é responsável pela contratação de serviços de custódia e escrituração das Cotas. Atualmente, possui contratos firmados com o Banco Bradesco S.A, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, para a prestação dos serviços de (i) custódia; (ii) tesouraria; e (iii) escrituração de Cotas.

5.13. Remuneração do Administrador e Demais Despesas do Fundo

5.13.1. Taxa de Administração

Pela prestação dos serviços de administração e gestão, o Fundo pagará uma Taxa de Administração correspondente a 2% (dois por cento) ao ano (sendo que a mesma poderá ser reduzida esporadicamente conforme os termos e condições previamente acordados entre o Administrador e o Gestor, observado o disposto abaixo) sobre as seguintes bases, conforme o caso:

- (i) Durante o Período de Investimentos: Capital Subscrito; e
- (ii) A partir do término do Período de Investimentos até o final do Prazo de Duração do Fundo: patrimônio líquido do Fundo

A Taxa de Administração será apropriada e paga mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês a que se referir, a partir da Data de Início do Fundo.

O Capital Subscrito a ser considerado para fins de cálculo da Taxa de Administração será o do mês de referência, ao passo que o patrimônio líquido a ser considerado será o do mês imediatamente anterior ao mês de referência.

O cálculo da Taxa de Administração levará em conta a quantidade efetiva de Dias Úteis de cada mês, e terá como base um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

A Taxa de Administração engloba os serviços prestados pelo Administrador e pelo Gestor, tais como previstos no Regulamento, bem como os serviços de contabilidade, que poderão ser prestados diretamente pelo Administrador ou subcontratados junto a terceiros.

Na ocorrência de Direitos e Obrigações Sobreviventes, o Fundo continuará pagando a parcela da Taxa de Administração que remunera o Administrador mesmo que encerrado o Prazo de Duração.

O Administrador ou o Gestor podem estabelecer que parcelas da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido contratados pelo Administrador ou pelo Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance fixadas no Regulamento.

A divisão da Taxa de Administração entre Administrador e Gestor será realizada nos termos acordados entre estes.

5.13.1.1. Taxa de Administração do Fundo Investido

Pela prestação dos serviços de administração e gestão o Fundo Investido pagará uma taxa de administração correspondente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano para as Cotas Classes D (sendo que a mesma poderá ser reduzida esporadicamente conforme os termos e condições previamente acordados entre o administrador e o gestor do Fundo Investido). A taxa de administração do Fundo Investido será cobrada sobre as seguintes bases, conforme aplicável:

- (iii) Durante o período de investimentos do Fundo Investido: capital subscrito referente às Cotas Classe D;
- (iv) A partir do término do período de investimentos do Fundo Investido até o final do prazo de duração do Fundo Investido: capital integralizado pelo Fundo, atualizado anualmente pela variação do IPCA a partir do término do período de investimentos do Fundo Investido, menos (a) o custo de aquisição das Sociedades Investidas que já tenham sido objeto de desinvestimento (proporcionalmente à parcela desinvestida, sendo certo que valores (x) mantidos em contas vinculadas e de garantia; e (y) a receber por conta de parcelas futuras, fixas e variáveis (por exemplo, earn-outs), não serão deduzidos até sua efetiva liberação ou pagamento ao Fundo Investido); e (b) o custo de aquisição das Sociedades Investidas que tenham seu valor contábil reduzido a zero.

Tendo em vista que o Fundo Investido cobrará uma taxa de administração sobre as Cotas Classe D descrita acima, fica desde já estabelecido que tal taxa de administração, em conjunto com a Taxa de Administração, não superará o valor de 2% (dois por cento) ao ano sobre as bases aplicáveis.

5.13.2. Taxa de Performance

Além da Taxa de Administração, será devida pelo Fundo uma da Taxa de Performance, a ser paga ao Gestor, em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor das Distribuições que superarem o Capital Integralizado acrescido pelo *Hurdle*, a ser calculada e paga no âmbito das Distribuições, de acordo com o procedimento descrito abaixo:

(i) primeiramente, todos os recursos serão pagos apenas aos Cotistas, até que atingido, em uma ou mais Distribuições, o montante equivalente à soma de:

(a) valor do Capital Integralizado, e proporcionalmente à participação de cada Cotista no Capital Integralizado, ajustado pela variação do IPCA do mês anterior à data da integralização e o IPCA do mês anterior à data do efetivo pagamento; e

(b) o Custo de Oportunidade no mesmo período aplicado sobre o resultado de (a); e

(ii) em seguida, os recursos excedentes de cada Distribuição serão distribuídos simultaneamente entre o Gestor, a título de Taxa de Performance, e os Cotistas, na proporção de 20% (vinte por cento) para o Gestor e 80% (oitenta por cento) para os Cotistas.

Para fins de esclarecimento, a cobrança da Taxa de Performance somente será feita após o recebimento, pelos Cotistas, da totalidade de seu Capital Integralizado, devidamente atualizado pelo Hurdle, isto é, a variação do IPCA acrescida do Custo de Oportunidade, fixado em 6% (seis por cento) ao ano, conforme o disposto na alínea (c) do §5º do Art. 8º da Resolução CMN 3.922, conforme alterada pela Resolução CMN 4.604, de 19 de outubro de 2017.

Nas hipóteses de destituição sem Justa Causa, renúncia e/ou descredenciamento do Gestor, a parcela da Taxa de Performance referente aos investimentos selecionados pelo Gestor durante o período em que este esteve prestando serviços para o Fundo deverá ser paga pelo Fundo ao Gestor simultaneamente à realização das Distribuições até o desinvestimento integral do Fundo nos referidos investimentos selecionados pelo Gestor, sendo certo que o Gestor não fará jus à referida Taxa de Performance nos casos de destituição com Justa Causa.

5.13.3. Despesas e encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas pelo Administrador:

(i) emolumentos, encargos com empréstimos e comissões pagos por operações do Fundo;

(ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive a Taxa de Fiscalização da CVM;

(iii) registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na Instrução CVM 578/16;

(iv) correspondências e demais documentos do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas, tais como despesas com confecção e trânsito, dentre outras;

(v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria das demonstrações contábeis do Fundo;

(vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;

- (vii) parcela de prejuízos não coberta por apólice de seguro e não decorrente de culpa ou dolo do Administrador, e/ou do Gestor no exercício de suas respectivas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) inerentes à fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do Fundo, sem limitação de valor;
- (x) inerentes à realização de Assembleia Geral de Cotistas, reuniões do Comitê de Acompanhamento (sendo certo que tais despesas serão divididas com os demais Veículos de Investimento Feeder que indicarem membros ao Comitê de Acompanhamento, na proporção dos membros indicados em relação ao total) ou de outros comitês ou conselhos que venham a ser criados pelo Fundo, sem limitação de valor;
- (xi) com liquidação, registro, negociação e custódia de operações com ativos, incluindo despesas de registro e manutenção de contas junto à B3, Selic, CBLC e/ou outras entidades análogas, devendo ser observado, especificamente no tocante à taxa de custódia, o limite máximo de 0,045% a.a. sobre o patrimônio líquido do Fundo, sem prejuízo do valor mínimo mensal estipulado no Compromisso de Investimento;
- (xii) contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, sem limitação de valor;
- (xiii) relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos do Fundo;
- (xiv) contribuição anual devida às entidades autorreguladoras ou às entidades administradoras do mercado organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, bem como as despesas com a escrituração das Cotas;
- (xv) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- (xvi) gastos da distribuição primária de cotas, observado o limite disposto abaixo, bem como com seu registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários;
- (xvii) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado;
- (xviii) despesas inerentes à constituição do Fundo e/ou às ofertas de suas Cotas (tais como taxa de registro junto ao Código Abvcap/Anbima, taxa de abertura de conta e/ou registro de oferta de cotas junto à B3, remuneração do agente autônomo e do distribuidor das Cotas, despesas com cartório, despesas com o registro da oferta de Cotas junto à CVM, despesas com advogados, viagens, hospedagem e alimentação, taxas de estruturação/implantação cobradas pelos prestadores de serviços do Fundo etc.), sem limitação de valor, sendo passíveis de reembolso ao Administrador e/ou ao Gestor apenas as despesas que tenham sido incorridas no prazo máximo de 1 (um) ano de antecedência da data de registro do Fundo junto à CVM e desde que devidamente comprovadas;

(xix) remuneração do Administrador e do Gestor; e

(xx) despesas com a manutenção do registro do Fundo junto ao Código Abvcap/Anbima e sua respectiva base de dados.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo deverão ser imputadas ao Gestor, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

O Fundo deverá sempre manter em caixa recursos suficientes para fazer frente à, no mínimo, 1 (um) ano de despesas, de acordo com estimativas feitas pelo Administrador e pelo Gestor.

A remuneração paga a prestadores de serviço relativos à distribuição de Cotas, tais como coordenação, colocação, dentre outros, deverá observar o limite de 0,5% (meio por cento) do Capital Subscrito do Fundo durante todo o Prazo de Duração, sendo certo que eventuais valores que superarem esse limite poderão ser pagos pelo Fundo e descontados da parcela da Taxa de Administração que remunera o Gestor.

5.14. Política de Divulgação de Informações

O Administrador deverá enviar aos Cotistas, à entidade administradora de mercado organizado onde as Cotas estejam admitidas à negociação e à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as seguintes informações:

(i) trimestralmente, em até 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as informações referidas no modelo do Anexo 46-I à Instrução CVM 578/16;

(ii) semestralmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;

(iii) anualmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis auditadas, acompanhadas do relatório do auditor independente e do relatório do Administrador e Gestor a que se referem o inciso (iv) do item 5.11.2 deste Prospecto e o inciso (i) do item 5.12.2 deste Prospecto.

A informação semestral de que trata o item (ii) acima deve ser enviada à CVM com base no exercício social do Fundo.

Além das disposições previstas acima, o Administrador e o Gestor também deverão observar a metodologia e a periodicidade que vierem a ser estabelecidas por deliberações emitidas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Código Abvcap/Anbima.

O Gestor deverá fornecer aos Cotistas, no mínimo uma vez por ano, atualizações de seus estudos e análises sobre os investimentos realizados pelo Fundo, tal como exigido pelo inciso (iii) do item 5.12.2 deste Prospecto, as quais deverão conter um detalhamento da performance histórica das Sociedades Investidas do Fundo Investido.

5.15. Situações de Conflito de Interesses

No momento da constituição do Fundo não foram identificadas situações que pudessem ser caracterizadas como conflitos de interesses.

Salvo aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, é vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte:

- (i) o Administrador, o Gestor, os membros de conselhos ou outros comitês que venham a ser criados pelo Fundo e Cotistas titulares de Cotas representativas de 5% (cinco por cento) do patrimônio do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total; e
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:
 - (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Sociedade Alvo emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.
- (iii) de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor.

O disposto acima não se aplica quando o Administrador ou Gestor atuarem:

- (i) como administrador ou gestor de fundos investidos ou na condição de contraparte do Fundo, com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo; e
- (ii) como administrador ou gestor do Fundo Investido.

A aprovação dos atos que configurarem potencial conflito de interesses entre o Fundo e o Administrador ou o Gestor, e entre o Fundo e qualquer Cotista ou grupo de Cotistas que detenham mais de 10% das cotas subscritas, inclusive em relação às hipóteses previstas acima serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Cotas subscritas.

5.16. Comitê de Acompanhamento

O Fundo Investido terá um o Comitê de Acompanhamento, o qual terá como função acompanhar o processo de investimento nas Sociedades Alvo e o acompanhamento da performance das Sociedades Investidas. O Comitê de Acompanhamento não terá função deliberativa, de forma que não poderá opinar sobre o investimento, operação e desinvestimento, conforme o caso, nas Sociedades Alvo e/ou nas Sociedades Investidas.

O Comitê de Acompanhamento será composto por no mínimo 2 (dois) membros, apontados a exclusivo critério dos cotistas do Fundo Investido de classes D e E, sendo que os cotistas de cada classe definirão as regras de eleição dos membros do Comitê de Acompanhamento, ou mesmo a renúncia a este direito.

Fundo terá o direito de indicar os seguintes membros para o Comitê de Acompanhamento:

(i) Os Cotistas que firmarem Boletins de Subscrição estabelecendo seu Capital Subscrito em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) poderão nomear 1 (um) membro cada, sendo certo que caso nenhum Cotista tenha firmado Boletim de Subscrição estabelecendo Capital Subscrito neste valor (ou tais Cotistas renunciarem ao direito de nomear membros), deverão ser observados apenas os procedimentos do item (ii) abaixo;

(ii) ressalvado o disposto abaixo, o Cotista com maior Capital Subscrito sem considerar os Cotistas descritos no item (i) acima terá o direito de nomear 1 (um) membro, e se este renunciar a tal direito, o Cotista de maior Capital Subscrito após o Cotista renunciante, e assim sucessivamente; e

(iii) o Gestor, a seu critério, poderá selecionar 1 (um) ou mais Cotistas para que indiquem membros ao Comitê de Acompanhamento.

Na hipótese do item (ii) acima, caso 2 (dois) ou mais Cotistas detenham Capital Subscrito de igual valor, estes Cotistas terão o direito de indicar 1 (um) membro cada.

A indicação do(s) membro(s) que representará(ão) o Fundo no Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido será feita mediante comunicação ao Gestor e ratificada em Assembleia Geral de Cotistas subsequente à indicação.

Será aceita a participação, no Comitê de Acompanhamento, de pessoa que participe de comitê de acompanhamento (ou órgão análogo) de outro veículo cujo objeto seja total ou parcialmente coincidente com o do Fundo, desde que tal pessoa se comprometa, cumulativamente, a:

(i) manter confidenciais as informações de que tiver conhecimento em virtude de sua participação no Comitê de Acompanhamento;

(ii) indenizar o Fundo e o Fundo Investido por eventuais prejuízos causados, sendo que todos os membros do Comitê de Acompanhamento deverão informar, por escrito, aos demais integrantes do Comitê de Acompanhamento qualquer situação ou potencial situação de conflito de interesses com o Fundo, imediatamente após tomar conhecimento da mesma; e

(iii) não exercer cargo consultivo ou de administração ou deter significativa influência em sociedades que atuem no mesmo subsetor das Sociedades Investidas ou que de qualquer forma possam ser consideradas sociedades concorrentes de quaisquer Sociedades Investidas.

Em caso de manifesta negligência ou comprovada má-fé por parte do membro do Comitê de Acompanhamento, ou de grave descumprimento das disposições do Regulamento a ele aplicáveis, o referido membro poderá ser destituído de suas funções por decisão dos demais membros do Comitê de Acompanhamento, pelo Administrador ou pelo Gestor, devendo ser tal destituição imediatamente comunicada ao responsável pela sua indicação, sendo que este responsável deverá indicar seu substituto.

Os membros do Comitê de Acompanhamento indicados por Cotistas que sejam considerados inadimplentes não poderão participar das reuniões do Comitê de Acompanhamento enquanto perdurar o inadimplemento do referido Cotista.

O(s) membro(s) do Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido indicado pelo Fundo terá(ão) mandato por prazo indeterminado.

O(s) membro(s) do Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido indicado(s) pelo Fundo poderá(ão) ser substituído(s) a qualquer momento por quem o(s) indicou, por intermédio de comunicação formal, por escrito, ao Administrador e ao Gestor, dando ciência do fato e indicando o(s) substituto(s) e suas respectivas qualificações. A referida substituição será objeto de ratificação em Assembleia Geral de Cotistas a ser realizada após tal comunicação.

O(s) membro(s) do Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido indicado(s) pelo Fundo deverá(ão) manter as informações constantes de materiais relativos aos investimentos do Fundo Investido, sejam potenciais ou realizados, que venham a ser a eles disponibilizados pelo Administrador ou pelo Gestor, sob absoluto sigilo e confidencialidade, comprometendo-se, para tanto, a firmar termo de confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo se:

(i) com o consentimento prévio e por escrito do Gestor e/ou do Administrador; ou

(ii) por ordem judicial ou administrativa expressa, inclusive da CVM, sendo que, nesta hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados, por escrito, de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

O Comitê de Acompanhamento se reunirá trimestralmente mediante convocação do Gestor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos.

As reuniões do Comitê de Acompanhamento serão realizadas na sede do Gestor, sendo que a participação dos membros do Comitê de Acompanhamento poderá ocorrer de forma não presencial por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a comunicação simultânea.

5.17. Solução de Conflitos

O Administrador, o Gestor, o Fundo e os Cotistas, inclusive seus sucessores a qualquer título ("Partes da Arbitragem"), se obrigam a submeter à arbitragem toda e qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada ao Regulamento, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo e do Fundo Investido, tal como previsto no Regulamento.

5.18. Regras de Tributação

O disposto neste item foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

5.18.1. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), incidente sobre todas as operações das carteiras dos fundos de investimento, sendo possível sua majoração a qualquer tempo mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento. Exceção é feita para as operações com derivativos, sujeitas atualmente à tributação pelo IOF/Títulos à alíquota de zero (zero por cento), em relação aquisição, venda ou vencimento de derivativos financeiros, celebrados no Brasil, que, individualmente, resultem em aumento da exposição cambial vendida ou redução da exposição cambial comprada. Tal alíquota pode ser majorada a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira são isentos do Imposto de Renda.

5.18.2. Tributação Aplicável aos Cotistas – Residentes No Brasil

Aos Cotistas RPPS é aplicado tratamento tributário específico em razão de sua caracterização como entidade imune.

Os investidores RPPS que se qualifiquem à imunidade constitucional veiculada pelo artigo 150, VI, 'c' da Constituição Federal do Brasil não sofrem imposição tributária, pois estas entidades são consideradas imunes dos impostos instituídos sobre o patrimônio, renda e serviços relacionados com suas finalidades essenciais.

Deste modo, os ganhos e rendimentos auferidos, seja na cessão/alienação, resgate ou amortização de Cotas não serão, portanto, sujeitos a qualquer tributação.

Por outro lado, dúvidas podem surgir quanto à incidência das Contribuições ao Financiamento da Seguridade Social e ao Programa de Integração Social ("Contribuições") sobre as receitas auferidas por esses investidores. Recomendamos que os investidores consultem seus próprios assessores legais a fim de confirmar o tratamento tributário que seria aplicável aos ganhos e rendimentos que seriam auferidos em decorrência da cessão, alienação, resgate ou amortização das Cotas no que tange a essas Contribuições.

6. FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo do Fundo, política de investimento e composição da Carteira e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Coordenador Líder, do Gestor ou de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

O Fundo e os ativos que comporão a sua Carteira estão sujeitos aos seguintes fatores de risco, entre outros:

- (i) **Risco de liquidez:** Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da Carteira nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Fundo poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez e aos riscos associados aos referidos ativos, que podem, inclusive, obrigar o Fundo a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações e resgates aos Cotistas, nos termos do Regulamento.
- (ii) **Risco relacionado ao resgate e à liquidez das Cotas:** o Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Cotas a qualquer momento. A amortização das Cotas será realizada à medida que o Fundo tenha disponibilidade para tanto, ou na data de liquidação do Fundo. Além disso, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento é muito pouco desenvolvido no Brasil, havendo o risco para os Cotistas que queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, de não conseguirem negociar suas Cotas em mercado secundário em função da potencial ausência de compradores interessados. Assim, em razão da baixa liquidez das Cotas, os Cotistas poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Cotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Cotas.

- (iii) **Risco de concentração:** o Fundo deverá aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido em cotas de emissão do Fundo Investido, o que implicará na concentração dos investimentos do Fundo em ativos emitidos por um único emissor e de pouca liquidez. Quanto maior a concentração de recursos aplicados pelo Fundo em ativos de um mesmo emissor, maior é o risco que o Fundo está exposto. Desta forma, o Fundo estará sujeito aos mesmos riscos do Fundo Investido, conforme fatores de risco previstos no respectivo Regulamento do Fundo Investido. O resultado do Fundo dependerá dos resultados atingidos pelo Fundo Investido.
- (iv) **Riscos relacionados ao investimento do Fundo Investido nas Sociedades Investidas:** embora o Fundo Investido tenha participação no processo decisório das Sociedades Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho das Sociedades Investidas, (ii) solvência das Sociedades Investidas ou (iii) continuidade das atividades das Sociedades Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados do Fundo Investido e, portanto, da Carteira e o valor das Cotas. Os investimentos do Fundo Investido poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas no Regulamento do Fundo Investido, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo Investido quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Sociedade Investida e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira do Fundo Investido e, consequentemente, o valor da Carteira e das Cotas. O Fundo Investido pode ter participações minoritárias em Sociedades Investidas, o que poderá limitar sua capacidade de proteger seus interesses em tais Sociedades Investidas. Ainda que, quando da realização de aporte de capital em uma determinada Sociedade Alvo ou Sociedade Investida, o Fundo Investido tente negociar condições que lhe assegurem direitos para proteger seus interesses em face da referida Sociedade Alvo ou Sociedade Investida e dos demais acionistas, não há garantia que todos os direitos pleiteados serão concedidos ao Fundo Investido, o que pode afetar o valor da carteira do Fundo Investido e, consequentemente, o valor da Carteira e das Cotas.
- (v) **Riscos relacionados às Sociedades Investidas e riscos setoriais:** Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo Investido será feita em títulos ou valores mobiliários de emissão de Sociedades Investidas, o que, por sua natureza, envolve riscos do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Embora o Fundo Investido tenha sempre participação no processo decisório das respectivas Sociedades Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Sociedades Investidas, (ii) solvência das Sociedades Investidas e (iii) continuidade das atividades das Sociedades Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos do Fundo Investido e o valor das cotas do Fundo Investido. Não se pode garantir que o Administrador e o Gestor avaliarão corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preços

e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo Investido podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores a eles inerentes e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais, podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo Investido e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo Investido em um período específico pode não ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo Investido pretende participar do processo de tomada de decisões estratégicas de cada uma das Sociedades Investidas. Embora tal participação em algumas circunstâncias possa ser importante para a estratégia de investimento do Fundo Investido e possa aumentar a capacidade do Fundo Investido de administrar seus investimentos, também pode sujeitar o Fundo Investido a reivindicações a que ele não estaria sujeito se fosse apenas um investidor passivo. Por exemplo, caso alguma das Sociedades Investidas tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da Sociedade Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Sociedade Investida poderá ser atribuída ao Fundo Investido, impactando o valor das Cotas, podendo, inclusive, gerar patrimônio líquido negativo e sujeitar os cotistas do Fundo Investido a realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo Investido, o que, por sua vez, poderia resultar, inclusive, na hipótese do Fundo solicitar aos Cotistas a realização de aportes adicionais de recursos no Fundo.

Uma parcela dos investimentos do Fundo Investido pode envolver investimentos em valores mobiliários de emissão de companhias abertas ou em companhias que venham a abrir seu capital. Investimentos em companhias abertas podem sujeitar o Fundo Investido a riscos que variam em tipo e grau daqueles envolvidos nos investimentos em companhias fechadas. Tais riscos incluem, sem limitação, maior volatilidade na avaliação de tais companhias, maiores obrigações de divulgação de informações sobre tais companhias, limites à capacidade do Fundo Investido de alienar tais valores mobiliários em determinados momentos (inclusive devido ao conhecimento, pelo Fundo Investido, de informações não públicas relevantes), maior probabilidade de propositura de ações pelos acionistas contra os membros do conselho de administração dessas companhias, processos administrativos movidos pela CVM e aumento nos custos relacionados a cada um desses riscos.

Investimentos em Sociedades Investidas envolvem riscos relacionados aos setores em que as Sociedades Investidas atuam. Não há garantia quanto ao desempenho de quaisquer desses setores nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Sociedades Investidas acompanhe *pari passu* o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Sociedades Investidas acompanhe o desempenho das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo Investido e os seus cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

O Fundo Investido poderá investir em Sociedades Investidas que atuam em setores regulamentados. As operações de tais Sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas Sociedades Investidas. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração de regulamentação já existente pode afetar o desempenho das Sociedades Investidas. Em função de diversos fatores relacionados ao funcionamento de órgãos públicos dos quais o Fundo Investido pode vir a depender no desempenho de suas operações, não há garantias de que o Fundo Investido conseguirá exercer todos os seus direitos como acionista das Sociedades Investidas, ou como adquirente ou alienante de ações ou outros valores mobiliários de emissão de tais Sociedades Investidas, nem de que, caso o Fundo Investido consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais e/ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a rentabilidade da carteira de investimentos do Fundo Investido.

Não obstante a diligência e o cuidado do Administrador, os pagamentos relativos aos valores mobiliários de emissão das Sociedades Investidas, como dividendos, juros sobre o capital próprio e outras formas de remuneração e bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Sociedade Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo Investido e os seus cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

No processo de desinvestimento de uma Sociedade Investida, o Fundo Investido pode ser solicitado a oferecer informações sobre o negócio e situação financeira de uma Sociedade Investida típicas em situações de venda de participação societária. O Fundo Investido pode desconhecer ativos insubsistentes e passivos supervenientes que poderão gerar obrigação de indenização pelo Fundo Investido aos adquirentes da Sociedade Investida, o que pode afetar o valor das Cotas. Ademais, o processo de desinvestimento poderá ocorrer em etapas, sendo possível que o Fundo Investido, com a diminuição de sua participação na Sociedade Investida, perca gradualmente o poder de participar no processo decisório da Sociedade Investida, o que pode afetar sua capacidade de agregar valor ao respectivo investimento.

- (vi) **Risco de mercado:** Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos integrantes da Carteira, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Essas oscilações de preço podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

- (vii) **Risco de precificação dos ativos:** A precificação dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira de investimentos do Fundo Investido e da Carteira será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários e demais operações estabelecidas no Regulamento, no Regulamento do Fundo Investido e na regulamentação em vigor, havendo o risco de que a avaliação da Carteira não reflita necessariamente o valor da Carteira quando da venda de ativos. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo Investido e do Fundo, podendo resultar em perdas aos Cotistas.
- (viii) **Risco de crédito:** Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem a Carteira.
- (ix) **Riscos de alterações da legislação tributária:** O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão sujeitar o Fundo, as cotas do Fundo Investido, os Outros Ativos e/ou os Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis ao Fundo, às cotas do Fundo Investido, aos Outros Ativos e aos Cotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados do Fundo Investido, bem como a rentabilidade de suas cotas, dos Outros Ativos e, consequentemente, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Cotistas.
- (x) **Risco de Aplicação de Regime Tributário Diferente.** Não é possível assegurar a aplicação do mesmo tratamento tributário descrito no item 5.18 acima aos investidores que venham adquirir as Cotas detidas por RPPS, em virtude de qualquer operação que implique a transferência da propriedade ou posse dessas Cotas. Aos investidores que se qualifiquem como pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou não residentes no Brasil, será aplicado regime tributário distinto, à luz das particularidades de cada investidor.
- (xi) **Riscos de acontecimentos e percepção de risco em outros países:** O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no País, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Cotas, o que poderá ter um efeito negativo nos resultados do Fundo e na rentabilidade dos Cotistas.
- (xii) **Risco relacionado a fatores macroeconômicos e à política governamental:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao seu controle tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas. Tais eventos podem resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira

e (b) inadimplemento por parte dos emissores dos ativos. O Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar o Fundo e os Cotistas de forma negativa.

- (xiii) **Risco relacionados à morosidade da justiça brasileira:** o Fundo e/ou o Fundo Investido poderão ser partes de demandas judiciais relacionadas aos negócios das Sociedades Investidas, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. No entanto, em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas poderá não ser alcançada em tempo razoável. Ademais, não há garantia de que o Fundo e/ou o Fundo Investido obterão resultados favoráveis em suas demandas judiciais. Os fatos mencionados acima poderão afetar de forma adversa o desenvolvimento dos negócios do Fundo Investido e, conseqüentemente, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Cotistas.
- (xiv) **Cancelamento da Oferta.** Caso não consiga realizar a distribuição de Cotas em montante equivalente ao Montante Mínimo da Oferta ou caso o Fundo Investido não obtenha recursos suficientes para formação do patrimônio inicial do Fundo Investido o Administrador será obrigado a cancelar a respectiva oferta, cancelando também os eventuais Compromissos de Investimentos celebrados até a decisão de cancelamento.
- (xv) **Amortização e/ou resgate das Cotas com cotas do Fundo Investido ou Outros Ativos integrantes da Carteira:** o Regulamento contempla circunstâncias em que as Cotas poderão ser amortizadas ou resgatadas em espécie com cotas do Fundo Investido e/ou Outros Ativos integrantes da Carteira. Nestes casos, os Cotistas poderão encontrar dificuldades na negociação das cotas do Fundo Investido e/ou dos Outros Ativos recebidos do Fundo.
- (xvi) **Riscos relacionados à amortização de Cotas:** os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos que sejam atribuídos às cotas do Fundo Investido e ao retorno do investimento no Fundo Investido. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados.
- (xvii) **Risco de Mudanças na Regulamentação Aplicável:** o Governo Federal, por meio de suas autarquias e demais entidades da administração direta e indireta, entre elas a CVM, o Conselho Monetário Nacional, o Ministério do Trabalho e Previdência Social e a Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda, regularmente introduz alterações na regulamentação aplicável aos fundos de investimento. Essas alterações incluem, exemplificativamente, modificações (a) na qualificação dos investidores aptos a investir em tais produtos; (b) nos limites de concentração das carteiras dos fundos de investimento; (c) nos requisitos relativos ao investimento em ativos-alvo das carteiras de fundos de investimento, incluindo aspectos de governança corporativa; e (d) nas demais regras relativas aos investimentos no mercado de capitais por investidores que compõem o público-alvo do Fundo. Os efeitos das alterações nas regras atualmente vigentes, bem como quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de alterações na legislação e na regulamentação não podem ser quantificados. Tais medidas, quando e se editadas, poderão limitar a capacidade dos Cotistas de realizar investimentos, diretos e/ou indiretos, nas Sociedades Alvo que venham a ser escolhidas pelo

gestor do Fundo Investido, nos termos do Regulamento. A política de investimentos do Fundo Investido está adaptada aos requisitos e limites estabelecidos na regulamentação vigente, sendo que o Gestor atuará sempre no melhor interesse do Fundo Investido para conduzir sua política de investimentos. Caso o Fundo passe a estar sujeito a restrições adicionais após o ingresso dos Cotistas no Fundo, bem como após a integralização de cotas Classe D do Fundo no Fundo Investido, o Gestor poderá tomar a decisão de não alocar, total ou parcialmente, o Capital Subscrito, caso o Gestor entenda ser do melhor interesse do Fundo Investido e seus demais investidores que tal estratégia seja a melhor a ser implementada. Não há como garantir que as regras atualmente aplicáveis ao Fundo e aos Cotistas permanecerão vigentes e que os Cotistas terão oportunidade de investir no Fundo Investido e indiretamente em todas as Sociedades Alvo escolhidas pelo gestor do Fundo Investido, bem como não há como garantir que tais regras sejam alteradas após um ou mais investimentos já tenham sido realizados pelo Fundo Investido, quando as obrigações originalmente atribuídas aos Cotistas permanecerão válidas e exequíveis.

- (xviii) **Risco de patrimônio negativo:** as eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do Capital Subscrito pelos Cotistas e em razão da natureza condominial do Fundo, os Cotistas são responsáveis por suprir os recursos necessários para reverter um eventual patrimônio líquido negativo. Dessa forma, os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo.
- (xix) **Riscos Relacionados aos Direitos e Obrigações Sobreviventes:** o Administrador poderá manter o Fundo em funcionamento após o final do Prazo de Duração caso subsistam Direitos e Obrigações Sobreviventes. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas com a distribuição de proventos decorrentes do recebimento de valores decorrentes desses Direitos e Obrigações Sobreviventes ou da expiração dos prazos relativos aos referidos Direitos e Obrigações Sobreviventes está condicionada a eventos futuros e obrigações contratuais e legais que podem não estar sob o controle do Administrador e/ou do Gestor. Em razão do exposto acima, recursos do Fundo poderão ser retidos para fazer frente a Direitos e Obrigações Sobreviventes e, se for o caso, somente liberados aos Cotistas mesmo após o encerramento do Prazo de Duração; poderão ocorrer situações em que os Cotistas sejam chamados para aportar recursos adicionais no Fundo para fazer frente a Direitos e Obrigações Sobreviventes, mesmo após o encerramento do Prazo de Duração.
- (xx) **Riscos de não realização dos investimentos do Fundo:** os investimentos do Fundo são considerados de médio e longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estarão disponíveis no momento e em quantidades convenientes ou desejáveis à satisfação de suas respectivas políticas de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização destes investimentos.
- (xxi) **Risco de descontinuidade:** O Regulamento estabelece algumas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante nenhuma indenização, multa ou penalidade, a qualquer Cotista, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- (xxii) **Ausência de classificação de risco das Cotas:** as Cotas não foram objeto de classificação de risco e, com isso, os investidores não contarão com uma análise de risco independente realizada por uma empresa de classificação de risco (empresa de rating). Caberá aos potenciais investidores, antes de subscrever e integralizar as Cotas, analisar todos os riscos envolvidos na aquisição de Cotas, inclusive, mas não somente, aqueles aqui descritos.

- (xxiii) **Riscos relacionados à amortização:** os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídas ao Fundo Investido, os quais serão provenientes dos valores mobiliários de emissão das Sociedades Investidas do Fundo Investido e ao retorno do investimento nas Sociedades Investidas do Fundo Investido, mediante o seu desinvestimento. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados.
- (xxiv) **Risco da inexistência de rendimento pré-determinado:** o valor das Cotas será atualizado conforme definido no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Cotistas quando da liquidação de suas respectivas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual do Administrador, do Gestor e/ou de suas respectivas partes relacionadas, em assegurar tal remuneração aos Cotistas.
- (xxv) **Risco Socioambiental:** as Sociedades Investidas do Fundo Investido, direta ou indiretamente, podem estar sujeitas a maior risco de contingências socioambientais decorrentes de suas atividades, bem como de eventual não cumprimento da legislação socioambiental aplicável e de eventos adversos, especialmente se exercerem atividade com significativo impacto socioambiental, tais como acidentes, vazamentos, explosões ou outros incidentes que podem resultar em lesões corporais, mortes, danos ao meio ambiente e à coletividade que poderão gerar dispêndios para as Sociedades Investidas, impactando o desempenho dos investimentos do Fundo Investido e, por consequência, do Fundo.
- (xxvi) **Risco de descasamento do prazo de duração do Fundo e do Fundo Investido:** no caso de redução do prazo de duração do Fundo Investido ou liquidação antecipada do Fundo Investido, a liquidação do Fundo Investido poderá ensejar o resgate das Cotas Classe D mediante a entrega de ativos do Fundo Investido ao Fundo, quais sejam, a participação nas Sociedades Investidas, sendo certo que, nessa hipótese, o Gestor poderá convocar Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo, mediante a entrega da referida participação nas Sociedades Investidas, ou sobre a estratégia a ser adotada para o desinvestimento em tais ativos. No caso de ocorrer a redução do Prazo de Duração não acompanhada pela redução do prazo de duração do Fundo Investido, ou a prorrogação do prazo de duração do Fundo Investido não acompanhada por prorrogação do Prazo de Duração do Fundo, os Cotistas poderão receber o resgate de suas Cotas mediante a entrega de ativos do Fundo aos Cotistas, quais sejam, as Cotas Classe D.
- (xxvii) **Risco de Potencial Conflito de Interesses** a Oferta envolve a contratação pelo Fundo das seguintes entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico: (i) o Gestor, para prestação dos serviços de gestão do Fundo e (ii) o Coordenador Líder, para prestação dos serviços de distribuição de Cotas. Ainda que não tenha sido verificada situação de conflito de interesses, não é possível assegurar que as contratações acima previstas não caracterizam situações de conflito de interesses potencial, o que, se configurada, pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.
- (xxviii) **Outros Riscos:** o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao seu controle, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros integrantes da Carteira, alteração na política monetária, alteração na política fiscal, aplicações ou resgates significativos, os quais, se materializados, poderão acarretar perdas ao Fundo e aos Cotistas.

7. BREVE HISTÓRICO DO COORDENADOR LÍDER, DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR

7.1. Breve Histórico do Administrador

O Fundo é administrado fiduciariamente pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda., constituída em 2012 e autorizada pela CVM, por meio do Ato Declaratório CVM nº 12.444, em 20 de julho de 2012, a prestar serviços de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

A Lions Trust possui 43 (quarenta e três) fundos registrados na CVM cuja administração e/ou controladoria encontram-se sob sua responsabilidade, dos quais 36 (trinta e seis) já tiveram cotas subscritas e 7 (sete) encontram-se em fase pré-operacional. A Lions Trust possui mais de R\$ 13 bilhões (treze bilhões de reais) de capital subscrito sob administração, sendo especializada na estruturação de veículos de investimento e na prestação de serviços fiduciários para o segmento de investimentos alternativos.

Fundada por profissionais com experiência no setor de *private equity* e *venture capital*, a Lions Trust tem por objetivo contribuir com o aumento da produtividade dos clientes, permitindo que otimizem seu tempo, focando principalmente em assuntos relacionados aos investimentos e desinvestimentos do fundo, gerando, dessa forma, um impacto positivo na gestão dos veículos que administra.

Os sócios fundadores da Lions Trust vêm participando ativamente do desenvolvimento do mercado brasileiro de participações há mais de 15 (quinze) anos, e já se envolveram na estruturação, constituição, gestão e administração de mais de 100 (cem) fundos de investimento em participações, bem como de vários veículos constituídos e captados no exterior com a finalidade de realizar investimentos no Brasil e na América Latina.

7.2. Breve Histórico do Gestor

O Fundo tem sua Carteira gerida pela Kinea Private Equity Investimentos S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.661.817/0001-61, devidamente autorizada a gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM por meio do Ato Declaratório n.º 13.189, de 01 de agosto de 2013.

A Kinea Private Equity iniciou suas atividades como uma área de negócios da Kinea Investimentos Ltda., empresa criada em 24 de agosto de 2007, pelo Itaú Unibanco S.A. e pelos seus sócios executivos, como empresa especializada na gestão de investimentos alternativos (*Hedge Funds*, *Private Equity*, Fundos de Investimento Imobiliário). Em 29 de julho de 2013 as atividades de *Private Equity* foram segregadas em uma nova empresa – Kinea Private Equity Investimentos S/A - dedicada exclusivamente à atuação em *Private Equity*.

Em 31 de junho de 2017, o Gestor possuía 10 (dez) fundos sob gestão, totalizando aproximadamente R\$ 1.230.000.000,00 (um bilhão, duzentos e trinta milhões de Reais) sob gestão, sendo que desse valor R\$ 439.000.000,00 (quatrocentos e trinta e nove milhões de Reais) correspondem a capital comprometido.

O Itaú Unibanco S.A. é detentor de 80% (oitenta por cento) das ações preferenciais do Gestor, sendo que as demais ações do Gestor são detidas por seus sócios executivos, que atuam diretamente na gestão dos fundos.

7.2.1. O Corpo Técnico do Gestor

- Cristiano Lauretti - Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP e com 17 anos de experiência em *private equity*. Foi Diretor-Executivo do AIG Capital Partners no Brasil onde atuou desde 2000 participando do Comitê de Investimentos do Fundo BSSF II (US\$ 692 milhões). Atuou no Conselho de Administração de empresas como Gol Linhas Aéreas e Fertilizantes Heringer e foi Presidente do Conselho de Administração da Companhia Providência. Cristiano iniciou a sua carreira na Varig e também trabalhou no ABN AMRO (*Project Finance*) e no Banco Itaú (Programa de Trainee).
- Eduardo S. Marrachine - Formado em Administração Pública pela EAESP/FGV, com experiência de 17 anos no segmento de *Private Equity* na América Latina. Atualmente é sócio executivo da Kinea Investimentos na área de *Private Equity*. Anteriormente foi diretor de investimentos no AIG Capital Partners, empresa gestora de *Private Equity* com foco em mercados emergentes, baseado em São Paulo. Iniciou sua carreira na ExxonMobil do Brasil em 1997, como analista financeiro, tendo passado posteriormente pelo Banco Patrimônio Salomon Brothers e pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria no segmento de finanças corporativas.
- André Dabus Salomão – Formado em administração e empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), com pós-graduação em finanças pela UCLA (Universidade da Califórnia, Los Angeles). Juntou-se à Kinea em outubro de 2009. Com experiência de 15 anos no segmento de *Private Equity*, foi vice-presidente de investimentos no AIG Capital Partners. Iniciou sua carreira na Enron América do Sul, tendo passado também por AmBev, no segmento de finanças corporativas.
- Diego Montezano Santos – Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Juntou-se à Kinea em outubro de 2009. Com experiência de 9 anos no segmento de *Private Equity*, antes de juntar-se à Kinea foi parte da equipe de investimentos do AIG Capital Partners. Iniciou sua carreira no segmento de banco de investimentos no suíço Banco UBS e, posteriormente, Banco UBS Pactual, tendo executado diversos projetos de M&A e ofertas públicas de ações.

- Camilo Cabianca Ramos – Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), juntou-se à Kinea em abril de 2011. Com experiência de 6 anos no segmento de *Private Equity*, antes da Kinea, trabalhou por 6 anos na área de *Investment Banking* do Banco Itaú BBA, tendo executado diversos projetos de M&A e ofertas públicas de ações.
- Eric Varga – Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), juntou-se à Kinea em março de 2013. Com experiência de 6 anos no segmento de *Private Equity*, antes da Kinea, trabalhou por 2 anos na área de *Private Equity* da BRZ Investimentos, onde participou de follow-ons, monitoramento de portfólio e projetos de investimentos.
- Philippe Schlumpf – Formado em Engenharia Mecânica pela ETH Zurich (Swiss Federal Institute of Technology Zurich) com MBA da MIT Sloan School of Management, juntou-se à Kinea em julho de 2017 após seu *Summer* em 2016. Com experiência de 5 anos no segmento de *Private Equity*, antes da Kinea, trabalhou na Advent International, Associação Comercial de São Paulo e Olimpia Partners, tendo executado diversos projetos de M&A, investimentos e monitoramento de portfólio.
- Conrado Pietraroia – Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, juntou-se à Kinea em dezembro de 2011. Com experiência de 5 anos no segmento de *Private Equity*, iniciou sua carreira na Kinea e participou dos investimentos de Unidas, Delfin Imagem, Eliane e Uninter.
- Isadora Benedini – Formada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), juntou-se à Kinea em janeiro de 2015. Com experiência de 2 anos no segmento de *Private Equity*, iniciou sua carreira na Kinea e participou dos investimentos de Grupo ABC, Eliane e Uninter.
- Arthur Hadler – Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, juntou-se à Kinea em janeiro de 2015. Com experiência de 2 anos no segmento de *Private Equity*, iniciou sua carreira na Kinea e participou dos investimentos de Delfin Imagem, Lojas Avenida e AGV Logística.
- Lucas Ottoni – Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), juntou-se à Kinea em junho de 2017.
- Rafael Serson – Formado em Economia pelo INSPER, juntou-se à Kinea em junho de 2017.

7.3. Breve Histórico do Coordenador Líder

O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos.

O Itaú Unibanco S.A. tem conhecimento do mercado financeiro local, sendo que sua base de clientes e sua capilaridade auxiliam na sua atuação como Coordenador Líder da Oferta. Atua de modo competitivo e independente, em todos os segmentos do mercado financeiro, oferecendo soluções, serviços, produtos e consultoria especializada. Os clientes do Itaú Unibanco contam com mais de 3.900 (três mil e novecentos) pontos de atendimento e 32.700 (trinta e dois mil e setecentos) caixas eletrônicos em todo o Brasil.

Pioneiro no desenvolvimento de produtos e serviços para o mercado de capitais, com uma estrutura totalmente dedicada e capacitada para prover serviços de alta qualidade e grande número de serviços agregados, o Itaú Unibanco atua há mais de 35 (trinta e cinco) anos na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos e clubes de investimento e carteiras administradas. O Coordenador Líder tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais. A estratégia de investir constantemente na qualificação das equipes, excelência dos serviços, tecnologia e soluções inovadoras levou o Itaú Unibanco a conquistar, pela quarta vez consecutiva, o prêmio de melhor custodiante local para clientes brasileiros e pela terceira vez para clientes internacionais, além de ser o melhor custodiante da Região América e Caribe, segundo a revista Global Custodian (Edição Winter 2011, 2011 *Agent Banks in Emerging Markets Survey*).

O Coordenador Líder possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

Além do relacionamento referente à Oferta, as instituições envolvidas na Oferta mantêm relacionamento comercial, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, com o Administrador, com o Coordenador Líder e/ou com sociedades de seu conglomerado econômico, podendo, no futuro, serem contratados pelo Administrador, pelo Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-los, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

8.1. Relacionamentos do Administrador

8.1.1. Relacionamento do Administrador com o Gestor:

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Administrador tem o Gestor como gestor de carteira de valores mobiliários nos seguintes fundos dos quais o Administrador é administrador fiduciário:

- Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity II; e
- Kinea Private Equity IV Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O Administrador e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico poderá, no futuro, prestar serviços de administração fiduciária em fundos de investimento nos quais o Gestor figure como gestor de recursos.

8.1.2. Relacionamento do Administrador com o Coordenador Líder:

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Administrador é administrador fiduciário de outros fundos de investimento que possuem como cotistas, fundos de investimento administrados e/ou geridos por empresas integrantes do conglomerado econômico do Coordenador Líder.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Administrador não possui atualmente qualquer relacionamento com o Coordenador Líder. Entretanto, o Administrador em nome próprio ou em nome de fundos de que seja administrador fiduciário, poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade integrante de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades ou dos fundos de que seja administrador fiduciário.

Sem prejuízo do disposto no item 8.2.1 abaixo, no momento da constituição do Fundo não foram identificados conflitos de interesses na atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária líder da Oferta.

8.2. Relacionamentos do Gestor:

8.2.1. Relacionamento do Gestor com o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, o Gestor integra o mesmo conglomerado econômico do Coordenador Líder, controlado pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Coordenador Líder e o Gestor mantinham, na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, as seguintes relações: o Coordenador Líder já atuou como coordenador líder de ofertas públicas de cotas de fundos de investimento em que o Gestor também exercia a atividade de gestão.

O Gestor é entidade credenciada pela CVM para prestação da atividade de administração de carteira de valores mobiliários, na modalidade de gestor de recursos, e se relaciona com diversos prestadores de serviços, entre eles, o Coordenador Líder. O Gestor, por conta da regulamentação aplicável, é segregado fisicamente do Coordenador Líder e de quaisquer entidades controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A., bem como possui políticas que orientam a sua atuação de forma independente e no melhor interesse de seus clientes. No momento da constituição do Fundo não foram identificados conflitos de interesses na atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária líder da Oferta e do Gestor como gestor do Fundo.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1. Esclarecimentos a respeito do Fundo e da Oferta

Maiores esclarecimentos a respeito do Fundo e da Oferta, bem como cópias do Regulamento, deste Prospecto e do Prospecto Definitivo, poderão ser obtidos junto ao Administrador, ao Coordenador Líder da Oferta, à B3 e à CVM, nos endereços a seguir indicados:

Coordenador Líder

Itaú Unibanco S.A.

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

São Paulo, SP

At.: Superintendência Comercial Poder Público

Telefone: (11) 5019-2081

E-mail: keslley.crispim@itau-unibanco.com.br

Website: www.itau.com.br/poder-publico (neste website clicar em "Investimentos", em seguida clicar na aba "Fundos para Institutos de Previdência" e buscar "KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA")

Administrador

Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar

São Paulo, SP

At.: Departamento de Relações com Investidores

Telefone: (11) 5053-5880

E-mail: ri@lionstrust.com.br

Website: www.lionstrust.com.br (neste website clicar em "Publicações", em seguida clicar em "Ofertas ICVM 400" e buscar "KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA")

CVM

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar

Rio de Janeiro, RJ

São Paulo

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

Edifício Delta Plaza

São Paulo, SP

Website: www.cvm.gov.br (neste website, no "Menu", clicar no link "Regulados", clicar no link "Fundos de Investimento", clicar no link "Consulta à Base de Dados", clicar em "Fundos de

Investimento Registrados”, digitar no primeiro campo “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA”, clicar no link “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA”, em seguida, clicar no link “Documentos Eventuais” no menu “Documentos Associados”)

B3 (segmento CETIP UTM)

Rio de Janeiro

Avenida República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro, RJ

Alphaville

Al. Xingu, 350 – Edifício iTower, 2º andar, Alphaville
Barueri, SP

Website: www.cetip.com.br/comunicados-documentos/UnidadeTitulos/prospectos (neste website clicar em “Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados” no item “VEJA ABAIXO AS CATEGORIAS DE PROSPECTOS”; digitar no campo denominado “Título” o texto “KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA”)

ANEXOS

- Anexo I** - Instrumento de Constituição e Regulamento do Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
- Anexo II** - Declaração do Fundo (Art. 56 da Instrução CVM 400/03)
- Anexo III** - Declaração do Coordenador Líder (Art. 56 da Instrução CVM 400/03)
- Anexo IV** - Modelo do Boletim de Subscrição
- Anexo V** - Regulamento do Fundo Investido

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Instrumento de Constituição e Regulamento do Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE
REGULAMENTO DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Por este instrumento particular, Lions Trust Administradora de Recursos Ltda, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.675.095/0001-10, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM n.º 12.444, de 20.07.2012 (“Administradora”), na qualidade de administradora do **Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, inscrito no CNPJ sob o n.º 27.782.774/0001-78 (“Fundo”):

TENDO EM VISTA:

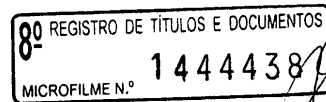
- (a) o Fundo não entrou em operação até a presente data;
- (b) a inexistência de Cotistas no Fundo até a presente data; e
- (c) a necessidade de realizar alterações no Regulamento do Fundo.

RESOLVE:

1. alterar e consolidar o Regulamento do Fundo, nos termos do documento anexo.

São Paulo, 06 de novembro de 2017.

LIONS TRUST ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA



LIONSTRUST

Fund Administration Services

5º Regulamento do

KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

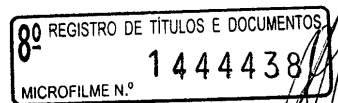
(CNPJ Nº 27.782.774/0001-78)

**Aprovado pelo Instrumento Particular de Alteração
datado de 06.11.2017**



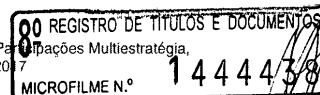
Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

ÍNDICE



CAPÍTULO I - O FUNDO	- 3 -
CAPÍTULO II - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA - 8 -	
CAPÍTULO III – ADMINISTRADOR.....	- 13 -
CAPÍTULO IV – GESTOR	- 16 -
CAPÍTULO V - COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO	- 20 -
CAPÍTULO VI - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE	- 22 -
CAPÍTULO VII - DISTRIBUIÇÕES.....	- 24 -
CAPÍTULO VIII – OFERTA, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS.....	- 25 -
CAPÍTULO IX - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	- 28 -
CAPÍTULO X - ENCARGOS DO FUNDO	- 33 -
CAPÍTULO XI - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	- 35 -
CAPÍTULO XII - INFORMAÇÕES PERIÓDICAS	- 35 -
CAPÍTULO XIII - VEDAÇÕES	- 36 -
CAPÍTULO XIV - LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	- 38 -
CAPÍTULO XV - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	- 38 -





CAPÍTULO I - O FUNDO

Artigo 1º - Definições. Os termos abaixo listados têm o significado a eles atribuídos neste Artigo:

Abvcap significa a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital.

Acordo de Coinvestimento e Voto significa o “Acordo de Coinvestimento e de Voto do Kinea Private Equity IV Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia”, firmado entre o Gestor, cada Veículo de Investimento Feeder e os demais investidores que venham a se tornar subscritores de cotas do Fundo Investido ou dos Veículos de Investimento Feeder, que regula, dentre outras matérias, as regras de governança, chamadas de capital e o processo de deliberação das Matérias Qualificadas Master.

Administrador significa a instituição devidamente qualificada no Artigo 15.

Anbima significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Assembleia Geral de Cotistas significa a assembleia geral de Cotistas do Fundo.

B3 significa a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Boletins de Subscrição significa os boletins de subscrição por meio dos quais cada investidor subscreverá Cotas.

Capital Autorizado tem o significado atribuído no inciso (ii) do Artigo 33.

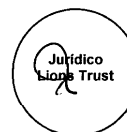
Capital Integralizado significa o valor total nominal em reais aportado pelos Cotistas no Fundo.

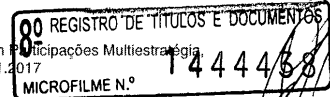
Capital Subscrito significa o valor total constante dos Boletins de Subscrição firmados pelos investidores do Fundo, a título de subscrição de Cotas independentemente de sua efetiva integralização.

Carteira significa o conjunto de ativos componentes da carteira de investimentos do Fundo.

Código Abvcap/Anbima significa o Código Abvcap/Anbima de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de Fundos de Investimento em Participações e de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Comitê de Acompanhamento significa o comitê de acompanhamento do Fundo Investido, cujo funcionamento, composição, atribuições e obrigações se encontram descritos no Capítulo V.





Compromisso de Investimento significa o instrumento particular de compromisso de investimento e outras avenças a ser celebrado entre o Fundo, o Administrador e cada Cotista do Fundo.

Cotas significa frações ideais do patrimônio do Fundo.

Cotas Classe D significa as cotas de classe D emitidas pelo Fundo Investido, as quais serão objeto de investimento pelo Fundo e que se diferenciam das demais classes de cotas do Fundo Investido, notadamente, em razão do direito de indicação de um ou mais membros do Comitê de Acompanhamento, dos valores diferenciados devidos a título de taxa de administração do Fundo Investido e da não incidência de taxa de performance no âmbito do Fundo Investido, sem prejuízo de outros direitos que lhe venham a ser atribuídos no âmbito do regulamento do Fundo Investido.

Cotistas significa os titulares das Cotas.

Custo de Oportunidade significa a taxa de 6% (seis por cento) ao ano.

CVM significa Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Início do Fundo significa a data de início das atividades do Fundo, a qual ocorrerá na data da primeira integralização de Cotas no Fundo.

Data do Primeiro Fechamento significa a data em que for encerrada a oferta pública de primeira emissão de Cotas, no prazo de até seis meses contados da data de publicação ou divulgação do anúncio de início da oferta pública de Cotas.

Distribuição tem o significado atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 29.

Equipe Chave tem o significado atribuído no Artigo 21.

Fundo tem o significado atribuído no Artigo 2º.

Fundo Investido tem o significado atribuído no Artigo 6º.

Gestor significa a instituição devidamente qualificada no Artigo 19.

Hurdle significa a variação do IPCA acrescida do Custo de Oportunidade.

Instrução CVM 539/13 significa a Instrução nº 539, editada pela CVM em 13 de novembro de 2013, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente.

Instrução CVM 558/15 significa a Instrução nº 558, editada pela CVM em 26 de março de 2015, que dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários.

Instrução CVM 578/16 significa a Instrução nº 578, editada pela CVM em 30 de agosto de 2016, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.



Instrução CVM 579/16 significa a Instrução nº 579, editada pela CVM em 30 de agosto de 2016, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento em Participações.

Investidor Qualificado tem o significado atribuído pelo Artigo 6º-A da Portaria 519 combinado com o Artigo 9º-C da Instrução CVM 539/13.

IPCA significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo e que adote metodologia de apuração e cálculo semelhante.

Justa Causa significa, exclusivamente com relação ao Gestor, a prática ou constatação dos seguintes atos ou situações: (i) comprovada negligência grave, má-fé ou desvio de conduta e/ou função no desempenho de suas respectivas funções, deveres e ao cumprimento de obrigações nos termos deste Regulamento ou do regulamento do Fundo Investido; (ii) comprovada violação material de suas obrigações nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis da CVM; (iii) comprovada fraude no cumprimento de suas obrigações nos termos deste Regulamento; e (iv) descredenciamento pela CVM do Gestor para o exercício da atividade de gestão de carteira de valores mobiliários, conforme o caso.

Matérias Qualificadas Master significam as matérias descritas nos seguintes incisos do Artigo 38 do regulamento do Fundo Investido, sobre as quais os Cotistas terão direito de deliberar previamente e orientar o voto do Gestor nas assembleias gerais do Fundo Investido, conforme determinado no Acordo de Coinvestimento e Voto: incisos (iii) – a destituição ou substituição do administrador ou do gestor no Fundo Investido sem Justa Causa e escolha de seus substitutos); (iv) – a fusão, incorporação, cisão, transformação ou eventual liquidação do Fundo Investido); (v) – a emissão de novas Cotas, exceto nas hipóteses previstas de capital autorizado do Fundo Investido; (vi) – o aumento da taxa de administração e de da taxa de performance, se aplicável; (vii) – a alteração no prazo de duração do Fundo Investido; (viii) – a alteração do quórum de instalação e deliberação da assembleia geral de cotistas do Fundo Investido; (xi) – a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação e de garantias reais, em nome do Fundo Investido; (xii) – a aprovação de atos que configurem potencial conflito de interesses; (xiii) – a ratificação da inclusão, no regulamento do Fundo Investido, de encargos não previstos no Artigo 45 da Instrução CVM 578/16, bem como o aumento dos limites máximos previstos no regulamento do Fundo Investido; (xv) – o pagamento de despesas não previstas no regulamento do Fundo Investido; (xvii) – a prorrogação do período de investimentos do Fundo Investido; (xviii) – a destituição ou substituição do Gestor com justa causa e escolha de seu substituto; (xix) – alterações na política de investimentos do Fundo Investido; (xx) – a aprovação de estruturação, direta ou indiretamente, pelo Gestor, de outro veículo de investimento com objetivos similares aos do Fundo Investido, antes da realização pelo Fundo Investido de investimentos equivalentes a, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de seu capital subscrito; e (xxi) – a alteração das formas de liquidação do Fundo Investido previstas no regulamento do Fundo Investido, observado que qualquer alteração do regulamento do Fundo Investido (inciso (ii) do Artigo 38) que, a critério de seu gestor, afete os direitos políticos e econômicos das classes de cotas atualmente existentes do Fundo Investido será também considerada uma Matéria

Qualificada Master, sujeita à deliberação prévia dos investidores dos Veículos de Investimento Feeder.

Organismos de Fomento são considerados como organismos de fomento os organismos multilaterais, as agências de fomento ou os bancos de desenvolvimento que possuam recursos provenientes de contribuições e cotas integralizadas majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, e cujo controle seja governamental ou multigovernamental.

Outros Ativos tem o significado atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 9º.

Período de Investimentos significa o período para a realização de investimentos pelo Fundo no Fundo Investido, conforme estipulado no Artigo 11.

Prazo de Duração tem o significado atribuído no Artigo 3º.

Portaria 519 significa a Portaria nº 519 emitida pelo Ministério da Previdência Social, de 24 de agosto de 2011, conforme alterada.

Regulamento significa este regulamento, que rege o Fundo.

RPPS significa qualquer Regime Próprio de Previdência Social, mantido por quaisquer entes públicos da República Federativa do Brasil (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Sociedade Alvo tem o significado atribuído no Artigo 7º.

Sociedade Investida significa cada Sociedade Alvo cujos ativos venham a ser adquiridos ou integralizados pelo Fundo Investido, ou que venham a ser atribuídos ao Fundo Investido.

Taxa de Administração tem o significado atribuído no Artigo 28.

Taxa de Equalização no Ingresso tem o significado atribuído no Artigo 37.

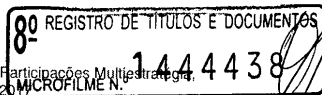
Taxa de Performance tem o significado atribuído no Parágrafo Quinto do Artigo 28.

Valor de Equalização tem o significado atribuído no Parágrafo Quinto do Artigo 35.

Veículos de Investimento Feeder significam os fundos de investimento e/ou veículos de investimento administrados e/ou geridos por entidades ou membros do Grupo Itaú, constituídos no Brasil ou no exterior para investir, de forma direta ou indireta, no Fundo Investido.

Parágrafo Único. Os termos definidos neste Artigo 1º englobam suas variações de número e gênero.

Artigo 2º - Constituição. O Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente



a Investidores Qualificados, sendo eles RPPS, regido por este Regulamento, pela Instrução CVM 578/16 e pelas demais disposições legais aplicáveis ("Fundo").

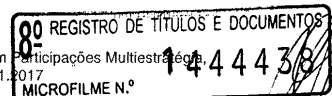
Parágrafo Primeiro. Não será admitida a participação, como Cotistas do Fundo, do Administrador, do Gestor e da instituição responsável pela oferta das Cotas do Fundo, observado que o Gestor, por meio de gestora ligada ao seu grupo econômico, manterá a condição de cotista de um Veículo de Investimento Feeder, em um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do capital subscrito do Fundo Investido, conforme o disposto na alínea (d) do §5º e o §6º do Art. 8º da Resolução CMN 3.922, conforme alterada pela Resolução CMN 4.604, de 19 de outubro de 2017.

Parágrafo Segundo. Para fins do disposto no Código Abvcap/Anbima, o Fundo está enquadrado no conceito de Diversificado, Tipo 3.

Parágrafo Terceiro. O Fundo realizará investimentos no Fundo Investido em conjunto com os demais Veículos de Investimento Feeder, sendo certo que cada Veículo de Investimento Feeder investirá em uma classe de cotas específica emitida pelo Fundo Investido que diferenciar-se-ão entre si principalmente em relação à cobrança da taxa de administração e da taxa de performance, bem como à possibilidade de indicação de membros ao Comitê de Acompanhamento.

Parágrafo Quarto. Caso seja aprovada legislação ou regulamentação superveniente que afete de maneira adversa os Cotistas e os investimentos do Fundo no Fundo Investido, incluindo, mas não se limitando a restrições a determinados tipos de investimento em Sociedades Alvo e/ou eventuais características de governança corporativa envolvendo essas Sociedades Alvo que não estejam em vigor na data deste Regulamento, se o Gestor entender que é no melhor interesse dos Cotistas do Fundo e demais investidores diretos e indiretos do Fundo Investido (incluindo os demais Veículos de Investimento Feeder), o Gestor se reserva ao direito de alterar a estrutura de investimentos do Fundo, incluindo por meio do cancelamento total ou parcial de capital subscrito do Fundo no Fundo Investido e/ou alocação, total ou parcial, do capital subscrito do Fundo no Fundo Investido, em estrutura de investimento alternativa. Assim, o Fundo poderá investir total ou parcialmente seu Capital Subscrito (i) diretamente nas Sociedades Alvo objeto de investimento no Fundo Investido (sendo certo que, no que couber, a política de investimentos do Fundo será alterada para refletir a política de investimentos do Fundo Investido); ou (ii) através de outro veículo de investimento ou estrutura que, a critério do Gestor, permita o investimento direto ou indireto pelos Cotistas nas Sociedades Alvo. Nessas hipóteses, (a) na medida do aplicável, o investimento deverá ser feito nos mesmos termos e condições aos do Fundo no Fundo Investido (incluindo aspectos econômicos, governança e forma legal); (b) conforme aplicável, os desinvestimentos nas Sociedades Alvo deverão ocorrer nos mesmos termos e condições em todos os aspectos relevantes, incluindo ao mesmo tempo e na proporção que o Fundo representar na respectiva Sociedade Alvo; e (c) eventuais custos adicionais relativos ao investimento e ao desinvestimento nas Sociedades Alvo pelo Fundo serão suportados exclusivamente pelo Fundo, de forma a não prejudicar o investimento nas Sociedades Alvo pelo Fundo Investido e indiretamente pelos demais Veículos de Investimento Feeder. Se o Gestor determinar que o investimento em uma determinada Sociedade Alvo pelo Fundo, direta ou indiretamente, alterar materialmente as condições de investimento pelo Fundo Investido ou pelos demais Veículos de Investimento Feeder, será permitido ao Gestor não





alocar Capital Subscrito dos Cotistas, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, na Sociedade Alvo em questão.

Parágrafo Quinto. Os Cotistas reconhecem e concordam que o Gestor não estará obrigado a alterar a estrutura do Fundo de forma a atender objetivos ou restrições individuais de qualquer Cotista.

Artigo 3º - Prazo de Duração. O Fundo tem prazo de duração de 10 (dez) anos, contados da Data de Início do Fundo, podendo ser prorrogado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ("Prazo de Duração").

Parágrafo Único. O Administrador manterá o Fundo em funcionamento após o Prazo de Duração, independentemente de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, caso ainda vigorem direitos e/ou obrigações contratuais, parcelas a receber, *earn-outs*, contingências ativas e passivas, valores mantidos pelo Fundo ou pelo Fundo Investido para fazer frente a tais contingências passivas, valores em contas *escrow* ou vinculadas e valores a indenizar pelo Fundo ou pelo Fundo Investido relativos a desinvestimentos do Fundo ou do Fundo Investido, os quais, ao final do Prazo de Duração, não tenham seus prazos contratuais ou de prescrição e/ou decadência legalmente transcorridos, desde que tais direitos e/ou obrigações (i) estejam limitados temporalmente a até 5 (cinco) anos após o Prazo de Duração; e (ii) estejam limitados, relativamente a cada Sociedade Investida do Fundo Investido, a 30% (trinta por cento) do preço de venda a ser recebido pelo Fundo Investido, proporcionalmente à parcela desinvestida (em caso de desinvestimento parcial) ou com relação ao valor total (em caso de desinvestimento integral). Durante a vigência de tais direitos e obrigações sobreviventes, o Fundo não deverá a parcela da Taxa de Administração que remunera o Gestor, sem prejuízo do pagamento de parcela da Taxa de Administração que remunera o Administrador. Eventual necessidade de prorrogação do prazo máximo aqui descrito ou de se reter ou manter valores acima do descrito neste Parágrafo Único deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Cotistas como alteração do Prazo de Duração.

CAPÍTULO II - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 4º - Ativos Elegíveis. A política de investimentos do Fundo consiste em realizar investimentos em cotas de fundos de investimento em participações, especificamente aquelas de emissão do Fundo Investido.

Artigo 5º - Investimento no Exterior. O Fundo não poderá investir no exterior.

Artigo 6º - Fundo Investido. Será alvo de investimento pelo Fundo as Cotas Classe D emitidas pelo Kinea Private Equity IV Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo Investido"), constituído sob a forma de condomínio fechado, administrado pelo Administrador e gerido pelo Gestor que por sua vez tem como objetivo a realização de investimentos em ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, de emissão de Sociedade Alvo ou Sociedade Investidas, conforme previsto no regulamento do Fundo Investido.



Artigo 7º - Sociedades Alvo do Fundo Investido. Serão alvo de investimento pelo Fundo Investido de 5 (cinco) a 10 (dez) empresas de capital fechado ou aberto a serem selecionadas pelo Gestor, sendo certo que o Fundo Investido não poderá efetuar o investimento em uma mesma Sociedade Investida se tal investimento representar, no momento do referido investimento, (i) mais do que 20% (vinte por cento) do capital subscrito do Fundo Investido; ou (ii) investimento em um subsetor da economia que represente, mais do que 40% (quarenta por cento) do capital subscrito do Fundo Investido. Para fins deste Artigo, são exemplos de subsetor de um mesmo setor da economia (como por exemplo setor de varejo) os subsetores de (a) varejo de vestuário, (b) varejo de alimentos e (c) varejo de material de construção, dentre outros. Adicionalmente, as Sociedades Alvo do Fundo Investido deverão (i) ter seu valor justo, inclusive aquelas que forem objeto de integralização de cotas, respaldado em laudo de avaliação elaborado por auditores independentes ou analistas de valores mobiliários autorizados pela CVM; e (ii) ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas, no mínimo, anualmente.

Artigo 8º - Governança Corporativa. As Sociedades Investidas do Fundo Investido deverão observar as regras de governança corporativa previstas na Instrução CVM 578/16.

Artigo 9º - Composição e Diversificação da Carteira. O Fundo deverá manter, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido investido nos ativos previstos no Artigo 4º.

Parágrafo Primeiro. A parcela dos recursos do Fundo que não estiver aplicada em ativos previstos no Artigo 4º deverá ser investida em (i) títulos de emissão do tesouro nacional; (ii) operações compromissadas lastreadas nos ativos mencionadas no inciso (i) deste parágrafo, de acordo com a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional; e/ou (iii) cotas de fundos de investimento e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento (referenciados DI e/ou risco soberano), inclusive aqueles administrados e/ou geridos pelo Administrador, Gestor, custodiante e/ou suas empresas ligadas ("Outros Ativos").

Parágrafo Segundo. Para fins de verificação do enquadramento previsto no *caput*, deverão ser somados aos ativos previstos no Artigo 4º os valores:

- (i) destinados ao pagamento de despesas do Fundo desde que limitados a 5% (cinco por cento) do Capital Subscrito;
- (ii) decorrentes de operações de desinvestimento: (a) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do 2º mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em ativos previstos no Artigo 4º ou (b) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em ativos previstos no Artigo 4º; e
- (iii) a receber decorrentes da alienação a prazo dos ativos previstos no Artigo 4º.

Parágrafo Terceiro. O limite estabelecido no *caput* não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido no *caput* e Parágrafo Primeiro do Artigo 10, de cada um dos eventos de integralização de Cotas.

Artigo 10 - Prazo para Realização de Investimentos. Quando da ocorrência de chamadas de capital para a realização de investimentos nos ativos previstos no Artigo 4º, referido investimento deverá ser realizado até o último dia útil do 2º mês subsequente à data da primeira integralização de Cotas por qualquer dos Cotistas no âmbito da correspondente chamada de capital.

Parágrafo Primeiro. Em caso de oferta pública de Cotas registrada na CVM nos termos da regulamentação específica, o prazo máximo referido no *caput* deste Artigo será considerado a partir da data de encerramento da respectiva oferta.

Parágrafo Segundo. Caso o investimento não seja realizado dentro do prazo previsto no *caput* deste Artigo, o Gestor deverá apresentar ao Administrador as devidas justificativas para o atraso, acompanhadas (i) de uma nova previsão de data para realização do mesmo; ou (ii) do novo destino a ser dado aos recursos, nas hipóteses de desistência do investimento.

Parágrafo Terceiro. Caso o atraso mencionado no Parágrafo Segundo deste Artigo acarrete em desenquadramento ao limite percentual previsto no *caput* do Artigo 11 da Instrução CVM 578/16, o Administrador deverá comunicar imediatamente à CVM a ocorrência de tal desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da Carteira, no momento em que ocorrer.

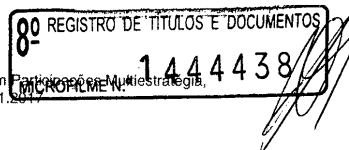
Parágrafo Quarto. Caso o reenquadramento da Carteira não ocorra em até 10 (dez) dias úteis contados do término do prazo previsto no *caput* deste Artigo, o Administrador deverá devolver os valores que ultrapassem o limite estabelecido aos Cotistas que tiverem integralizado a última chamada de capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada.

Parágrafo Quinto. Os valores restituídos aos Cotistas, na forma do Parágrafo Quarto deste Artigo, não serão contabilizados como Capital Integralizado e deverão recompor o Capital Subscrito do respectivo Cotista, valores estes que poderão ser chamados novamente pelo Administrador, nos termos deste Regulamento.

Artigo 11 - Período de Investimentos. O Fundo poderá realizar investimentos no Fundo Investido durante o prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Início do Fundo, podendo seu término ser antecipado, a exclusivo critério do Gestor.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, o Fundo poderá realizar investimentos após o Período de Investimentos, se ainda houver Capital Subscrito não integralizado, e desde que esses investimentos sejam decorrentes de obrigações assumidas pelo Fundo Investido antes do término do Período de Investimentos, mas cujos desembolsos não tenham sido totalmente efetuados até o encerramento do Período de Investimentos.

Artigo 12 - Processo Decisório. O Gestor indicará o investimento nos ativos previstos no Artigo 4º e deverá proceder na realização do investimento ou desinvestimento conforme suas atribuições.



Artigo 13 - Coinvestimentos. Caso o Fundo Investido não faça o investimento total disponível em uma Sociedade Alvo ou em uma Sociedade Investida, a critério exclusivo do Gestor (e nas condições comerciais que o Gestor determinar), o Gestor poderá oferecer oportunidades de coinvestimento nas Sociedades Alvo ou Sociedades Investidas aos Cotistas (e a investidores de Veículos de Investimento Feeder), de forma direta ou por meio de outros veículos de investimento.

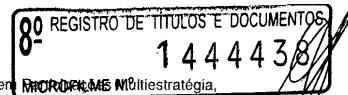
Parágrafo Primeiro. A decisão do Gestor em relação às oportunidades de coinvestimento levará em consideração a fonte da operação, as políticas de investimento do Fundo e de outros veículos ou fundos de investimento, geridos ou não pelo Gestor, os valores relativos de capital disponíveis para investimento pelo Fundo, a natureza e a extensão de envolvimento na operação por cada um dos respectivos times de profissionais do Gestor e de terceiros investidores, e outras considerações entendidas como relevantes pelo Gestor, a seu exclusivo critério.

Parágrafo Segundo. Eventuais coinvestimentos realizados por quaisquer Cotistas (ou investidores de Veículos de Investimento Feeder) não serão considerados como integralização de Cotas subscritas pelo referido Cotista no Fundo e não afetarão, de nenhuma maneira, a obrigação de integralizar Cotas subscritas pelo referido Cotista nos termos do respectivo Compromisso de Investimento.

Artigo 14 - Riscos dos Investimentos. Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os Cotistas devem estar cientes de que:

- (i) os ativos componentes da Carteira poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos;
- (ii) as carteiras de investimentos em participações apresentam um perfil de maturação de longo prazo, resultando na iliquidez dessas posições e, como consequência, as Cotas:
 - (a) não são passíveis de resgates intermediários, conforme vedação contida na Instrução CVM 578/16; e
 - (b) não há garantia de que haverá um mercado comprador para tais Cotas, caso o Cotista deseje aliená-las.
- (iii) a Carteira poderá estar concentrada em cotas de emissão do Fundo Investido, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho das Sociedades Investidas pelo Fundo Investido, não havendo garantia quanto ao seu desempenho e não podendo o Administrador ou o Gestor ser responsabilizados por qualquer depreciação da Carteira, ou por eventuais prejuízos sofridos pelos Cotistas, salvo em casos de comprovada má-fé ou manifesta negligência;
- (iv) os investimentos no Fundo Investido envolvem riscos relativos aos setores em que atuem as Sociedades Alvo que vierem a ser por ele adquiridas, não havendo garantia quanto ao desempenho destes setores e tampouco





havendo garantias de que o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas;

- (v) os investimentos no Fundo serão feitos, preponderantemente, em ativos não negociados publicamente no mercado e com liquidez significativamente baixa, portanto, caso (a) o Fundo precise vender tais ativos; ou (b) o Cotista receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas Cotas (em ambos os casos inclusive para efetuar a liquidação do Fundo): (1) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, ou (2) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, o Cotista;
- (vi) as eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do Capital Subscrito pelos Cotistas e em razão da natureza condominial do Fundo, os Cotistas são responsáveis por suprir os recursos necessários para reverter um eventual patrimônio líquido negativo. Dessa forma, os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo;
- (vii) as Sociedades Investidas do Fundo Investido, direta ou indiretamente, podem estar sujeitas a maior risco de contingências socioambientais decorrentes de suas atividades, bem como de eventual não cumprimento da legislação socioambiental aplicável e de eventos adversos, especialmente se exercerem atividade com significativo impacto socioambiental, tais como acidentes, vazamentos, explosões ou outros incidentes que podem resultar em lesões corporais, mortes, danos ao meio ambiente e à coletividade que poderão gerar dispêndios para as Sociedades Investidas, impactando o desempenho dos investimentos do Fundo Investido e, por consequência, do Fundo;
- (viii) o Governo Federal, por meio de suas autarquias e demais entidades da administração direta e indireta, entre elas a CVM, o Conselho Monetário Nacional, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, a Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda, regularmente introduz alterações na regulamentação aplicável aos fundos de investimento. Essas alterações incluem, exemplificativamente, modificações (a) na qualificação dos investidores aptos a investir em tais produtos; (b) nos limites de concentração das carteiras dos fundos de investimento; (c) nos requisitos relativos ao investimento em ativos-alvo das carteiras de fundos de investimento, incluindo aspectos de governança corporativa; e (d) nas demais regras relativas aos investimentos no mercado de capitais por investidores que compõem o público-alvo do Fundo. Os efeitos das alterações nas regras atualmente vigentes, bem como quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de alterações na legislação e na regulamentação não podem ser quantificados. Tais medidas, quando e se editadas, poderão limitar a capacidade dos Cotistas de realizar investimentos, diretos e/ou indiretos, nas Sociedades Alvo que venham a ser escolhidas pelo Gestor do Fundo Investido, nos termos do regulamento do Fundo Investido. A política de investimentos do Fundo Investido está adaptada aos requisitos e limites estabelecidos na regulamentação vigente, sendo que o Gestor atuará sempre no melhor interesse do Fundo Investido

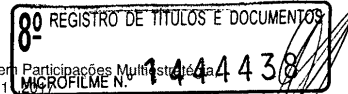


para conduzir sua política de investimentos. Caso o Fundo passe a estar sujeito a restrições adicionais após o ingresso dos Cotistas no Fundo, bem como após a integralização de Cotas Classe D do Fundo no Fundo Investido, o Gestor poderá tomar a decisão de não alocar, total ou parcialmente, o Capital Subscrito, caso o Gestor entenda ser do melhor interesse do Fundo Investido e seus demais investidores que tal estratégia seja a melhor a ser implementada. Não há como garantir que as regras atualmente aplicáveis ao Fundo e aos Cotistas permanecerão vigentes e que os Cotistas terão oportunidade de investir no Fundo Investido e indiretamente em todas as Sociedades Alvo escolhidas pelo Gestor do Fundo Investido, bem como não há como garantir que tais regras sejam alteradas após um ou mais investimentos já tenham sido realizados pelo Fundo Investido, quando as obrigações originalmente atribuídas aos Cotistas permanecerão válidas e exequíveis;

- (ix) no caso de redução do prazo de duração do Fundo Investido ou liquidação antecipada do Fundo Investido, a liquidação do Fundo Investido poderá ensejar o resgate das Cotas Classe D mediante a entrega de ativos do Fundo Investido ao Fundo, quais sejam, a participação nas Sociedades Investidas, sendo certo que, nessa hipótese, o Gestor poderá convocar Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo, mediante a entrega da referida participação nas Sociedades Investidas, ou sobre a estratégia a ser adotada para o desinvestimento em tais ativos;
- (x) no caso de ocorrer a redução do Prazo de Duração não acompanhada pela redução do prazo de duração do Fundo Investido, ou a prorrogação do prazo de duração do Fundo Investido não acompanhada por prorrogação do Prazo de Duração do Fundo, os Cotistas poderão receber o resgate de suas Cotas mediante a entrega de ativos do Fundo aos Cotistas, quais sejam, as Cotas Classe D; e
- (xi) o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ao controle do Administrador e do Gestor tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos integrantes da Carteira, alteração na política monetária, econômica e fiscal, os quais, se materializados, poderão acarretar perdas ao Fundo e aos Cotistas.

CAPÍTULO III – ADMINISTRADOR

Artigo 15 - Administrador. O Fundo é administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.675.095/0001-10, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos conforme Ato Declaratório nº 12.444, de 20.07.2012.



Artigo 16 - Atribuições do Administrador. O Administrador tem o poder e o dever de, exceto naquilo em que o Fundo for representado pelo Gestor, praticar todos os atos necessários ou inerentes à administração do Fundo, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, bem como o disposto neste Regulamento.

Artigo 17 - Obrigações do Administrador. São obrigações do Administrador, dentre outras que venham a lhe ser impostas em decorrência deste Regulamento, da legislação e regulamentação aplicáveis:

- (i) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizadas e em perfeita ordem:
 - (a) os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
 - (b) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (c) o livro ou lista de presença de Cotistas;
 - (d) os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis;
 - (e) os registros e as demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
 - (f) cópia da documentação relativa às operações do Fundo, após a entrega desta pelo Gestor.
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- (iii) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 578/16, quando o atraso ocorrer por culpa do próprio Administrador;
- (iv) elaborar, em conjunto com o Gestor, relatório a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM 578/16 e deste Regulamento;
- (v) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (vi) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador;
- (vii) manter os títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM, ressalvado o disposto no Artigo 37 da Instrução CVM 578/16;



- (viii) elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VIII da Instrução CVM 578/16;
- (ix) coordenar e participar da Assembleia Geral de Cotistas e cumprir suas deliberações;
- (x) manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo Fundo e informados no momento do seu registro, bem como as demais informações cadastrais;
- (xi) fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo Fundo;
- (xii) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento;
- (xiii) autorizar e solicitar à instituição responsável pela liquidação financeira das operações do Fundo o processamento da liquidação dos investimentos e desinvestimentos; e
- (xiv) selecionar e contratar a instituição responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Fundo.

Artigo 18 – Substituição do Administrador. O Administrador deve ser substituído nas hipóteses de:

- (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, por decisão da CVM;
- (ii) renúncia; ou
- (iii) destituição, por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral de Cotistas deve deliberar sobre a substituição do Administrador em até 15 (quinze) dias contados da sua renúncia ou descredenciamento e deve ser convocada:

- (i) imediatamente, pelo próprio Administrador, pelo Gestor ou pelos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) do Capital Subscrito, no caso de renúncia;
- (ii) imediatamente, pela CVM, no caso de descredenciamento; ou
- (iii) por qualquer Cotista, caso não ocorra convocação nos termos dos incisos (i) e (ii).

Parágrafo Segundo. No caso de renúncia, o Administrador deve permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sob pena de liquidação do Fundo pelo Administrador.

Parágrafo Terceiro. No caso de descredenciamento, a CVM deve nomear administrador temporário até a eleição de nova administração.

Parágrafo Quarto. A destituição do Administrador pela Assembleia Geral de Cotistas só poderá ser efetivada após 90 (noventa) dias contados da data da deliberação em Assembleia Geral de Cotistas.

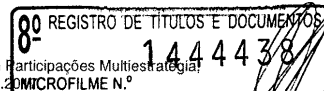
Parágrafo Quinto. Nas hipóteses de renúncia, destituição e/ou descredenciamento do Administrador, a Taxa de Administração deverá ser paga pelo Fundo ao Administrador de maneira *pro rata* ao período em que este esteve prestando serviço para o Fundo e não haverá qualquer restituição de valores já pagos a título de Taxa de Administração.

CAPÍTULO IV – GESTOR

Artigo 19 - Gestor. A gestão da Carteira do Fundo ficará a cargo da Kinea Private Equity Investimentos S.A., sociedade com sede na Rua Minas de Prata, n.º 30, 4º andar, São Paulo, SP, Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 04.661.817/0001-61, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de investimentos conforme Ato Declaratório nº 13.189, de 01.08.2013 ("Gestor").

Artigo 20 - Obrigações do Gestor. Caberá ao Gestor, dentre outras atribuições que lhe sejam incumbidas por este Regulamento, pelo Administrador ou pela legislação e regulamentação aplicáveis:

- (i) elaborar, em conjunto com o Administrador, relatório de que trata o inciso (iv) do Artigo 17;
- (ii) fornecer aos Cotistas que assim requererem, estudos e análises de investimento para fundamentar as decisões a serem tomadas em Assembleia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (iii) fornecer aos Cotistas atualizações periódicas dos estudos e análises que permitam o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (iv) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (v) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (vi) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestor do Fundo;
- (vii) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Cotistas no tocante às atividades de gestão;
- (viii) cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento do Fundo aplicáveis às atividades de gestão da Carteira;



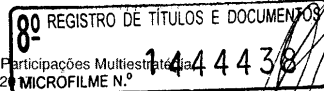
- (ix) contratar, em nome do Fundo, bem como coordenar, os serviços de assessoria e consultoria correlatos aos investimentos ou desinvestimentos do Fundo nos ativos previstos no Artigo 4º;
- (x) fornecer ao Administrador todas as informações e documentos necessários para que este possa cumprir suas obrigações, incluindo, dentre outros:
 - (a) as informações necessárias para que o Administrador determine se o Fundo se enquadra ou não como Entidade de Investimento, nos termos da regulamentação contábil específica;
 - (b) as demonstrações contábeis auditadas do Fundo Investido; e
 - (c) relatório descrevendo as conclusões do Gestor acerca do laudo de avaliação do valor justo das Sociedades Investidas pelo Fundo Investido produzido por empresa especializada, bem como todos os documentos necessários para que o Administrador possa validá-lo e formar suas conclusões acerca das premissas utilizadas para o cálculo do valor justo.
- (xi) negociar e contratar, em nome do Fundo, os ativos e os intermediários para realizar operações do Fundo, representando o Fundo, para todos os fins de direito, para essa finalidade;
- (xii) monitorar os ativos investidos pelo Fundo e exercer o direito de voto decorrente desses ativos, realizando todas as demais ações necessárias para tal exercício, observado o disposto na política de voto do Gestor;
- (xiii) proteger os interesses do Fundo junto ao Fundo Investido e manter acompanhamento contínuo sobre o desempenho dos investimentos do Fundo;
- (xiv) encaminhar para a prévia validação do Administrador as minutas relativas aos documentos a serem utilizados para formalização dos investimentos e desinvestimentos do Fundo sendo certo que a validação do Administrador restringir-se-á apenas aos aspectos relacionados à legislação, regulamentação e ao Regulamento do Fundo;
- (xv) encaminhar ao Administrador cópia de cada documento que firmar em nome do Fundo;
- (xvi) encaminhar ao Administrador, imediatamente após a sua formalização, os documentos relativos à realização de qualquer reorganização societária (fusão, cisão, incorporação, associação, dentre outros) envolvendo o Fundo Investido, para que o Administrador tenha tempo hábil de refletir referidas alterações nos relatórios do Fundo;



- (xvii) manter, às suas expensas, atualizadas e em perfeita ordem, de acordo com a boa técnica administrativa, até 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo, a documentação relativa às operações do Fundo;
- (xviii) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 578/16, exceto quando o atraso ocorrer por culpa do Administrador;
- (xix) tomar as medidas necessárias para cumprir com o disposto na Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes tipificados pela Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro) e alterações posteriores;
- (xx) coordenar e participar das reuniões do Comitê de Acompanhamento;
- (xxi) solicitar ao Administrador o processamento da liquidação dos investimentos e desinvestimentos;
- (xxii) comunicar ao Comitê de Acompanhamento e/ou aos Cotistas, por intermédio do Administrador, se houver situações em que se encontre em potencial conflito de interesses; e
- (xxiii) decidir sobre as chamadas de capital a serem realizadas pelo Administrador para a viabilização de investimentos nos ativos previstos no Artigo 4º, cujo objetivo consista em viabilizar investimentos em Sociedades Investidas por parte do Fundo Investido;
- (xxiv) instruir o Administrador acerca da realização de amortização parcial ou integral de Cotas;
- (xxv) indicar para aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas membros substitutos da Equipe Chave, nos termos do Artigo 21 deste Regulamento; e
- (xxvi) praticar os demais atos que lhe sejam delegados pelo Administrador.

Parágrafo Primeiro. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (ii) e (iii) do *caput* deste Artigo, o Gestor, em conjunto com o Administrador, pode submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Sociedades Investidas do Fundo Investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

Parágrafo Segundo. Observado o disposto no Parágrafo Terceiro deste Artigo, ou exceto se previamente autorizado pela Assembleia Geral de Cotistas, o Gestor não poderá, direta ou indiretamente, estruturar outro veículo de investimento com objetivos similares aos do Fundo, até que o Fundo tenha realizado (ou se comprometido a realizar) investimentos equivalentes a, (i) pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de seu Capital Subscrito



em títulos e valores mobiliários de Sociedades Investidas ou (ii) até o término de seu respectivo Período de Investimentos, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Terceiro. A restrição para a estruturação de novos veículos de investimento com objetivos similares aos do Fundo, conforme descrita no Parágrafo Segundo deste Artigo, não será aplicável às hipóteses de estruturação de Veículos de Investimento Feeder, de veículos de coinvestimento nas Sociedades Alvo ou Sociedades Investidas ou de Veículo Paralelo Master (conforme definido no regulamento do Fundo Investido).

Artigo 21 – Equipe Chave. O Gestor compromete-se a manter um nível de excelência na gestão do Fundo, mantendo, para isso, uma equipe de profissionais com perfil compatível, que se dedicarão prioritariamente à gestão da Carteira do Fundo, constituída por profissionais devidamente qualificados.

Parágrafo Primeiro. A Equipe Chave será constituída por 6 (seis) profissionais, com a identificação e experiência de cada um deles descrita no Compromisso de Investimento.

Parágrafo Segundo. Na hipótese da saída ou substituição de até 2 (dois) membros da Equipe Chave inicial, conforme descrita no Compromisso de Investimento, o Gestor terá a obrigação de (i) comunicar os Cotistas do fato em até 10 (dez) dias corridos a contar da efetiva saída ou substituição do segundo membro, e (ii) contratar novos membros para a Equipe Chave com experiência similar às dos membros substituídos para continuidade nas atividades de gestão do Fundo, independentemente de aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, contratação esta que deverá acontecer no prazo de até 90 (noventa) dias corridos a contar da data da saída ou substituição do segundo membro.

Parágrafo Terceiro. A partir do 3º (terceiro) membro que deixe de integrar a Equipe Chave inicial do Fundo, conforme descrita no Compromisso de Investimento, o Gestor deverá: (i) comunicar os Cotistas do fato em até 10 (dez) dias corridos a contar do efetivo desligamento; e (ii) solicitar a realização de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a efetiva substituição, a qual poderá ser decidida mediante procedimento de consulta formal no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos a contar da data do desligamento do terceiro membro, devendo o Gestor indicar, até a data de convocação da Assembleia Geral de Cotistas, profissionais com perfis similares. Na hipótese de rejeição pelos Cotistas do(s) substituto(s) indicado(s) pelo Gestor, o Gestor deverá apresentar nova sugestão, que deverá ser deliberada em Assembleia Geral de Cotistas a ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da rejeição inicial.

Artigo 22 – Substituição do Gestor. O Gestor deve ser substituído nas hipóteses de:

- (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, por decisão da CVM;
- (ii) renúncia; ou
- (iii) destituição com ou sem Justa Causa, por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.



Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral de Cotistas deve deliberar sobre a substituição do Gestor em até 15 (quinze) dias contados da sua renúncia ou descredenciamento e deve ser convocada:

- (i) imediatamente, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) do Capital Subscrito, no caso de renúncia; ou
- (ii) imediatamente, pela CVM, no caso de descredenciamento; ou
- (iii) por qualquer Cotista, caso não ocorra convocação nos termos dos incisos (i) e (ii).

Parágrafo Segundo. No caso de renúncia, o Gestor deve permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de liquidação do Fundo pelo Administrador.

Parágrafo Terceiro. Nas hipóteses de destituição sem Justa Causa, renúncia e/ou descredenciamento do Gestor, a parcela da Taxa de Performance referente aos investimentos selecionados pelo Gestor durante o período em que este esteve prestando serviços para o Fundo deverá ser paga pelo Fundo ao Gestor simultaneamente à realização das Distribuições descritas no Capítulo VII, até o desinvestimento integral do Fundo nos referidos investimentos selecionados pelo Gestor, sendo certo que o Gestor não fará jus à referida Taxa de Performance nos casos de destituição com Justa Causa.

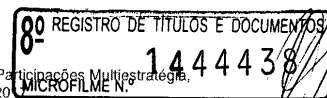
Parágrafo Quarto. Nas hipóteses de renúncia, destituição (com ou sem Justa Causa) e/ou descredenciamento do Gestor, a Taxa de Administração deverá ser paga pelo Fundo ao Gestor de maneira *pro rata* ao período em que este esteve prestando serviço para o Fundo.

Parágrafo Quinto. Nas hipóteses de renúncia, destituição (com ou sem Justa Causa) ou descredenciamento do Gestor, não haverá qualquer restituição de valores já pagos a título de Taxa de Administração e/ou de Taxa de Performance.

CAPÍTULO V - COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO

Artigo 23 - Competência. O Fundo Investido terá um Comitê de Acompanhamento, que terá como função acompanhar o processo de investimento nas Sociedades Alvo e o acompanhamento da performance das Sociedades Investidas. O Comitê de Acompanhamento não terá função deliberativa, de forma que não poderá opinar sobre o investimento, operação e desinvestimento nas Sociedades Alvo e Sociedades Investidas.

Artigo 24 - Composição. O Comitê de Acompanhamento será composto por no mínimo 2 (dois) membros, apontados a exclusivo critério dos cotistas do Fundo Investido de classes D e E, sendo que os cotistas de cada classe definirão as regras de eleição dos membros do Comitê de Acompanhamento, ou mesmo a renúncia a este direito.



Parágrafo Primeiro. O Fundo, como detentor das Cotas Classe D, terá o direito de indicar os seguintes membros para o Comitê de Acompanhamento:

- (i) os Cotistas com Capital Subscrito em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) poderão nomear 1 (um) membro cada, sendo certo que caso nenhum Cotista tenha Capital Subscrito neste valor (ou tais Cotistas renunciarem ao direito de nomear membros), deverão ser observados apenas os procedimentos do inciso (ii) abaixo;
- (ii) o Cotista com maior Capital Subscrito sem considerar os Cotistas descritos no inciso (i) acima terá o direito de nomear 1 (um) membro (ressalvado o disposto no Parágrafo Segundo), e se este renunciar a tal direito, o Cotista de maior Capital Subscrito após o Cotista renunciante, e assim sucessivamente; e
- (iii) o Gestor, a seu critério, poderá selecionar 1 (um) ou mais Cotistas para que indiquem membros ao Comitê de Acompanhamento.

Parágrafo Segundo. Na hipótese do inciso (ii) do Parágrafo Primeiro, caso 2 (dois) ou mais Cotistas detenham Capital Subscrito de igual valor, estes Cotistas terão o direito de indicar 1 (um) membro cada.

Parágrafo Terceiro. A indicação do(s) membro(s) que representará(ão) o Fundo no Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido será feita mediante comunicação ao Gestor e ratificada em Assembleia Geral de Cotistas subsequente à indicação.

Parágrafo Quarto. Será aceita a participação, no Comitê de Acompanhamento, de pessoa que participe de comitê de acompanhamento (ou órgão análogo) de outro veículo cujo objeto seja total ou parcialmente coincidente com o do Fundo, desde que tal pessoa se comprometa, cumulativamente, a:

- (i) manter confidenciais as informações de que tiver conhecimento em virtude de sua participação no Comitê de Acompanhamento;
- (ii) indenizar o Fundo e o Fundo Investido por eventuais prejuízos causados, sendo que todos os membros do Comitê de Acompanhamento deverão informar, por escrito, aos demais integrantes do Comitê de Acompanhamento qualquer situação ou potencial situação de conflito de interesses com o Fundo, imediatamente após tomar conhecimento da mesma; e
- (iii) não exercer cargo consultivo ou de administração ou deter significativa influência em sociedades que atuem no mesmo subsetor das Sociedades Investidas ou que de qualquer forma possam ser consideradas sociedades concorrentes de quaisquer Sociedades Investidas.

Parágrafo Quinto. Em caso de manifesta negligência ou comprovada má-fé por parte do membro do Comitê de Acompanhamento, ou de grave descumprimento das disposições deste Regulamento a ele aplicáveis, o referido membro poderá ser destituído de suas funções por decisão dos demais membros do Comitê de Acompanhamento, pelo



Administrador ou pelo Gestor, devendo ser tal destituição imediatamente comunicada ao responsável pela sua indicação, sendo que este responsável deverá indicar seu substituto.

Parágrafo Sexto. Os membros do Comitê de Acompanhamento indicados por Cotistas que sejam considerados inadimplentes não poderão participar das reuniões do Comitê de Acompanhamento enquanto perdurar o inadimplemento do referido Cotista.

Artigo 25 - Mandato. O(s) membro(s) do Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido indicado pelo Fundo terá(ão) mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo Único. O(s) membro(s) do Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido indicado(s) pelo Fundo poderá(ão) ser substituído(s) a qualquer momento por quem o(s) indicou, por intermédio de comunicação formal, por escrito, ao Administrador e ao Gestor, dando ciência do fato e indicando o(s) substituto(s) e suas respectivas qualificações. A referida substituição será objeto de ratificação em Assembleia Geral de Cotistas a ser realizada após tal comunicação.

Artigo 26 - Confidencialidade das Informações. O(s) membro(s) do Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido indicado(s) pelo Fundo deverá(ão) manter as informações constantes de materiais relativos aos investimentos do Fundo Investido, sejam potenciais ou realizados, que venham a ser a eles disponibilizados pelo Administrador ou pelo Gestor, sob absoluto sigilo e confidencialidade, comprometendo-se, para tanto, a firmar termo de confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo se:

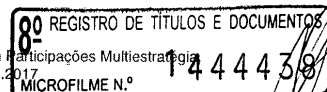
- (i) com o consentimento prévio e por escrito do Gestor e/ou do Administrador; ou
- (ii) por ordem judicial ou administrativa expressa, inclusive da CVM, sendo que, nesta hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados, por escrito, de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

Artigo 27 - Reuniões do Comitê. O Comitê de Acompanhamento se reunirá trimestralmente mediante convocação do Gestor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos.

Parágrafo Único. As reuniões do Comitê de Acompanhamento serão realizadas na sede do Gestor, sendo que a participação dos membros do Comitê de Acompanhamento poderá ocorrer de forma não presencial por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a comunicação simultânea.

CAPÍTULO VI - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE

Artigo 28 - Taxa de Administração. Pela prestação dos serviços de administração e gestão, o Fundo pagará uma Taxa de Administração correspondente a 2% (dois por



cento) ao ano (sendo que a mesma poderá ser reduzida esporadicamente conforme os termos e condições previamente acordados entre o Administrador e o Gestor e observado o Parágrafo Nono abaixo e sem prejuízo do disposto no Parágrafo Dez abaixo) sobre as seguintes bases, conforme aplicável:

- (i) Durante o Período de Investimentos: Capital Subscrito;
- (ii) A partir do término do Período de Investimentos até o final do Prazo de Duração do Fundo: patrimônio líquido do Fundo.

Parágrafo Primeiro. A Taxa de Administração será apropriada e paga mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês a que se referir, a partir da Data de Início do Fundo.

Parágrafo Segundo. O Capital Subscrito a ser considerado para fins de cálculo da Taxa de Administração será o do mês de referência, ao passo que o patrimônio líquido a ser considerado será o do mês imediatamente anterior ao mês de referência.

Parágrafo Terceiro. O cálculo da Taxa de Administração levará em conta a quantidade efetiva de dias úteis de cada mês, e terá como base um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

Parágrafo Quarto. A Taxa de Administração engloba os serviços prestados pelo Administrador e pelo Gestor, tais como previstos no presente Regulamento, bem como os serviços de contabilidade, que poderão ser prestados diretamente pelo Administrador ou subcontratados junto a terceiros.

Parágrafo Quinto. Além da Taxa de Administração acima prevista, será devida pelo Fundo uma taxa de performance, a ser paga ao Gestor, em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor das Distribuições que superarem o Capital Integralizado atualizado pelo *Hurdle* ("Taxa de Performance"), a ser calculada e paga de acordo com o disposto no Parágrafo Quarto e seguintes do Artigo 29 abaixo. Para fins de esclarecimento, a cobrança da Taxa de Performance somente será feita após o recebimento, pelos Cotistas, da totalidade de seu Capital Integralizado, devidamente atualizado pelo *Hurdle*, isto é, a variação do IPCA acrescida do Custo de Oportunidade, fixado em 6% (seis por cento) ao ano, conforme o disposto na alínea (c) do §5º do Art. 8º da Resolução CMN 3.922, conforme alterada pela Resolução CMN 4.604, de 19 de outubro de 2017.

Parágrafo Sexto. O Administrador ou o Gestor podem estabelecer que parcelas da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido contratados pelo Administrador ou pelo Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance fixadas neste Regulamento.

Parágrafo Sétimo. Nos casos de renúncia, destituição e/ou descredenciamento do Administrador e/ou do Gestor, o pagamento da Taxa de Administração deverá observar o disposto no Parágrafo Quinto do Artigo 18 e Parágrafo Quarto do Artigo 22, conforme o caso.



Parágrafo Oitavo. A divisão da Taxa de Administração entre Administrador e Gestor será realizada nos termos acordados entre estes.

Parágrafo Nono. Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Único do Artigo 3º, o Fundo continuará pagando a parcela da Taxa de Administração que remunera o Administrador mesmo que encerrado o Prazo de Duração.

Parágrafo Dez. Tendo em vista que o Fundo Investido cobrará uma taxa de administração sobre as Cotas Classe D, fica desde já estabelecido que tal taxa de administração, em conjunto com a Taxa de Administração, não superará o valor de 2% (dois por cento) ao ano sobre as bases descritas no *caput* deste Artigo 28.

CAPÍTULO VII - DISTRIBUIÇÕES

Artigo 29 - Distribuições. O Fundo poderá distribuir aos Cotistas e ao Gestor, conforme o caso, valores relativos a:

- (i) desinvestimentos dos ativos da Carteira;
- (ii) amortização de cotas do Fundo Investido;
- (iii) rendimentos pagos relativamente aos Outros Ativos;
- (iv) outras receitas de qualquer natureza do Fundo; e
- (v) outros recursos excedentes do Fundo, existentes e passíveis de distribuição aos Cotistas, ao final do Prazo de Duração do Fundo.

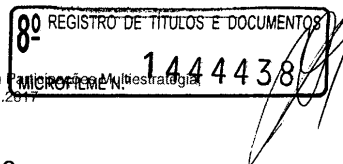
Parágrafo Primeiro. Os valores elencados nos incisos de (i) a (v) do *caput* deste Artigo, quando destinados à distribuição, serão, para todos os fins, doravante referidos, individualmente, como uma “Distribuição” e, coletivamente, como “Distribuições”.

Parágrafo Segundo. Quando do ingresso de recursos no Fundo sob alguma das formas previstas nos incisos (i), (ii) e (iv) do *caput* deste Artigo, o Administrador deverá destinar tais valores à Distribuição. Já em relação aos rendimentos previstos nos incisos (iii) e (v) do *caput* deste Artigo, estes serão passíveis de Distribuição apenas por ocasião da liquidação do Fundo.

Parágrafo Terceiro. As Distribuições devem ser feitas de forma a assegurar que os valores disponíveis no caixa do Fundo sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo, razão pela qual o Administrador poderá, a despeito do previsto no Parágrafo Segundo deste Artigo, optar pela permanência dos recursos no caixa do Fundo.

Parágrafo Quarto. As Distribuições serão feitas sob a forma de:

- (i) amortização de Cotas, sempre proporcionalmente ao número de Cotas integralizadas por cada Cotista;



- (ii) resgate de Cotas quando da liquidação do Fundo; e
- (iii) pagamento de Taxa de Performance, quando destinadas a remunerar o Gestor.

Parágrafo Quinto. O Fundo não realizará quaisquer Distribuições aos Cotistas que estiverem em situação de inadimplência, tal como previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 36.

Parágrafo Sexto. As Distribuições serão feitas de acordo com o procedimento descrito abaixo:

- (i) primeiramente, todos os recursos serão pagos apenas aos Cotistas, até que atingido, em uma ou mais Distribuições, o montante equivalente à soma de:
 - (a) valor do Capital Integralizado, e proporcionalmente à participação de cada Cotista no Capital Integralizado, ajustado pela variação do IPCA do mês anterior à data da integralização e o IPCA do mês anterior à data do efetivo pagamento; e
 - (b) o Custo de Oportunidade no mesmo período aplicado sobre o resultado de (a); e
- (ii) em seguida, os recursos excedentes de cada Distribuição serão distribuídos simultaneamente entre o Gestor, a título de Taxa de Performance, e os Cotistas, na proporção de 20% (vinte por cento) para o Gestor e 80% (oitenta por cento) para os Cotistas.

Parágrafo Sétimo. Nos casos de renúncia, destituição e/ou descredenciamento do Gestor, o pagamento da Taxa de Performance deverá observar o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 22.

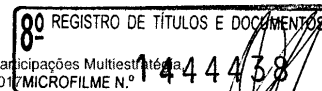
CAPÍTULO VIII – OFERTA, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS

Artigo 30 - Cotas. As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, são escriturais e nominativas.

Artigo 31 - Classe das Cotas. O Fundo possui apenas uma classe de Cotas, a qual conferirá iguais direitos e obrigações aos Cotistas, não havendo, portanto, direitos políticos e/ou econômico-financeiros distintos entre os Cotistas.

Artigo 32 - Primeira Emissão de Cotas. A primeira emissão de Cotas será deliberada pelo Administrador sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.





Parágrafo Primeiro. O preço de emissão das Cotas da primeira emissão será de R\$ 1,00 (um real) por Cota, mantendo-se o referido valor nominal inclusive para os Cotistas que ingressarem no Fundo após a realização de investimentos por parte do Fundo.

Parágrafo Segundo. Enquanto não houver subscrição de Cotas, o Administrador poderá deliberar acerca de emissões de cotas adicionais sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

Artigo 33 – Novas Emissões de Cotas. Após a subscrição de Cotas por qualquer Cotista, eventuais novas emissões de Cotas somente poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

- (i) mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, sem limitação de valor; ou
- (ii) mediante simples deliberação do Administrador, desde que limitado a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (“Capital Autorizado”).

Parágrafo Único. Os Cotistas do Fundo terão direito de preferência em relação às novas emissões de Cotas realizadas nos termos do *caput* deste Artigo.

Artigo 34 - Subscrição. As Cotas deverão ser subscritas pelos Cotistas mediante a assinatura de Boletins de Subscrição, cuja validade dependerá da autenticação por parte do Administrador.

Parágrafo Primeiro. Previamente à subscrição das Cotas, os Cotistas deverão firmar um Compromisso de Investimento, conforme modelo a ser fornecido pelo Administrador, bem como efetuarem seu cadastro perante o Administrador, nos termos exigidos por este.

Parágrafo Segundo. Além do cadastro prévio mencionado no Parágrafo Primeiro deste Artigo, os Cotistas também deverão manter seu cadastro atualizado perante o Administrador conforme critérios e periodicidade por este exigidos.

Artigo 35 - Integralização. Durante todo o Prazo de Duração do Fundo, o Administrador poderá realizar chamadas de capital mediante as quais cada Cotista será convocado a realizar integralizações de Cotas para que tais recursos sejam dirigidos à realização de investimentos do Fundo no Fundo Investido ou, ainda, para atender às necessidades de caixa do Fundo. Nos casos em que as chamadas de capital sejam realizadas para a efetivação de investimentos do Fundo no Fundo Investido com objetivo de viabilizar investimentos em Sociedades Investidas por parte do Fundo Investido, tal chamada deverá ser previamente autorizada pelo Gestor.

Parágrafo Primeiro. As Cotas deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, conforme as condições previstas no Boletim de Subscrição e no Compromisso de Investimento, no prazo estipulado pela chamada de capital correspondente, realizada pelo Administrador com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência da data limite para depósito, mediante o envio de correspondência dirigida para os Cotistas através de carta ou correio eletrônico, aos endereços de contato constantes no cadastro mantido pelo Cotista junto ao Administrador.



Parágrafo Segundo. Para todos os fins, será considerada como data de integralização de Cotas a data em que efetivamente os recursos estiverem disponíveis na conta corrente do Fundo.

Parágrafo Terceiro. Em até 10 (dez) dias úteis contados da integralização das Cotas, o Cotista deverá receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, emitido pelo Administrador ou pelo prestador do serviço de escrituração das Cotas do Fundo.

Parágrafo Quarto. O patrimônio líquido inicial mínimo estabelecido para funcionamento do Fundo é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

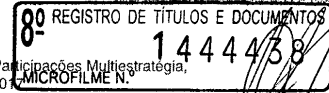
Parágrafo Quinto. As chamadas de capital serão realizadas pelo Administrador de forma simultânea a todos os Cotistas do Fundo, considerando a respectiva participação no Fundo, observado que, para quaisquer investidores que subscreverem Cotas após a Data de Início do Fundo, o Administrador requererá que tais investidores, no ato de sua subscrição, efetivem integralização de Cotas até que a proporção do Capital Subscrito e não integralizado por tais investidores seja igual aos Cotistas do Fundo inscritos no registro de Cotistas no dia anterior à subscrição pelos novos investidores, observado o disposto no Artigo 37 ("Valor de Equalização").

Artigo 36 - Mora na Integralização. O Cotista que não cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de integralizar Cotas na forma e condições previstas neste Regulamento e no Compromisso de Investimento ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis* entre a data em que tal pagamento deveria ter sido feita e a data em que for efetivamente realizado, e de uma multa equivalente a 2% (dois por cento) sobre o débito corrigido, sendo facultado à Assembleia Geral de Cotistas, após a regularização da integralização por parte do Cotista, isentar o pagamento da multa e da atualização.

Parágrafo Primeiro. Caso o Cotista inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de integralizar Cotas, conforme estabelecido no Compromisso de Investimento, as Distribuições a que fizer jus serão utilizadas para compensação dos débitos existentes para com o Fundo (obrigação de integralização de Cotas, juros, e multa moratórios, sempre de forma proporcional) até o limite de seus débitos, dispondo o Administrador de todos os poderes para fazer tal compensação em nome do referido Cotista inadimplente, inclusive para integralizar Cotas com os recursos de tais Distribuições em seu nome, sem prejuízo da suspensão de seus direitos políticos, tal como previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 41.

Parágrafo Segundo. Caso o atraso na integralização seja justificado pelo Cotista e tenha sido originado por motivos operacionais, o Administrador poderá, a seu exclusivo critério, isentar o Cotista das penalidades previstas neste Regulamento.

Artigo 37 – Taxa de Equalização no Ingresso, Saída e demais comissões. Será devida por aquele(s) novo(s) investidor(es) que vier(em) a subscrever Cotas após a Data do Primeiro Fechamento, uma taxa de ingresso (com efeito de equalização temporal dos Cotistas no Fundo), que corresponderá à subtração (a) do maior valor entre



- (i) a multiplicação do Capital Subscrito pelo novo investidor pela razão entre (x) o Valor do Capital Integralizado do Fundo atualizado pelo *Hurdle*, no período compreendido entre a Data de Início do Fundo e o mês anterior à data da subscrição das Cotas pelo novo investidor (*pro rata temporis* considerando os dias úteis entre tais datas, e terá como base um ano de 252 dias úteis) e o (y) total do Capital Subscrito do Fundo (antes da entrada do novo investidor); ou
- (ii) a multiplicação do Capital Subscrito pelo novo investidor pela razão entre (x) o valor justo do Capital Integralizado do Fundo (apurado conforme o valor patrimonial da cota de acordo Instrução CVM 579) e o (y) total do Capital Subscrito do Fundo (antes da entrada do novo Investidor); e

(b) o Valor de Equalização.

Parágrafo Primeiro. O Fundo, conforme acordado entre o Gestor e o Administrador, poderá amortizar aos Cotistas, de maneira *pro rata* ao respectivo Capital Subscrito por cada Cotista (incluindo o novo investidor), o Valor de Equalização acrescido da Taxa de Equalização no Ingresso, sendo que os valores restituídos aos Cotistas no limite do Valor de Equalização (ou seja, sem considerar a Taxa de Equalização no Ingresso) deverão recompor o Capital Subscrito de cada Cotista, e poderão ser chamados novamente pelo Administrador, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. Os subscritores de Cotas do Fundo estarão isentos do pagamento de taxa de saída ou qualquer comissão.

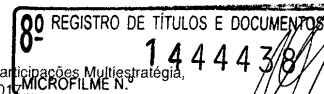
CAPÍTULO IX - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 38 - Matérias de Competência. Compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre:

- (i) as demonstrações contábeis do Fundo apresentadas pelo Administrador, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em até 180 (cento e oitenta) dias após o término do exercício social a que se referirem;
- (ii) alteração do Regulamento do Fundo;
- (iii) a destituição ou substituição do Administrador ou do Gestor sem Justa Causa e escolha de seus substitutos;
- (iv) a fusão, incorporação, cisão, transformação ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) a emissão de novas Cotas, exceto na hipótese prevista no inciso (ii) do Artigo 33;
- (vi) o aumento da Taxa de Administração e da Taxa de Performance;
- (vii) a alteração no Prazo de Duração do Fundo;



- (viii) a alteração do quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (ix) a ratificação da instalação e da indicação do(s) membro(s) do Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido, bem como sobre a alteração das disposições deste Regulamento aplicáveis à instalação, composição, organização de conselhos e/ou outros comitês que venham a ser criados pelo Fundo;
- (x) o requerimento de informações por parte de Cotistas, observado o Parágrafo Primeiro do Artigo 20 deste Regulamento;
- (xi) a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação e de garantias reais, em nome do Fundo;
- (xii) a aprovação dos atos que configurarem potencial conflito de interesses entre o Fundo e o Administrador ou o Gestor, e entre o Fundo e qualquer Cotista ou grupo de Cotistas que detenham mais de 10% das cotas subscritas, inclusive em relação às hipóteses previstas nos Parágrafos Quinto e Sexto do Artigo 47, ficando impedidos de votar na Assembleia Geral de Cotistas aqueles Cotistas envolvidos no conflito;
- (xiii) a ratificação da inclusão, neste Regulamento, de encargos não previstos no Artigo 45 da Instrução CVM 578/16;
- (xiv) a alteração da classificação prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 2º;
- (xv) o pagamento, pelo Fundo, de despesas não previstas neste Regulamento como encargos do Fundo, bem como sobre o aumento dos limites máximos dos encargos previstos neste Regulamento;
- (xvi) alterações de termos, renúncia de direitos e transigências relativamente ao Compromisso de Investimento;
- (xvii) a prorrogação do Período de Investimentos;
- (xviii) a destituição ou substituição do Gestor com Justa Causa e escolha de seus substitutos;
- (xix) alterações na política de investimentos do Fundo;
- (xx) a aprovação de estruturação, direta ou indiretamente, pelo Gestor, de outro veículo de investimento com objetivos similares aos do Fundo, antes da realização pelo Fundo de investimentos equivalentes a, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de seu Capital Subscrito; e
- (xxi) a indicação do(s) representante(s) do Fundo no Comitê de Acompanhamento do Fundo Investido.



Parágrafo Primeiro. Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas sempre que tal alteração:

- (i) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências expressas da CVM, ou de adequação às normas legais ou regulamentares;
- (ii) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais do Administrador ou dos prestadores de serviços do Fundo, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone; e
- (iii) envolver redução da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance.

Parágrafo Segundo. As alterações referidas nos incisos (i) e (ii) do Parágrafo Primeiro deste Artigo devem ser comunicadas aos Cotistas, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data em que tiverem sido implementadas.

Parágrafo Terceiro. A alteração referida no inciso (iii) do Parágrafo Primeiro deste Artigo deve ser imediatamente comunicada aos Cotistas.

Artigo 39 - Forma de Convocação, Local e Periodicidade. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante correspondência escrita encaminhada pelo Administrador a cada Cotista, por meio de correio, correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que assegure haver o destinatário recebido a convocação.

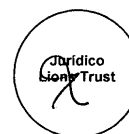
Parágrafo Primeiro. Da convocação, realizada por qualquer meio previsto no *caput* deste Artigo, devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e, ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo Segundo. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deverá ser feita com, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data da realização da referida Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo Administrador por iniciativa própria ou por solicitação de Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas subscritas.

Parágrafo Quarto. A convocação por solicitação dos Cotistas, conforme disposto no Parágrafo Terceiro deste Artigo, deve:

- (i) ser dirigida ao Administrador, que deve, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral de Cotistas às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral de Cotistas assim convocada deliberar em contrário; e
- (ii) conter eventuais documentos necessários ao exercício do direito de voto dos demais Cotistas.



Parágrafo Quinto. O Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, devem disponibilizar aos Cotistas todas as informações e documentos necessários ao exercício do direito de voto, na data de convocação da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Sexto. Independentemente da convocação prevista neste Artigo, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas à qual comparecerem todos os Cotistas.

Parágrafo Sétimo. As Assembleias Gerais de Cotistas serão realizadas, em regra, na sede do Administrador, e deverão ocorrer, no mínimo, uma vez por ano.

Artigo 40 - Quóruns de Instalação e Deliberação. Nas Assembleias Gerais de Cotistas, que podem ser instaladas com a presença de ao menos um Cotista, as deliberações são tomadas por maioria de votos das Cotas subscritas presentes, cabendo a cada Cota subscrita 1 (um) voto, observado, quanto ao quórum específico, o disposto nos Parágrafos Primeiro a Quarto abaixo.

Parágrafo Primeiro. Em relação às matérias dos incisos (ii), (iv), (v), (ix) e (xiv) do Artigo 38, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, metade das Cotas subscritas.

Parágrafo Segundo. Em relação às matérias dos incisos (vi), (xi), (xii), (xiii), (xviii) e (xx) do Artigo 38, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Cotas subscritas.

Parágrafo Terceiro. Em relação às matérias dos incisos (iii) e (xix) do Artigo 38, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Subscritas.

Parágrafo Quarto. Em relação à matéria do inciso (viii) do Artigo 38, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, metade das Cotas Subscritas ou pelo quórum exigido para deliberar sobre a matéria cujo quórum pretenda-se alterar, o que for maior.

Parágrafo Quinto. Os Cotistas que não participarem da Assembleia Geral de Cotistas, mas tiverem enviado voto por escrito no formato exigido pelo Administrador, serão considerados para fins do cômputo dos quóruns de instalação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 41 - Elegibilidade para Votar. Somente podem votar nas Assembleias Gerais de Cotistas, os Cotistas inscritos no registro de Cotistas na data da convocação, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro. Os Cotistas que tenham sido chamados a integralizar as Cotas subscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da Assembleia Geral de Cotistas não terão direito a voto.

Parágrafo Segundo. Não podem votar nas Assembleias Gerais de Cotistas e nem fazer parte do cômputo para fins de apuração do quórum de aprovação:

- (i) o Administrador ou o Gestor;
- (ii) os sócios, diretores e funcionários do Administrador ou do Gestor;
- (iii) empresas consideradas partes relacionadas ao Administrador ou ao Gestor, seus sócios, diretores e funcionários;
- (iv) os prestadores de serviços do Fundo, seus sócios, diretores e funcionários; e
- (v) o Cotista cujo interesse seja conflitante com o do Fundo.

Parágrafo Terceiro. Não se aplica a vedação prevista no Parágrafo Segundo deste Artigo quando:

- (i) os únicos Cotistas do Fundo forem as pessoas mencionadas no Parágrafo Segundo deste Artigo; ou
- (ii) houver aquiescência expressa da maioria dos demais Cotistas, manifestada na própria Assembleia Geral de Cotistas, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à Assembleia Geral de Cotistas em que se dará a permissão de voto.

Parágrafo Quarto. O Cotista deve informar ao Administrador e aos demais Cotistas as circunstâncias que possam impedi-lo de exercer seu voto, nos termos do disposto no inciso (v) do Parágrafo Segundo deste Artigo, sem prejuízo do dever de diligência do Administrador e do Gestor em buscar identificar os Cotistas que estejam nessa situação.

Artigo 42 - Formalização das Deliberações. Dos trabalhos e das deliberações das Assembleias Gerais de Cotistas será lavrada, em livro próprio, ata assinada pelos Cotistas presentes, exceto por aqueles que tenham encaminhado voto escrito no formato exigido pelo Administrador.

Parágrafo Primeiro. O Administrador, a seu exclusivo critério, poderá estabelecer que certas decisões sejam tomadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos Cotistas, desde que da consulta constem todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

Parágrafo Segundo. A ausência de resposta, no prazo de 30 (trinta) dias, será considerada como anuência por parte dos Cotistas, entendendo-se por estes autorizada, desde que tal interpretação conste da consulta.

Parágrafo Terceiro. O Gestor representará os Veículos de Investimento Feeder em toda e qualquer assembleia geral de cotistas do Fundo Investido, sendo que, especificamente com relação às Matérias Qualificadas Master, os Veículos de Investimento Feeder e seus investidores, conforme o caso, terão direito a se reunir previamente para determinar o voto do Gestor com relação a tais Matérias Qualificadas Master, conforme disposto no Acordo de Coinvestimento e Voto.

CAPÍTULO X - ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 43 - Lista de Encargos. Constituem encargos do Fundo, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas pelo Administrador:

- (i) emolumentos, encargos com empréstimos e comissões pagos por operações do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive a Taxa de Fiscalização da CVM;
- (iii) registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na Instrução CVM 578/16;
- (iv) correspondências e demais documentos do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas, tais como despesas com confecção e trânsito, dentre outras;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos não coberta por apólice de seguro e não decorrente de culpa ou dolo do Administrador, e/ou do Gestor no exercício de suas respectivas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) inerentes à fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do Fundo, sem limitação de valor;
- (x) inerentes à realização de Assembleia Geral de Cotistas, reuniões do Comitê de Acompanhamento (sendo certo que tais despesas serão divididas com os demais Veículos de Investimento Feeder que indicarem membros ao Comitê de Acompanhamento, na proporção dos membros indicados em relação ao total) ou de outros comitês ou conselhos que venham a ser criados pelo Fundo, sem limitação de valor;
- (xi) com liquidação, registro, negociação e custódia de operações com ativos, incluindo despesas de registro e manutenção de contas junto à B3, Selic, CBLC e/ou outras entidades análogas, devendo ser observado, especificamente no tocante à taxa de custódia, o limite máximo de 0,045%

a.a. sobre o patrimônio líquido do Fundo, sem prejuízo do valor mínimo mensal estipulado no Compromisso de Investimento;

- (xii) contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, sem limitação de valor;
- (xiii) relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos do Fundo;
- (xiv) contribuição anual devida às entidades autorreguladoras ou às entidades administradoras do mercado organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, bem como as despesas com a escrituração das Cotas do Fundo;
- (xv) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- (xvi) gastos da distribuição primária de cotas, observado o limite disposto no Parágrafo Terceiro deste Artigo, bem como com seu registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários;
- (xvii) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado;
- (xviii) despesas inerentes à constituição do Fundo e/ou às ofertas de suas Cotas (tais como taxa de registro junto ao Código Abvcap/Anbima, taxa de abertura de conta e/ou registro de oferta de cotas junto à B3, remuneração do agente autônomo e do distribuidor das Cotas, despesas com cartório, despesas com o registro da oferta de Cotas junto à CVM, despesas com advogados, viagens, hospedagem e alimentação, taxas de estruturação/implementação cobradas pelos prestadores de serviços do Fundo etc.), observado o disposto no Parágrafo Terceiro deste Artigo, sem limitação de valor, sendo passíveis de reembolso ao Administrador e/ou ao Gestor apenas as despesas que tenham sido incorridas no prazo máximo de 1 (um) ano de antecedência da data de registro do Fundo junto à CVM e desde que devidamente comprovadas;
- (xix) remuneração do Administrador e do Gestor, nos termos previstos no Artigo 28 e no inciso (iii) do Parágrafo Quarto do Artigo 29; e
- (xx) despesas com a manutenção do registro do Fundo junto ao Código Abvcap/Anbima e sua respectiva base de dados.

Parágrafo Primeiro. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo deverão ser imputadas ao Gestor, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Segundo. O Fundo deverá sempre manter em caixa recursos suficientes para fazer frente à, no mínimo, 1 (um) ano de despesas, de acordo com estimativas feitas pelo Administrador e pelo Gestor.

Parágrafo Terceiro. A remuneração paga a prestadores de serviço relativos à distribuição de Cotas, tais como coordenação e colocação, dentre outros, deverá observar o limite de 0,5% (meio por cento) do Capital Subscrito do Fundo durante todo o Prazo de Duração, sendo certo que eventuais valores que superarem esse limite poderão ser pagos pelo Fundo, desde que descontados da parcela da Taxa de Administração que remunera o Gestor, na forma do Parágrafo Sexto do Artigo 28.

CAPÍTULO XI - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Artigo 44 - Regramento Aplicável. As demonstrações contábeis do Fundo deverão ser elaboradas de acordo com as normas específicas baixadas pela CVM, em especial a Instrução CVM 579/16, devendo ser objeto de auditoria por auditor independente registrado na CVM ao encerramento de cada exercício social.

Parágrafo Único. O Fundo terá exercício social que se encerrará no último dia de fevereiro de cada ano.

Artigo 45 - Critérios de Contabilização. Para fins do disposto na Instrução CVM 579/16, o Fundo foi inicialmente enquadrado no conceito de Entidade de Investimento.

Parágrafo Único. A contabilização das cotas do Fundo Investido será feita pelo respectivo custo de aquisição, ajustado mensalmente pelo valor da cota informado pelo administrador do Fundo Investido.

CAPÍTULO XII - INFORMAÇÕES PERIÓDICAS

Artigo 46 - O Administrador deverá enviar aos Cotistas, à entidade administradora de mercado organizado onde as Cotas estejam admitidas à negociação e à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as seguintes informações:

- (i) trimestralmente, em até 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as informações referidas no modelo do Anexo 46-I à Instrução CVM 578/16;
- (ii) semestralmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
- (iii) anualmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis auditadas, acompanhadas do relatório do auditor independente e do relatório do Administrador e Gestor a que se referem o inciso (iv) do Artigo 17 e o inciso (i) do Artigo 20.

Parágrafo Primeiro. A informação semestral de que trata o inciso (ii) do *caput* deste Artigo deve ser enviada à CVM com base no exercício social do Fundo.

Parágrafo Segundo. Além das disposições previstas neste Artigo, o Administrador e o Gestor também deverão observar a metodologia e a periodicidade que vierem a ser estabelecidas por deliberações emitidas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Código Abvcap/Anbima.

Parágrafo Terceiro. O Gestor deverá fornecer aos Cotistas, no mínimo uma vez por ano, atualizações de seus estudos e análises sobre os investimentos realizados pelo Fundo, tal como exigido pelo inciso (iii) do Artigo 20, as quais deverão conter um detalhamento da performance histórica das Sociedades Investidas do Fundo Investido.

CAPÍTULO XIII - VEDAÇÕES

Artigo 47 - Vedações. É vedado ao Administrador e ao Gestor, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo:
 - (a) nos casos em que o Fundo obtenha apoio financeiro direto de Organismos de Fomento, caso em que este estará autorizado a contrair empréstimos diretamente dos Organismos de Fomento, limitados ao montante correspondente a 30% (trinta por cento) dos ativos do Fundo;
 - (b) nas modalidades estabelecidas pela CVM; ou
 - (c) para fazer frente ao inadimplemento de Cotistas que deixem de integralizar as suas Cotas subscritas.
- (iii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto se aprovado em Assembleia Geral de Cotistas;
- (iv) vender Cotas à prestação, salvo o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 20 da Instrução CVM 578/16;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (vi) aplicar recursos:
 - (a) na aquisição de bens imóveis;
 - (b) na aquisição de direitos creditórios;
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão; e
 - (d) na aquisição de títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma

- (vii) utilizar recursos do Fundo para pagamento de seguro contra perdas financeiras de Cotistas;
- (viii) praticar qualquer ato de liberalidade; e
- (ix) praticar as operações denominadas *day-trade*.

Parágrafo Primeiro. O exercício da faculdade prevista na alínea "a" do inciso (ii) do *caput* deste Artigo somente será permitido após a obtenção do compromisso formal de apoio financeiro de Organismos de Fomento, que importe na realização de investimentos ou na concessão de financiamentos em favor do Fundo.

Parágrafo Segundo. A contratação de empréstimos referida na alínea "c" do inciso (ii) do *caput* deste Artigo só pode ocorrer no valor equivalente ao estritamente necessário para assegurar o cumprimento de compromisso de investimento previamente assumido pelo Fundo.

Parágrafo Terceiro. É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial e desde que não gerem exposição superior a uma vez o patrimônio líquido do Fundo.

Parágrafo Quarto. É vedada ao Fundo a aplicação em cotas de fundos de investimento em participações que invistam, direta ou indiretamente, no Fundo.

Parágrafo Quinto. Salvo aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, é vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte:

- (i) do Administrador, do Gestor, dos membros de conselhos ou outros comitês que venham a ser criados pelo Fundo e de Cotistas titulares de Cotas representativas de 5% (cinco por cento) do patrimônio do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total; e
- (ii) de quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Sociedade Alvo emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.
- (iii) de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor.

Parágrafo Sexto. O disposto no Parágrafo Quinto deste Artigo não se aplica quando o Administrador ou Gestor atuarem:

- (i) como administrador ou gestor de fundos investidos ou na condição de contraparte do Fundo, com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo; e
- (ii) como administrador ou gestor do Fundo Investido.

CAPÍTULO XIV - LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 48 - Hipóteses de Liquidação. O Fundo deverá ser liquidado quando do término de seu Prazo de Duração, exceto se (i) a Assembleia Geral de Cotistas vier a deliberar por sua liquidação antecipada ou (ii) na hipótese prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 18.

Artigo 49 - Formas de Liquidação. A negociação dos bens e ativos do Fundo será feita pelo Gestor por meio de uma das estratégias de desinvestimento a seguir:

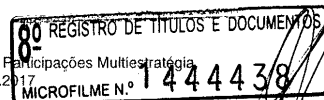
- (i) após a amortização das Cotas Classe D e liquidação dos Outros Ativos, amortização e resgate total das Cotas;
- (ii) venda em bolsa de valores, mercado de balcão organizado, mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, conforme o tipo de ativo, observado o disposto na legislação aplicável;
- (iii) exercício, em bolsa de valores, mercado de balcão organizado, mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, de opções de venda, negociadas pelo Gestor quando da realização dos investimentos; ou
- (iv) caso não seja possível adotar os procedimentos em (ii) e (iii), dação em pagamento dos bens e ativos do Fundo como forma de pagamento da amortização e/ou do resgate das Cotas.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese prevista no inciso (iv) do *caput* deste Artigo, será convocada Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os critérios detalhados e específicos para utilização desse procedimento.

Parágrafo Segundo. Em qualquer caso, a liquidação dos bens e ativos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

CAPÍTULO XV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 50 - Sucessão dos Cotistas. Em caso de morte ou incapacidade de Cotista, o representante do espólio ou do incapaz exercerá os direitos e cumprirá as obrigações,



perante o Administrador, que cabiam ao *de cujus* ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

Artigo 51 - Negociação das Cotas. As Cotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação em mercado de bolsa ou balcão organizado, a critério do Administrador, sendo também permitidas negociações privadas das Cotas entre investidores, observado o disposto no Artigo 52.

Parágrafo Único. Os adquirentes das Cotas que ainda não sejam Cotistas deverão igualmente preencher o conceito de Investidor Qualificado, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Cotistas.

Artigo 52 - Direitos de Preferência. O Cotista que desejar ceder e transferir suas Cotas ("Cotas Oferecidas"), no todo ou em parte, seja a que título for, estará obrigado a oferecê-las, por intermédio do Administrador, primeiramente aos demais Cotistas do Fundo, observado o disposto nos incisos a seguir:

- (i) qualquer dos Cotistas do Fundo tem preferência para adquirir as Cotas Oferecidas, sendo que para tanto o Administrador, após receber notícia do Cotista cedente sobre tal intenção, indicará por escrito a todos os demais Cotistas a quantidade de Cotas Oferecidas, o preço por Cota Oferecida, as condições e prazos de pagamento e, se houver, o nome e qualificação completa do interessado ("Condições da Oferta");
- (ii) cada Cotista adimplente com suas obrigações terá direito de preferência sobre o número de Cotas Oferecidas proporcional à sua participação sobre o total das Cotas, consideradas apenas suas Cotas já integralizadas e excluídas as Cotas detidas pelo Cotista cedente, bem como terá direito de preferência às eventuais sobras de Cotas Oferecidas, na forma dos incisos (iii) e (iv) abaixo;
- (iii) em um prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos contados do envio mencionado no inciso (i) anterior, os Cotistas poderão exercer o seu direito de preferência mediante comunicação por escrito ao Administrador, manifestando também, se for o caso, seu interesse por eventuais sobras de Cotas Oferecidas que excedam a proporção de sua participação no Fundo;
- (iv) caso existam sobras de Cotas Oferecidas, em relação às quais não se tenha exercido o direito de preferência na forma dos incisos anteriores, o Administrador deverá comunicar este fato aos demais Cotistas que tenham manifestado interesse pelas sobras, por meio de carta a ser enviada em 5 (cinco) dias úteis após o término do prazo referido no inciso (iii) acima, de forma que tais Cotistas possam efetuar a aquisição das sobras mediante o pagamento do preço respectivo;
- (v) somente após esgotados os procedimentos acima descritos, poderá o Cotista ceder e transferir as Cotas Oferecidas sobre as quais não se tenha exercido o direito de preferência, desde que:



- (a) tal transferência seja realizada, segundo as mesmas Condições da Oferta, no período subsequente de 90 (noventa) dias corridos após o término do período de 5 (cinco) dias úteis previsto no inciso (iv) acima;
 - (b) o novo Cotista tenha firmado um Compromisso de Investimento; e
 - (c) o novo Cotista preencha e cumpra as condições estabelecidas no Parágrafo Único do Artigo 52 deste Regulamento.
- (vi) qualquer Cotista apenas poderá dar em penhor ou alienar fiduciariamente ou de outra forma gravar suas Cotas mediante aprovação de todos os demais Cotistas.

Parágrafo Único. O direito de preferência descrito neste Artigo não se aplica às hipóteses de transferências decorrentes de reorganização societária e/ou patrimonial do Cotista em questão, desde que, cumulativamente (a) as Cotas do Fundo, ou o novo veículo de investimento, sejam integralmente detidos pelos mesmos beneficiários finais do referido Cotista ou por parentes até o 2º grau dos beneficiários finais do referido Cotista; e (b) tal transferência não seja realizada para fins de ceder a terceiro, a qualquer título, direta ou indiretamente e a qualquer tempo, as Cotas do Fundo.

Artigo 53 - Sigilo e Confidencialidade. Os Cotistas deverão manter as informações relativas ao Fundo sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo:

- (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e/ou do Gestor, conforme o caso; ou
- (ii) se obrigado por ordem judicial e/ou administrativa expressa, inclusive, da CVM, sendo que nesta última hipótese, o Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, deverá ser informado por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

Artigo 54 - Conflito de Interesses. No momento da constituição do Fundo não foram identificadas situações que pudessem ser caracterizadas como conflitos de interesses.

Parágrafo Único. A despeito do disposto no *caput* deste Artigo, o Administrador e o Gestor deverão manter os Cotistas atualizados acerca de situações que surjam nas quais haja potencial conflito de interesses.

Artigo 55 - Arbitragem e Foro. O Administrador, o Gestor, o Fundo e os Cotistas, inclusive seus sucessores a qualquer título, se obrigam a submeter à arbitragem toda e qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Regulamento, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo e do Fundo Investido e que não possam ser solucionadas amigavelmente pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Fundo e pelos Cotistas dentro de um prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após a notificação da parte envolvida na controvérsia. Independentemente do prazo

previsto acima, qualquer das partes nomeadas neste Artigo poderão submeter qualquer disputa à arbitragem.

Parágrafo Primeiro. O tribunal arbitral terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o idioma será o Português e obedecerá às normas estabelecidas no regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM" e "Regulamento de Arbitragem", respectivamente), vigentes à época da solução do litígio.

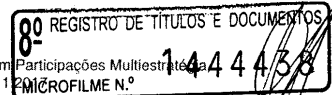
Parágrafo Segundo. O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, devendo a(s) parte(s) requerente(s) nomear 1 (um) árbitro de sua confiança e a(s) requerida(s) nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá o tribunal arbitral, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. O árbitro escolhido pela parte requerente deverá ser nomeado no requerimento de arbitragem; o árbitro escolhido pela parte requerida deverá ser nomeado na resposta ao requerimento de arbitragem e o terceiro árbitro deverá ser nomeado no prazo de 5 (cinco) dias contados da aceitação do árbitro da parte requerida. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os 2 (dois) árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro nos termos do Regulamento, as nomeações faltantes serão feitas pelo presidente da CAM. Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo três ou mais partes que não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as partes, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas partes da última notificação da CAM nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da CAM. Caso as partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, que designará um deles para atuar como presidente.

Parágrafo Terceiro. Cada parte pagará a sua parte das despesas da arbitragem ao longo do curso da arbitragem, na forma do Regulamento de Arbitragem. Na sentença arbitral, o tribunal deverá determinar se as despesas incorridas pelas partes envolvidas nos procedimentos de arbitragem instalados em conformidade com o caput deste artigo deverão ser pagas pela parte vencida, conforme proporção determinada na sentença arbitral.

Parágrafo Quarto. Qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo título executivo judicial vinculante, obrigando as partes da arbitragem a cumprir o determinado na decisão arbitral, independentemente de execução judicial.

Parágrafo Quinto. Em face da presente cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida:

- (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do mesmo ao juiz estatal competente, ou
- (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro eleito conforme o Parágrafo Sexto abaixo.



Parágrafo Sexto. O requerimento de tutela de urgência antecedente à instituição de arbitragem, bem como ações de cumprimento de sentença arbitral poderão ser pleiteadas e propostas, à escolha do interessado, na comarca onde estejam o domicílio ou os bens da(s) parte(s) requerida(s), ou na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Para quaisquer outras medidas judiciais autorizadas pela Lei nº 9.307/96, fica eleita exclusivamente a comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O requerimento de qualquer medida judicial autorizada pela Lei nº 9.307/96 não será considerado uma renúncia aos direitos previstos neste artigo ou à arbitragem.

Parágrafo Sétimo. A CAM (se antes da assinatura do Termo de Arbitragem) e o tribunal arbitral (se após a assinatura do Termo de Arbitragem) poderão, mediante requerimento de uma das partes das arbitragens, consolidar procedimentos arbitrais simultâneos envolvendo quaisquer das partes mencionadas no Artigo 55, acima, ainda que nem todas sejam parte de ambos os procedimentos, e este Regulamento e/ou outros instrumentos relacionados e firmados pelas partes mencionadas no Artigo 55, acima, e/ou por seus sucessores a qualquer título, desde que (a) as cláusulas compromissórias sejam compatíveis; e (b) não haja prejuízo injustificável a uma das partes das arbitragens consolidadas. Neste caso, a jurisdição para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído e sua decisão será vinculante a todas as partes das arbitragens consolidadas.

São Paulo, 06 de novembro de 2017.

LIONS TRUST ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

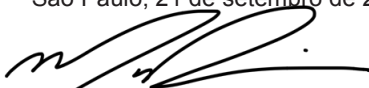
Declaração do Fundo (Art. 56 da Instrução CVM 400/03)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA ("Fundo"), inscrito no CNPJ sob o nº 27.782.774/0001-78, na qualidade de ofertante, neste ato representado por sua administradora, Lions Trust Administradora de Recursos Ltda., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.675.095/0001-10, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos conforme Ato Declaratório nº 12.444, de 20.07.2012, a qual é representada por seu diretor Marco Antonio Biajoto Pisani, inscrito no CPF/MF sob o nº 262.628.078-02, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período da distribuição pública de cotas da primeira emissão do Fundo ("Cotas", e "Oferta", respectivamente), sendo que estas permitem a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) o prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") contém e o prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") conterá, nas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores, da Oferta, das Cotas, do Fundo, da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores; (iii) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Cotas, do Fundo, os riscos inerentes às atividades destes e outras informações relevantes; e (iv) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 21 de setembro de 2017



KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, neste ato representado por seu administrador Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

Declaração do Coordenador Líder (Art. 56 da Instrução CVM 400/03)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da distribuição pública de cotas do KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA ("Oferta" e "Fundo", respectivamente), inscrito no CNPJ sob o n.º 27.782.774/0001-78 com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, Brasil, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Fundo sejam verdadeiras, completas, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que integram o prospecto preliminar de distribuição pública de cotas da primeira emissão do Fundo ("Cotas" e "Prospecto Preliminar", respectivamente) e integrarão o prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo"), sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Cotas, dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, assim como atividades destes, situação econômico-financeira destes, os riscos inerentes às atividades destes e outras informações relevantes; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 21 de setembro de 2017

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Nome: CLAUDIO CESAR CANCHES

Cargo: DIRETOR PRODUTOS DE INVESTIMENTO

Nome:

Cargo: Luiz Severiano Ribeiro
Diretor Private Bank
004035903

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

Modelo do Boletim de Subscrição

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE COTAS DO
KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM
PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
Nº.**

Emissor: Kinea Private Equity IV Feeder Institucional I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	CNPJ/MF nº.: 27.782.774/0001-78
Administradora: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda	CNPJ/MF nº.: 15.675.095/0001-10
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar, Jardim Paulistano. CEP: 01452-924	

1. Qualificação do Subscritor:

Razão social / Nome:

Endereço completo:

CNPJ / CPF nº.:

2. Cotas Subscritas:

Quantidade de Cotas Subscritas: ()

Preço unitário da Cota Subscrita: **R\$ 1,00 (um real)**

Valor total da Subscrição: **R\$ ()**

3. Condições de Integralização:

Desejo condicionar minha adesão definitiva à Oferta:

☐ À colocação do valor total da distribuição, até o término da Oferta;

☐ À colocação de montante equivalente à R\$ (), até o término da Oferta. Ciente do Montante Mínimo da Oferta e implementada esta condição, desejo adquirir a **totalidade** das Cotas correspondentes indicadas no item 2 acima.

☐ À colocação de montante equivalente à R\$ (), até o término da Oferta. Ciente do Montante Mínimo da Oferta e implementada esta condição, desejo adquirir a **proporção** das Cotas estipulada por mim no item 2 acima, considerando que a proporção aplicável será aquela entre a quantidade de Cotas efetivamente colocadas até o término da Oferta e a quantidade de Cotas originalmente objeto da Oferta.

☐ Não desejo condicionar minha adesão definitiva à Oferta.

A integralização das Cotas ora subscritas observará o que a respeito dispuser o Regulamento do Fundo e o Compromisso de Investimento.

O Subscritor integralizará as Cotas ora subscritas mediante chamadas de capital realizadas pela Administradora através de carta ou correio eletrônico, no prazo previsto no Regulamento do Fundo.

A integralização se dará mediante o depósito do respectivo montante, em moeda corrente nacional, na conta corrente de titularidade do Fundo informada oportunamente pela Administradora, sendo o comprovante de depósito considerado como recibo hábil da integralização.

4. Declarações do Subscritor

- ☐ Declaro ser Pessoa Vinculada.
- ☐ Declaro não ser Pessoa Vinculada.

Pessoas Vinculadas significam pessoas que sejam, nos termos do Artigo 55 da Instrução CVM 400/03 e do Artigo 1º, inciso VI da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada: (i) controladores e/ou administradores do Administrador ou do Gestor e/ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores e/ou administradores do Coordenador Líder; (iii) empregados, operadores e demais prepostos do Administrador e/ou Gestor e/ou do Coordenador Líder, que desempenhem atividades de intermediação ou de suporte operacional diretamente envolvidos na Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços ao Administrador e/ou Gestor e ao Coordenador Líder; (v) demais profissionais que mantenham, com o Administrador e/ou e/ou Gestor e/ou o Coordenador Líder, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Administrador e/ou pelo Gestor e/ou pelo Coordenador Líder ou por pessoas a eles vinculadas; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas ao Coordenador Líder desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens “ii” a “v” acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados

Declaro ter amplo e total conhecimento de todas as normas que regerão a atuação do Fundo, em especial no que se refere à sua política de investimento e aos riscos inerentes ao tipo de investimento que estou decidindo realizar, tal como descritos no Regulamento do Fundo e no Prospecto Definitivo de Distribuição Pública das Cotas de Emissão do Fundo (“Prospecto Definitivo”), bem como ter recebido todas as informações necessárias à decisão de efetivar a subscrição de Cotas ora formalizada.

Declaro ter recebido cópia integral e estar de acordo com (i) o Regulamento do Fundo, (ii) o Prospecto Definitivo, e (iii) o Compromisso de Investimento.

Declaro para todos os fins, (i) estar de acordo com as condições expressas no presente Boletim de Subscrição, e (ii) estar enquadrado no conceito de Investidor Qualificado previsto na Instrução CVM 539, de 13.11.2013.

Declaro estar ciente, ainda, de que a não integralização das Cotas ora subscritas, nos termos do Regulamento e do Compromisso de Investimento, poderá ensejar a utilização de todas as medidas legais cabíveis para o cumprimento da obrigação ora assumida.

, de de .

Testemunhas

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF:

Autenticação da Administradora do Fundo:

LIONS TRUST ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA



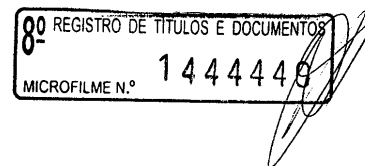
Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

Regulamento do Fundo Investido

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



4º Regulamento do

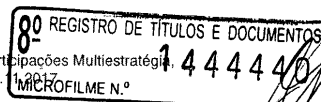
KINEA PRIVATE EQUITY IV MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

(CNPJ Nº 27.782.802/0001-57)

**Aprovado pelo Instrumento Particular de Alteração
datado de 06.11.2017**

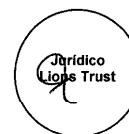


Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.



ÍNDICE

CAPÍTULO I - O FUNDO	- 3 -
CAPÍTULO II - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....	- 8 -
CAPÍTULO III – ADMINISTRADOR.....	- 15 -
CAPÍTULO IV – GESTOR.....	- 18 -
CAPÍTULO V - COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO.....	- 23 -
CAPÍTULO VI - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE	- 24 -
CAPÍTULO VII - DISTRIBUIÇÕES	- 26 -
CAPÍTULO VIII – OFERTA, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS.....	- 27 -
CAPÍTULO IX - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	- 31 -
CAPÍTULO X - ENCARGOS DO FUNDO	- 35 -
CAPÍTULO XI - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	- 37 -
CAPÍTULO XII - INFORMAÇÕES PERIÓDICAS	- 38 -
CAPÍTULO XIII - VEDAÇÕES	- 39 -
CAPÍTULO XIV - LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	- 41 -
CAPÍTULO XV - DISPOSIÇÕES GERAIS	- 42 -



CAPÍTULO I - O FUNDO

Artigo 1º - Definições. Os termos abaixo listados têm o significado a eles atribuídos neste Artigo:

Abvcap significa a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital.

Acordo de Coinvestimento e Voto significa o “Acordo de Coinvestimento e de Voto do Kinea Private Equity IV Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia”, firmado entre o Gestor, cada Veículo de Investimento Feeder, e os demais investidores que venham a se tornar subscritores de cotas do Fundo ou dos Veículos de Investimento Feeder, que regula, dentre outras matérias, as regras de governança, chamadas de capital e o processo de deliberação das Matérias Qualificadas Master.

Administrador significa a instituição devidamente qualificada no Artigo 15.

Afac significa adiantamento para futuro aumento de capital.

Alocação de Capital significa a proporção entre as chamadas de capital previstas nos Compromissos de Investimento celebrados pelos Cotistas de Classe A e os Cotistas de Classe B, C, D e E, conforme previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 31.

Anbima significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Assembleia Geral de Cotistas significa a assembleia geral de Cotistas do Fundo.

B3 significa a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Boletins de Subscrição significa os boletins de subscrição por meio dos quais cada investidor subscreverá Cotas.

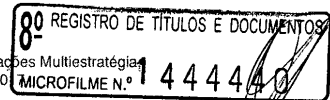
Cadastro de Empregadores Vedados significa a relação de empresas que exploram trabalho escravo ou infantil ou que utilizam mão de obra em condições degradantes, conforme previsto na Portaria Interministerial n.º 2, de 12 de maio de 2011, disponível para consulta em <http://portal.mte.gov.br>.

Capital Autorizado tem o significado atribuído no inciso (ii) do Artigo 33.

Capital Integralizado significa o valor total nominal em reais aportado pelos Cotistas no Fundo.

Capital Subscrito significa o valor total constante dos Boletins de Subscrição firmados pelos investidores do Fundo, a título de subscrição de Cotas independentemente de sua efetiva integralização.

Carteira significa o conjunto de ativos componentes da carteira de investimentos do Fundo.



Categoria A significa a categoria de registro de emissores de valores mobiliários perante a CVM que autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários, nos termos da Instrução nº 480, editada pela CVM em 7 de dezembro de 2009.

Classes significam as Classes de Cotas A, B, C, D e E.

Código Abvcap/Anbima significa o Código Abvcap/Anbima de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de Fundos de Investimento em Participações e de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Comitê de Acompanhamento significa o comitê de acompanhamento do Fundo, cujo funcionamento, composição, atribuições e obrigações se encontram descritos no Capítulo V.

Compromisso de Investimento significa o instrumento particular de compromisso de investimento e outras avenças a ser celebrado entre o Fundo, o Administrador e cada Cotista do Fundo.

Cotas significa frações ideais do patrimônio do Fundo, divididas em 5 Classes.

Cotistas significa os titulares das Cotas.

Custo de Oportunidade significa a taxa de 6% (seis por cento) ao ano.

CVM significa Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Início do Fundo significa a data de início das atividades do Fundo, a qual ocorrerá na data da primeira integralização de Cotas no Fundo.

Data do Fechamento Internacional significa a data em que os Veículos de Investimento Feeder constituídos no exterior encerrarem a subscrição de Cotas Classe A de emissão do Fundo.

Data do Primeiro Fechamento Feeder significa a primeira data em que um Veículo de Investimento Feeder encerrar a oferta das cotas de sua primeira emissão, na forma do respectivo regulamento.

Diligência significa a diligência (*due diligence*) de natureza legal, fiscal, contábil e/ou de consultoria especializada a ser realizada relativamente a cada Sociedade Alvo e/ou Sociedade Investida.

Distribuição tem o significado atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 29.

Dólar significa o dólar norte-americano, moeda corrente nos Estados Unidos da América.

Equipe Chave tem o significado atribuído no Artigo 21.

Fundo tem o significado atribuído no Artigo 2º.

Gestor significa a instituição devidamente qualificada no Artigo 19.

Hurdle significa a variação do IPCA acrescida do Custo de Oportunidade.

Instrução CVM 539/13 significa a Instrução nº 539, editada pela CVM em 13 de novembro de 2013, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente.

Instrução CVM 558/15 significa a Instrução nº 558, editada pela CVM em 26 de março de 2015, que dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários.

Instrução CVM 578/16 significa a Instrução nº 578, editada pela CVM em 30 de agosto de 2016, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.

Instrução CVM 579/16 significa a Instrução nº 579, editada pela CVM em 30 de agosto de 2016, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento em Participações.

Investidor Profissional tem o significado atribuído pelo Artigo 9º-A da Instrução CVM 539/13.

IPCA significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo e que adote metodologia de apuração e cálculo semelhante.

Justa Causa significa, exclusivamente com relação ao Gestor, a prática ou constatação dos seguintes atos ou situações: (i) comprovada negligência grave, má-fé ou desvio de conduta e/ou função no desempenho de suas respectivas funções, deveres e ao cumprimento de obrigações nos termos deste Regulamento; (ii) comprovada violação material de suas obrigações nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis da CVM; (iii) comprovada fraude no cumprimento de suas obrigações nos termos deste Regulamento; e (iv) descredenciamento pela CVM do Gestor para o exercício da atividade de gestão de carteira de valores mobiliários, conforme o caso.

Matérias Qualificadas Master significam as seguintes matérias envolvendo o Fundo sobre as quais os investidores dos Veículos de Investimento Feeder, conforme o caso, terão direito de deliberar previamente e orientar o voto do Gestor nas Assembleias Gerais do Fundo, conforme determinado no Acordo de Coinvestimento e Voto: incisos (iii), (iv), (v) (vi), (vii), (viii), (xi), (xii), (xiii), (xv), (xvii), (xviii), (xix), (xx) e (xxi) do Artigo 38, observado que qualquer alteração do Regulamento (inciso (ii) do Artigo 38) que, a critério do Gestor, afete os direitos políticos e econômicos das Classes de Cotas atualmente existentes será também considerada uma Matéria Qualificada Master, sujeita à deliberação prévia dos investidores dos Veículos de Investimento Feeder.

Organismos de Fomento são considerados como organismos de fomento os organismos multilaterais, as agências de fomento ou os bancos de desenvolvimento que possuam recursos provenientes de contribuições e cotas integralizadas

majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, e cujo controle seja governamental ou multigovernamental.

Outros Ativos tem o significado atribuído no Parágrafo Segundo do Artigo 9º.

Período de Investimentos significa o período para a contratação de investimentos pelo Fundo nas Sociedades Alvo e Sociedades Investidas, conforme estipulado no Artigo 11.

Prazo de Duração tem o significado atribuído no Artigo 3º.

Real significa o real brasileiro, moeda corrente na República Federativa do Brasil.

Regulamento significa este regulamento, que rege o Fundo.

Sociedade Alvo tem o significado atribuído no Artigo 6º.

Sociedade Investida significa cada Sociedade Alvo cujos ativos venham a ser adquiridos ou integralizados pelo Fundo, ou que venham a ser atribuídos ao Fundo.

Taxa de Administração tem o significado atribuído no Artigo 28.

Taxa de Equalização no Ingresso tem o significado atribuído no Artigo 37.

Taxa de Performance tem o significado atribuído no Parágrafo Quinto do Artigo 28.

Valor de Equalização tem o significado atribuído no Parágrafo Quinto do Artigo 35.

Variação Cambial significa, a partir da Data do Fechamento Internacional, qualquer variação na taxa de câmbio do Real frente ao Dólar verificada na cotação de fechamento PTAX disponibilizada pelo Banco Central do Brasil.

Veículo Paralelo Master significa o fundo de investimento a ser constituído (i) na hipótese descrita no Parágrafo Segundo do Artigo 2º; e (ii) em qualquer das hipóteses de Variação Cambial, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 31, administrado e/ou gerido por entidades ou membros do Grupo Itaú, constituído no Brasil para investir, de forma paralela e com a mesma estratégia de investimento do Fundo.

Veículos de Investimento Feeder significam os fundos de investimento e/ou veículos de investimento administrados e/ou geridos por entidades ou membros do Grupo Itaú, constituídos no Brasil ou no exterior para investir, de forma direta ou indireta, no Fundo.

Parágrafo Único. Os termos definidos neste Artigo 1º englobam suas variações de número e gênero.

Artigo 2º - Constituição. O Kinea Private Equity IV Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a Investidores Profissionais residentes e não-residentes no Brasil, regido por este Regulamento, pela Instrução CVM 578/16 e pelas demais disposições legais aplicáveis ("Fundo").

Parágrafo Primeiro. O Fundo receberá investimentos de um ou mais Veículos de Investimento Feeder (locais ou não residentes) além de outros Investidores Profissionais, os quais poderão investir no Fundo em momentos distintos. Os Veículos de Investimento Feeder poderão ter suas próprias regras de governança, taxas de gestão, custódia, de ingresso e de saída, desde que seja sempre observado o pagamento da Taxa de Equalização no Ingresso para os investidores que ingressarem no Fundo após a Data do Primeiro Fechamento Feeder, observado o disposto no Parágrafo Segundo. Será admitida a participação, como Cotistas do Fundo, do Administrador, do Gestor e da instituição responsável pela oferta das Cotas do Fundo.

Parágrafo Segundo. Se por razões regulatórias, legais ou comerciais, os Veículos de Investimento Feeder constituídos no exterior estiverem impedidos de efetuar o pagamento no valor mínimo da Taxa de Equalização no Ingresso nas bases descritas neste Regulamento, o Gestor poderá alocar o recurso de tais Veículos de Investimento Feeder em um Veículo Paralelo Master que não participará dos investimentos efetuados pelo Fundo até a efetiva data de ingresso de tais Veículos de Investimento Feeder constituídos no exterior.

Parágrafo Terceiro. Para fins do disposto no Código Abvcap/Anbima, o Fundo está enquadrado no conceito de Diversificado, Tipo 3.

Artigo 3º - Prazo de Duração. O Fundo tem prazo de duração de 10 (dez) anos, contados da Data de Início do Fundo, podendo ser prorrogado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ("Prazo de Duração").

Parágrafo Único. O Administrador manterá o Fundo em funcionamento após o Prazo de Duração, independentemente de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, caso ainda vigorem direitos e/ou obrigações contratuais, parcelas a receber, *earn-outs*, contingências ativas e passivas, valores mantidos pelo Fundo para fazer frente a tais contingências passivas, valores em contas *escrow* ou vinculadas e valores a indenizar pelo Fundo relativos a desinvestimentos do Fundo, os quais, ao final do Prazo de Duração, não tenham seus prazos contratuais ou de prescrição e/ou decadência legalmente transcorridos, desde que tais direitos e/ou obrigações (i) estejam limitados temporalmente a até 5 (cinco) anos após o Prazo de Duração; e (ii) estejam limitados, relativamente a cada Sociedade Investida, a 30% (trinta por cento) do preço de venda a ser recebido pelo Fundo, proporcionalmente à parcela desinvestida (em caso de desinvestimento parcial) ou com relação ao valor total (em caso de desinvestimento integral). Durante a vigência de tais direitos e obrigações sobreviventes, o Fundo não deverá a parcela da Taxa de Administração que remunera o Gestor, sem prejuízo do pagamento de parcela da Taxa de Administração que remunera o Administrador. Eventual necessidade de prorrogação do prazo máximo aqui descrito ou de se reter ou manter valores acima do descrito neste Parágrafo Único deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Cotistas como alteração do Prazo de Duração.

CAPÍTULO II - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 4º - Ativos Elegíveis. O Fundo poderá realizar investimentos em ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, de emissão de Sociedade Alvo ou Sociedade Investidas.

Parágrafo Único. O Fundo poderá realizar Afac nas Sociedades Investidas, desde que:

- (i) o Fundo possua investimento em ações da Sociedade Investida na data da realização do Afac;
- (ii) o valor do Afac não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do Capital Subscrito do Fundo;
- (iii) seja vedada qualquer forma de arrependimento do Afac por parte do Fundo; e
- (iv) o Afac seja convertido em aumento de capital da Sociedade Investida em, no máximo, 12 (doze) meses.

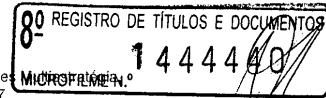
Artigo 5º - Investimento no Exterior. O Fundo não poderá investir em ativos emitidos por Sociedades Alvo sediadas no exterior.

Artigo 6º - Sociedade Alvo. Serão alvo de investimento pelo Fundo de 5 (cinco) a 10 (dez) empresas de capital fechado ou aberto a serem selecionadas pelo Gestor, sendo que somente poderão ser alvo de investimento do Fundo as Sociedades Alvo que tenham sido submetidas à Diligência antes da primeira subscrição ou primeira compra de ativos de sua emissão por parte do Fundo.

Parágrafo Primeiro. A Sociedade Investida poderá ser alvo de novos investimentos pelo Fundo, desde que respeitados os limites de concentração previstos nos Parágrafos Quinto e Sexto do Artigo 9º.

Parágrafo Segundo. As Sociedades Investidas deverão ainda adotar as seguintes práticas, a serem previstas nos documentos de investimento e/ou instrumentos societários:

- (i) não utilizar trabalho infantil ou escravo;
- (ii) implementar, caso ainda não possua, (a) política de atuação que procure minimizar os eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades; (b) planos de ação que busquem a melhoria do seu relacionamento com as comunidades onde suas unidades estejam instaladas; e (c) boas práticas de gestão de recursos humanos de maneira a desenvolver, na medida do possível, o seu capital humano; e
- (iii) implementar, caso ainda não possua, políticas e práticas anticorrupção, em observância ao disposto na Lei 12.846/13 e regulamentação aplicável.



Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Regulamento, os investimentos somente serão realizados em Sociedade Alvo (i) que não esteja em regime de recuperação judicial ou falência à época do investimento pelo Fundo; (ii) que não explore trabalho escravo ou utilize mão de obra em condições degradantes, conforme consulta ao Cadastro de Empregadores Vedados; e (iii) que, conforme julgamento do Gestor e a depender da natureza do mercado de atuação da Sociedade Alvo, obtenha relatório ambiental, elaborado por empresa especializada de primeira linha contratada pelo Gestor às expensas do Fundo, que avalie a regularidade ambiental da Sociedade Alvo perante as autoridades competentes e nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto. Uma vez atendido o disposto no item (iii) do Parágrafo Terceiro deste Artigo, se o relatório apontar alguma contingência ambiental material, os investimentos do Fundo ficarão condicionados à (i) adoção de plano de ação, a ser elaborado pelo Gestor e/ou por empresa por este contratada às expensas do Fundo, que defina medidas para minimização ou eliminação da contingência existente; e (ii) ao compromisso da Sociedade Alvo de cumprir integralmente o disposto no plano de ação e do Gestor, em conjunto com empresa especializada a ser contratada às expensas do Fundo, de monitorar esse cumprimento.

Parágrafo Quinto. Após a efetivação do investimento e, para fins de monitoramento socioambiental da Sociedade Investida, o Gestor deverá (i) consultar semestralmente o Cadastro de Empregadores Vedados, com relação a cada Sociedade Investida e (ii) obter, a cada 2 (dois) anos, considerando a atividade e ramo de atuação da Sociedade Investida (conforme julgamento do Gestor na forma do Parágrafo Terceiro acima), relatório ambiental periódico elaborado por empresa especializada de primeira linha, às expensas do Fundo.

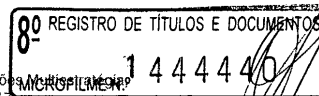
Parágrafo Sexto. Na hipótese de identificação de contingência social no monitoramento da Sociedade Investida, a decisão do Gestor de permanecer com o investimento fica condicionada à eliminação do trabalho escravo ou em condições degradantes, no prazo de 6 (seis) meses contados da identificação da referida contingência social.

Parágrafo Sétimo. Caso identificada contingência ambiental no monitoramento da Sociedade Investida e decidindo o Gestor por permanecer com o investimento, este deverá elaborar e acompanhar o cumprimento pela Sociedade Investida de plano de ação na forma do Parágrafo Terceiro deste Artigo, cujo conteúdo será informado ao Administrador.

Parágrafo Oitavo. Na hipótese do Parágrafo Sexto deste Artigo, verificada pelo Gestor a inércia da Sociedade Investida quanto à adoção das referidas providências, deverá (i) observado o disposto no Regulamento, tomar as providências para realização de desinvestimento na Sociedade Investida ou (ii) solicitar ao Administrador a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem adotados com relação à questão e ao investimento na Sociedade Investida.

Parágrafo Nono. Deverão ser priorizados investimentos em Sociedades Alvo que tenham incorporado como prática ou que estejam incorporando princípios básicos de responsabilidade social, ambiental e ética, em consonância com os Princípios para





Investimento Responsável – PRI, conforme previstos em
https://www.unpri.org/download_report/18943.

Parágrafo Dez. Deverão ser priorizados investimentos em Sociedades Alvo signatárias do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, conforme disponível em <http://www.empresalimpa.ethos.org.br/>.

Parágrafo Onze. A verificação do enquadramento do Fundo aos requisitos previstos no *caput* e respectivos parágrafos deste Artigo será de responsabilidade exclusiva do Gestor.

Artigo 7º - Participação do Fundo. Os investimentos do Fundo deverão possibilitar a participação do Fundo no processo decisório da respectiva Sociedade Investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, sendo que tal participação poderá ocorrer de uma (ou mais) das seguintes maneiras:

- (i) detenção de ações de que integrem o respectivo bloco de controle;
- (ii) celebração de acordo de acionistas; ou
- (iii) celebração de qualquer contrato, acordo, negócio jurídico ou a adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive por meio da indicação de membros do conselho de administração.

Parágrafo Primeiro. Fica dispensada a participação do Fundo no processo decisório da Sociedade Investida quando:

- (i) o investimento do Fundo na Sociedade Investida for reduzido a menos da metade do percentual originalmente investido e passe a representar parcela inferior a 15% (quinze por cento) do capital social da Sociedade Investida; ou
- (ii) o valor contábil do investimento tenha sido reduzido a 0 (zero) e desde que aprovado em Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Segundo. O requisito de efetiva influência previsto no *caput* deste Artigo não se aplica ao investimento em Sociedades Investidas listadas em segmento especial de negociação de valores mobiliários, instituído por bolsa de valores ou por entidade do mercado de balcão organizado, voltado ao mercado de acesso, que assegure, por meio de vínculo contratual, padrões de governança corporativa mais estritos que os exigidos por lei, desde que corresponda a até 35% (trinta e cinco por cento) do Capital Subscrito do Fundo.

Parágrafo Terceiro. O limite de que trata o Parágrafo Segundo acima será de 100% (cem por cento) durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido em até 6 (seis) meses contados de cada um dos eventos de integralização de Cotas previstos no Compromisso de Investimento.

Parágrafo Quarto. Caso o Fundo ultrapasse o limite estabelecido no Parágrafo Segundo acima por motivos alheios à vontade do Gestor, no encerramento do respectivo



mês, e tal desenquadramento perdure quando do encerramento do mês seguinte, o Administrador deve:

- (i) comunicar à CVM imediatamente a ocorrência de desenquadramento passivo, com as devidas justificativas, bem como previsão para reenquadramento; e
- (ii) comunicar à CVM o reenquadramento da Carteira, no momento em que ocorrer.

Artigo 8º - Governança Corporativa. A Sociedade Investida, enquanto for de capital fechado, deverá observar as seguintes práticas de governança a partir do momento da contratação do respectivo investimento pelo Fundo:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) estabelecimento de um mandato unificado de até 2 (dois) anos para todo o conselho de administração, quando existente;
- (iii) disponibilização, a seus acionistas de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;
- (iv) adesão a câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de obtenção de registro de companhia aberta Categoria A, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas nos incisos anteriores; e
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM, bem como publicação de tais demonstrações contábeis na mesma periodicidade.

Artigo 9º - Composição e Diversificação da Carteira. O Fundo deverá manter, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido investido nos ativos previstos no Artigo 4º.

Parágrafo Primeiro. Não será permitido o investimento pelo Fundo em debêntures não conversíveis em ações.

Parágrafo Segundo. A parcela dos recursos do Fundo que não estiver aplicada em ativos previstos no Artigo 4º deverá ser investida em (i) títulos de emissão do tesouro nacional; (ii) operações compromissadas lastreadas nos ativos mencionadas no inciso (i) deste parágrafo, de acordo com a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional; e/ou (iii) cotas de fundos de investimento e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento (referenciados DI e/ou risco soberano), inclusive aqueles administrados e/ou geridos pelo Administrador, Gestor, custodiante e/ou suas empresas ligadas ("Outros Ativos").

Parágrafo Terceiro. Para fins de verificação do enquadramento previsto no *caput*, deverão ser somados aos ativos previstos no Artigo 4º os valores:

- (i) destinados ao pagamento de despesas do Fundo desde que limitados a 5% (cinco por cento) do Capital Subscrito;
- (ii) decorrentes de operações de desinvestimento: (a) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do 2º mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em ativos previstos no Artigo 4º; (b) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em ativos previstos no Artigo 4º; ou (c) enquanto vinculados à garantias dadas ao comprador do ativo desinvestido; e
- (iii) a receber decorrentes da alienação a prazo dos ativos previstos no Artigo 4º.

Parágrafo Quarto. O limite estabelecido no *caput* não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido no *caput* e Parágrafo Primeiro do Artigo 10, de cada um dos eventos de integralização de Cotas.

Parágrafo Quinto. O valor justo do investimento do Fundo em uma mesma Sociedade Investida não poderá representar, no momento do referido investimento, mais do que 20% (vinte por cento) do Capital Subscrito do Fundo.

Parágrafo Sexto. O valor justo do investimento do Fundo em um mesmo subsetor da economia não poderá representar, no momento do referido investimento, mais do que 40% (quarenta por cento) do Capital Subscrito do Fundo. Para fins deste Regulamento, são exemplos de subsetor de um mesmo setor da economia (como por exemplo setor de varejo) os subsetores de (i) varejo de vestuário, (ii) varejo de alimentos e (iii) varejo de material de construção, dentre outros.

Parágrafo Sétimo. A verificação do enquadramento do Fundo aos limites previstos nos Parágrafos Quinto e Sexto deste Artigo será de responsabilidade exclusiva do Gestor.

Artigo 10 - Prazo para Realização de Investimentos. Quando da ocorrência de chamadas de capital para a realização de investimentos nos ativos previstos no Artigo 4º, referido investimento deverá ser realizado até o último dia útil do 2º mês subsequente à data da primeira integralização de Cotas por qualquer dos Cotistas no âmbito da correspondente chamada de capital.

Parágrafo Primeiro. Em caso de oferta pública de Cotas registrada na CVM nos termos da regulamentação específica, o prazo máximo referido no *caput* deste Artigo será considerado a partir da data de encerramento da respectiva oferta.

Parágrafo Segundo. Caso o investimento não seja realizado dentro do prazo previsto no *caput* deste Artigo, o Gestor deverá apresentar ao Administrador as devidas justificativas para o atraso, acompanhadas (i) de uma nova previsão de data para

realização do mesmo; ou (ii) do novo destino a ser dado aos recursos, nas hipóteses de desistência do investimento.

Parágrafo Terceiro. Caso o atraso mencionado no Parágrafo Segundo deste Artigo acarrete em desenquadramento ao limite percentual previsto no *caput* do Artigo 11 da Instrução CVM 578/16, o Administrador deverá comunicar imediatamente à CVM a ocorrência de tal desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da Carteira, no momento em que ocorrer.

Parágrafo Quarto. Caso o reenquadramento da Carteira não ocorra em até 10 (dez) dias úteis contados do término do prazo previsto no *caput* deste Artigo, o Administrador deverá devolver os valores que ultrapassem o limite estabelecido aos Cotistas que tiverem integralizado a última chamada de capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada.

Parágrafo Quinto. Os valores restituídos aos Cotistas, na forma do Parágrafo Quarto deste Artigo, não serão contabilizados como Capital Integralizado e deverão recompor o Capital Subscrito do respectivo Cotista, valores estes que poderão ser chamados novamente pelo Administrador, nos termos deste Regulamento.

Artigo 11 - Período de Investimentos. O Fundo poderá contratar investimentos nos ativos do Artigo 4º durante o prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Início do Fundo, podendo seu término ser antecipado, a exclusivo critério do Gestor.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, o Fundo poderá realizar investimentos após o Período de Investimentos, se ainda houver Capital Subscrito não integralizado, e desde que esses investimentos:

- (i) sejam decorrentes de obrigações assumidas pelo Fundo antes do término do Período de Investimentos, mas cujos desembolsos não tenham sido totalmente efetuados até o encerramento do Período de Investimentos e sejam previstos em contratos vinculantes que ainda não tenham atendido a condição específica ali constante, a qual venha a ser atendida após o encerramento do Período de Investimentos;
- (ii) sejam decorrentes do exercício de direitos de subscrição ou de opção de compra, conversão ou permuta de valores mobiliários de titularidade do Fundo por conta de contratos vinculantes celebrados durante o Período de Investimentos; ou
- (iii) sejam realizados de forma a evitar a diluição da participação do Fundo em uma Sociedade Investida em casos de aumento de capital deliberado pelos demais acionistas de tal Sociedade Investida.

Artigo 12 - Processo Decisório. O Gestor elaborará relatórios contendo estudos e avaliações referentes a um possível investimento em Sociedade Alvo ou desinvestimento nos ativos previstos no Artigo 4º, conforme o caso, e, uma vez aprovado por suas instâncias internas, deverá proceder na realização do investimento ou desinvestimento conforme suas atribuições.

Artigo 13 - Coinvestimentos. Caso o Fundo não faça o investimento total disponível em uma Sociedade Alvo ou em uma Sociedade Investida, a critério exclusivo do Gestor

(e nas condições comerciais que o Gestor determinar), o Gestor poderá oferecer oportunidades de coinvestimento nas Sociedades Alvo e/ou Sociedades Investidas aos Cotistas (e a investidores de Veículos de Investimento Feeder), de forma direta ou por meio de outros veículos de investimento.

Parágrafo Primeiro. A decisão do Gestor em relação às oportunidades de coinvestimento levará em consideração a fonte da operação, as políticas de investimento do Fundo e de outros veículos ou fundos de investimento, geridos ou não pelo Gestor, os valores relativos de capital disponíveis para investimento pelo Fundo, a natureza e a extensão de envolvimento na operação por cada um dos respectivos times de profissionais do Gestor e de terceiros investidores, e outras considerações entendidas como relevantes pelo Gestor, a seu exclusivo critério.

Parágrafo Segundo. Eventuais coinvestimentos realizados por quaisquer Cotistas (ou investidores de Veículos de Investimento Feeder) não serão considerados como integralização de Cotas subscritas pelo referido Cotista no Fundo e não afetarão, de nenhuma maneira, a obrigação de integralizar Cotas subscritas pelo referido Cotista nos termos do respectivo Compromisso de Investimento.

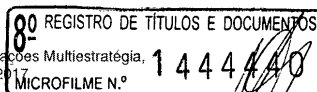
Artigo 14 - Riscos dos Investimentos. Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os Cotistas devem estar cientes de que:

- (i) os ativos componentes da Carteira poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos;
- (ii) as carteiras de investimentos em participações apresentam um perfil de maturação de longo prazo, resultando na iliquidez dessas posições e, como consequência, as Cotas:
 - (a) não são passíveis de resgates intermediários, conforme vedação contida na Instrução CVM 578/16; e
 - (b) não há garantia de que haverá um mercado comprador para tais Cotas, caso o Cotista deseje aliená-las.
- (iii) a Carteira poderá estar concentrada em valores mobiliários de emissão de uma ou poucas Sociedades Investidas, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho de tais Sociedades Investidas, não havendo garantia quanto ao desempenho das mesmas e não podendo o Administrador, o Gestor ou quaisquer dos membros do Comitê de Acompanhamento ser responsabilizados por qualquer depreciação da Carteira, ou por eventuais prejuízos sofridos pelos Cotistas, salvo em casos de comprovada má-fé ou manifesta negligência;
- (iv) os investimentos nas Sociedades Investidas envolvem riscos relativos aos setores em que atuem, não havendo garantia quanto ao desempenho destes setores e tampouco havendo garantias de que o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas;

- (v) os investimentos no Fundo serão feitos, preponderantemente, em ativos não negociados publicamente no mercado e com liquidez significativamente baixa, portanto, caso (a) o Fundo precise vender tais ativos; ou (b) o Cotista receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas Cotas (em ambos os casos inclusive para efetuar a liquidação do Fundo): (1) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, ou (2) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, o Cotista;
- (vi) as eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do Capital Subscrito pelos Cotistas e em razão da natureza condominial do Fundo, os Cotistas são responsáveis por suprir os recursos necessários para reverter um eventual patrimônio líquido negativo. Dessa forma, os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo;
- (vii) as Sociedades Investidas, direta ou indiretamente, podem estar sujeitas a maior risco de contingências socioambientais decorrentes de suas atividades, bem como de eventual não cumprimento da legislação socioambiental aplicável e de eventos adversos, especialmente se exercerem atividade com significativo impacto socioambiental, tais como acidentes, vazamentos, explosões ou outros incidentes que podem resultar em lesões corporais, mortes, danos ao meio ambiente e à coletividade que poderão gerar dispêndios para a Sociedade Investida;
- (viii) no caso de alteração do Prazo de Duração do Fundo ou liquidação antecipada do Fundo não acompanhada por alteração do prazo ou liquidação antecipada dos Veículos de Investimento Feeder, a liquidação do Fundo poderá ensejar o resgate de suas Cotas mediante a entrega de seus ativos aos Cotistas, quais sejam, a participação nas Sociedades Investidas. Por outro lado, no caso de ocorrer a alteração no prazo de duração de qualquer Veículo de Investimento Feeder não acompanhada por alteração do Prazo de Duração do Fundo, a liquidação de tal veículo poderá ensejar a entrega de ativos aos seus investidores, quais sejam, as cotas do Fundo; e
- (ix) o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ao controle do Administrador e do Gestor, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos integrantes da Carteira, alteração na política monetária, econômica e fiscal, os quais, se materializados, poderão acarretar perdas ao Fundo e aos Cotistas.

CAPÍTULO III – ADMINISTRADOR

Artigo 15 - Administrador. O Fundo é administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 19º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.675.095/0001-10, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos conforme Ato Declaratório nº 12.444, de 20.07.2012.



Artigo 16 - Atribuições do Administrador. O Administrador tem o poder e o dever de, exceto naquilo em que o Fundo for representado pelo Gestor, praticar todos os atos necessários ou inerentes à administração do Fundo, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, bem como o disposto neste Regulamento.

Artigo 17 - Obrigações do Administrador. São obrigações do Administrador, dentre outras que venham a lhe ser impostas em decorrência deste Regulamento, da legislação e regulamentação aplicáveis:

- (i) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizadas e em perfeita ordem:
 - (a) os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
 - (b) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (c) o livro ou lista de presença de Cotistas;
 - (d) os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis;
 - (e) os registros e as demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
 - (f) cópia da documentação relativa às operações do Fundo, após a entrega desta pelo Gestor.
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- (iii) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 578/16, quando o atraso ocorrer por culpa do próprio Administrador;
- (iv) elaborar, em conjunto com o Gestor, relatório a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM 578/16 e deste Regulamento;
- (v) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (vi) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador;
- (vii) manter os títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM, ressalvado o disposto no Artigo 37 da Instrução CVM 578/16;



- (viii) elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VIII da Instrução CVM 578/16;
- (ix) coordenar e participar da Assembleia Geral de Cotistas e cumprir suas deliberações;
- (x) manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo Fundo e informados no momento do seu registro, bem como as demais informações cadastrais;
- (xi) fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo Fundo;
- (xii) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento;
- (xiii) autorizar e solicitar à instituição responsável pela liquidação financeira das operações do Fundo o processamento da liquidação dos investimentos e desinvestimentos; e
- (xiv) selecionar e contratar a instituição responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Fundo.

Artigo 18 – Substituição do Administrador. O Administrador deve ser substituído nas hipóteses de:

- (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, por decisão da CVM;
- (ii) renúncia; ou
- (iii) destituição, por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral de Cotistas deve deliberar sobre a substituição do Administrador em até 15 (quinze) dias contados da sua renúncia ou descredenciamento e deve ser convocada:

- (i) imediatamente, pelo próprio Administrador, pelo Gestor ou pelos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) do Capital Subscrito, no caso de renúncia;
- (ii) imediatamente, pela CVM, no caso de descredenciamento; ou
- (iii) por qualquer Cotista, caso não ocorra convocação nos termos dos incisos (i) e (ii).

Parágrafo Segundo. No caso de renúncia, o Administrador deve permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sob pena de liquidação do Fundo pelo Administrador.

Parágrafo Terceiro. No caso de descredenciamento, a CVM deve nomear administrador temporário até a eleição de nova administração.

Parágrafo Quarto. A destituição do Administrador pela Assembleia Geral de Cotistas só poderá ser efetivada após 90 (noventa) dias contados da data da deliberação em Assembleia Geral de Cotistas.

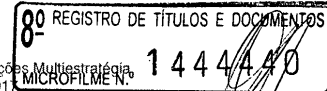
Parágrafo Quinto. Nas hipóteses de renúncia, destituição e/ou descredenciamento do Administrador, a Taxa de Administração deverá ser paga pelo Fundo ao Administrador de maneira *pro rata* ao período em que este esteve prestando serviço para o Fundo e não haverá qualquer restituição de valores já pagos a título de Taxa de Administração.

CAPÍTULO IV – GESTOR

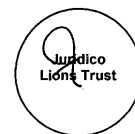
Artigo 19 - Gestor. A gestão da Carteira do Fundo ficará a cargo da **Kinea Private Equity Investimentos S.A.**, sociedade com sede na Rua Minas de Prata, n.º 30, 4º andar, São Paulo, SP, Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 04.661.817/0001-61, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de investimentos conforme Ato Declaratório nº 13.189, de 01.08.2013 ("Gestor").

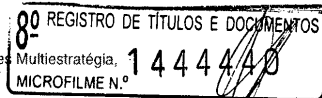
Artigo 20 - Obrigações do Gestor. Caberá ao Gestor, dentre outras atribuições que lhe sejam incumbidas por este Regulamento, pelo Administrador ou pela legislação e regulamentação aplicáveis:

- (i) elaborar, em conjunto com o Administrador, relatório de que trata o inciso (iv) do Artigo 17;
- (ii) fornecer aos Cotistas que assim requererem, estudos e análises de investimento para fundamentar as decisões a serem tomadas em Assembleia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (iii) fornecer aos Cotistas atualizações periódicas dos estudos e análises que permitam o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (iv) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (v) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (vi) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestor do Fundo;
- (vii) firmar, em nome do Fundo, os acordos de acionistas, contratos de investimento ou quaisquer outros acordos referentes a Sociedades Investidas;
- (viii) manter a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da Sociedade Investida, nos termos do disposto no Artigo 7º, e assegurar as práticas de governança referidas no Artigo 8º;



- (ix) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Cotistas no tocante às atividades de gestão;
- (x) cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento do Fundo aplicáveis às atividades de gestão da Carteira;
- (xi) contratar, em nome do Fundo, bem como coordenar, os serviços de assessoria e consultoria correlatos aos investimentos ou desinvestimentos do Fundo nos ativos previstos no Artigo 4º;
- (xii) fornecer ao Administrador todas as informações e documentos necessários para que este possa cumprir suas obrigações, incluindo, dentre outros:
 - (a) as informações necessárias para que o Administrador determine se o Fundo se enquadra ou não como Entidade de Investimento, nos termos da regulamentação contábil específica;
 - (b) as demonstrações contábeis auditadas das Sociedades Investidas previstas no inciso (vi) do Artigo 8º, quando aplicável; e
 - (c) carta descrevendo as conclusões do Gestor acerca do laudo de avaliação do valor justo das Sociedades Investidas produzido por empresa especializada, bem como todos os documentos necessários para que o Administrador possa validá-lo e formar suas conclusões acerca das premissas utilizadas para o cálculo do valor justo.
- (xiii) negociar e contratar, em nome do Fundo, os ativos e os intermediários para realizar operações do Fundo, representando o Fundo, para todos os fins de direito, para essa finalidade;
- (xiv) monitorar os ativos investidos pelo Fundo e exercer o direito de voto decorrente desses ativos, realizando todas as demais ações necessárias para tal exercício, observado o disposto na política de voto do Gestor;
- (xv) indicar os representantes do Fundo que comporão o conselho de administração e outros órgãos das Sociedades Investidas, conforme aplicável, bem como fixar as diretrizes gerais que deverão ser observadas por tais representantes;
- (xvi) proteger os interesses do Fundo junto às Sociedades Investidas e manter acompanhamento contínuo sobre o desempenho dos investimentos do Fundo;
- (xvii) avaliar se a operação de investimento necessita ser submetida para análise prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade") e, caso positivo, tomar todas as providências necessárias neste sentido;





- (xviii) encaminhar para a prévia validação do Administrador as minutas relativas aos documentos relacionados às Sociedades Alvo e/ou Investidas a serem utilizados para formalização dos (i) investimentos e desinvestimentos do Fundo, (ii) reorganizações societárias (fusão, cisão, incorporação, associação, desdobramento dentre outros); (iii) reduções de capital; e (iv) distribuições de resultados, tais como dividendos, juros sobre capital próprio, dentre outros, sendo certo que a validação do Administrador restringir-se-á apenas aos aspectos relacionados à legislação, regulamentação e ao Regulamento do Fundo;
- (xix) encaminhar ao Administrador cópia de cada documento que firmar em nome do Fundo;
- (xx) encaminhar ao Administrador, imediatamente após a sua formalização, os documentos relativos à realização de (i) qualquer reorganização societária (fusão, cisão, incorporação, associação, dentre outros), (ii) reduções de capital, e (iii) distribuições de resultados, tais como dividendos, juros sobre capital próprio, dentre outros, envolvendo as Sociedades Investidas do Fundo, para que o Administrador tenha tempo hábil de refletir referidas situações nos relatórios do Fundo;
- (xxi) manter, às suas expensas, atualizadas e em perfeita ordem, de acordo com a boa técnica administrativa, até 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo, a documentação relativa às operações do Fundo;
- (xxii) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 578/16, exceto quando o atraso ocorrer por culpa do Administrador;
- (xxiii) tomar as medidas necessárias para cumprir com o disposto na Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes tipificados pela Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro) e alterações posteriores;
- (xxiv) coordenar e participar das reuniões do Comitê de Acompanhamento;
- (xxv) solicitar ao Administrador o processamento da liquidação dos investimentos e desinvestimentos;
- (xxvi) comunicar ao Comitê de Acompanhamento e/ou aos Cotistas, por intermédio do Administrador, se houver situações em que se encontre em potencial conflito de interesses;
- (xxvii) decidir sobre as chamadas de capital a serem realizadas pelo Administrador para a viabilização de investimentos nos ativos previstos no Artigo 4º;
- (xxviii) instruir o Administrador acerca da realização de amortização parcial ou integral de Cotas;



- (xxix) indicar para aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas membros substitutos da Equipe Chave, nos termos do Artigo 21 deste Regulamento;
- (xxx) propor a realização de emissão, pelo Administrador, de novas Cotas, limitado ao Capital Autorizado; e
- (xxxi) praticar os demais atos que lhe sejam delegados pelo Administrador.

Parágrafo Primeiro. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (ii) e (iii) do *caput* deste Artigo, o Gestor, em conjunto com o Administrador, pode submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Sociedades Investidas, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

Parágrafo Segundo. Observado o disposto no Parágrafo Terceiro deste Artigo, ou exceto se previamente autorizado pela Assembleia Geral de Cotistas, o Gestor não poderá, direta ou indiretamente, estruturar outro veículo de investimento com objetivos similares aos do Fundo, até que o Fundo tenha realizado (ou se comprometido a realizar) investimentos equivalentes a, (i) pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de seu Capital Subscrito em títulos e valores mobiliários de Sociedades Investidas ou (ii) até o término de seu respectivo Período de Investimentos, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Terceiro. A restrição para a estruturação de novos veículos de investimento com objetivos similares aos do Fundo, conforme descrita no Parágrafo Segundo deste Artigo, não será aplicável às hipóteses de estruturação de Veículos de Investimento Feeder, de veículos de coinvestimento nas Sociedades Alvo ou Sociedades Investidas ou de Veículo Paralelo Master.

Artigo 21 – Equipe Chave. O Gestor compromete-se a manter um nível de excelência na gestão do Fundo, mantendo, para isso, uma equipe de profissionais com perfil compatível, que se dedicarão prioritariamente à gestão da Carteira do Fundo, constituída por profissionais devidamente qualificados (“Equipe Chave”).

Parágrafo Primeiro. A Equipe Chave será constituída por 6 (seis) profissionais, com a identificação e experiência de cada um deles descrita no Compromisso de Investimento.

Parágrafo Segundo. Na hipótese da saída ou substituição de até 2 (dois) membros da Equipe Chave inicial do Fundo, conforme descrita no Compromisso de Investimento, o Gestor terá a obrigação de (i) comunicar os Cotistas do fato em até 10 (dez) dias corridos a contar da efetiva saída ou substituição do segundo membro, e (ii) contratar novos membros para a Equipe Chave com experiência similar às dos membros substituídos para continuidade nas atividades de gestão do Fundo, independentemente de aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, contratação esta que deverá acontecer no prazo de até 90 (noventa) dias corridos a contar da data da saída ou substituição do segundo membro.

Parágrafo Terceiro. A partir do 3º (terceiro) membro que deixe de integrar a Equipe Chave inicial do Fundo, conforme descrita no Compromisso de Investimento, o Gestor deverá: (i) comunicar os Cotistas do fato em até 10 (dez) dias corridos a contar do efetivo desligamento; e (ii) solicitar a realização Assembleia Geral de Cotistas para deliberar

sobre a efetiva substituição, a qual poderá ser decidida mediante procedimento de consulta formal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos a contar da data do desligamento do terceiro membro, devendo o Gestor indicar, até a data de convocação da Assembleia Geral de Cotistas, profissionais com perfis similares. Na hipótese de rejeição pelos Cotistas do(s) substituto(s) indicado(s) pelo Gestor, o Gestor deverá apresentar nova sugestão, que deverá ser deliberada em Assembleia Geral de Cotistas a ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da rejeição inicial.

Artigo 22 – Substituição do Gestor. O Gestor deve ser substituído nas hipóteses de:

- (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, por decisão da CVM;
- (ii) renúncia; ou
- (iii) destituição com ou sem Justa Causa, por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral de Cotistas deve deliberar sobre a substituição do Gestor em até 15 (quinze) dias contados da sua renúncia ou descredenciamento e deve ser convocada:

- (i) imediatamente, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) do Capital Subscrito, no caso de renúncia; ou
- (ii) imediatamente, pela CVM, nos caso de descredenciamento; ou
- (iii) por qualquer Cotista, caso não ocorra convocação nos termos dos incisos (i) e (ii).

Parágrafo Segundo. No caso de renúncia, o Gestor deve permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de liquidação do Fundo pelo Administrador.

Parágrafo Terceiro. Nas hipóteses de destituição sem Justa Causa, renúncia e/ou descredenciamento do Gestor, a parcela da Taxa de Performance referente aos investimentos selecionados pelo Gestor durante o período em que este esteve prestando serviço para o Fundo deverá ser paga pelo Fundo ao Gestor simultaneamente à realização das Distribuições descritas no Capítulo VII, até o desinvestimento integral do Fundo nos referidos investimentos selecionados pelo Gestor, sendo certo que o Gestor não fará jus à referida Taxa de Performance nos casos de destituição com Justa Causa.

Parágrafo Quarto. Nas hipóteses de renúncia, destituição (com ou sem Justa Causa) e/ou descredenciamento do Gestor, a Taxa de Administração deverá ser paga pelo Fundo ao Gestor de maneira *pro rata* ao período em que este esteve prestando serviço para o Fundo.

Parágrafo Quinto. Nas hipóteses de renúncia, destituição (com ou sem Justa Causa) ou descredenciamento do Gestor, não haverá qualquer restituição de valores já pagos a título de Taxa de Administração e/ou de Taxa de Performance.

CAPÍTULO V - COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO

Artigo 23 - Competência. O Fundo terá um Comitê de Acompanhamento, que terá como função acompanhar o processo de investimento nas Sociedades Alvo e o acompanhamento da performance das Sociedades Investidas. O Comitê de Acompanhamento não terá função deliberativa, de forma que não poderá opinar sobre o investimento, operação e desinvestimento nas Sociedades Alvo e Sociedades Investidas.

Artigo 24 - Composição. O Comitê de Acompanhamento será composto por no mínimo 2 (dois) membros, apontados a exclusivo critério dos Cotistas de Classes D e E, sendo facultado aos Cotistas de tais Classes a indicação de mais de um membro ou até mesmo a renúncia ao direito de realizar referida indicação.

Parágrafo Primeiro. A indicação dos membros do Comitê de Acompanhamento será feita mediante comunicação ao Gestor e ratificada pela Assembleia Geral de Cotistas subsequente à indicação.

Parágrafo Segundo. Será aceita a participação, no Comitê de Acompanhamento, de pessoa que participe de comitê de acompanhamento (ou órgão análogo) de outro veículo cujo objeto seja total ou parcialmente coincidente com o do Fundo, desde que tal pessoa se comprometa, cumulativamente, a:

- (i) manter confidenciais as informações de que tiver conhecimento em virtude de sua participação no Comitê de Acompanhamento;
- (ii) indenizar o Fundo por eventuais prejuízos causados, sendo que todos os membros do Comitê de Acompanhamento deverão informar, por escrito, aos demais integrantes do Comitê de Acompanhamento qualquer situação ou potencial situação de conflito de interesses com o Fundo, imediatamente após tomar conhecimento da mesma; e
- (iii) não exercer cargo consultivo ou de administração ou deter significativa influência em sociedades que atuem no mesmo subsetor das Sociedades Investidas ou que de qualquer forma possam ser consideradas sociedades concorrentes de quaisquer Sociedades Investidas.

Parágrafo Terceiro. Em caso de manifesta negligência ou comprovada má-fé por parte de um membro do Comitê de Acompanhamento, ou de grave descumprimento das disposições deste Regulamento a ele aplicáveis, o referido membro poderá ser destituído de suas funções por decisão dos demais membros do Comitê de Acompanhamento, pelo Administrador ou pelo Gestor, devendo ser tal destituição imediatamente comunicada ao responsável pela sua indicação, sendo que este responsável deverá indicar seu substituto.

Parágrafo Quarto. Membros do Comitê de Acompanhamento indicados por Cotistas que sejam considerados inadimplentes não poderão participar das reuniões do Comitê de Acompanhamento enquanto perdurar o inadimplemento do referido Cotista.

Artigo 25 - Mandato. Os membros do Comitê de Acompanhamento terão mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo Único. Os membros do Comitê de Acompanhamento poderão ser substituídos a qualquer momento por quem os indicou, por intermédio de comunicação formal, por escrito, ao Administrador e ao Gestor, dando ciência do fato e indicando o substituto e suas respectivas qualificações. A referida substituição será objeto de ratificação em Assembleia Geral de Cotistas a ser realizada após tal comunicação.

Artigo 26 - Confidencialidade das Informações. Os membros do Comitê de Acompanhamento deverão manter as informações constantes de materiais relativos aos investimentos do Fundo, sejam potenciais ou realizados, que venham a ser a eles disponibilizados pelo Administrador ou pelo Gestor, sob absoluto sigilo e confidencialidade, comprometendo-se, para tanto, a firmar termo de confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo se:

- (i) com o consentimento prévio e por escrito do Gestor e/ou do Administrador; ou
- (ii) por ordem judicial ou administrativa expressa, inclusive da CVM, sendo que, nesta hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados, por escrito, de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

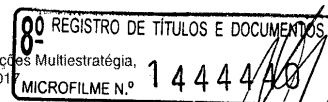
Artigo 27 - Reuniões do Comitê. O Comitê de Acompanhamento se reunirá trimestralmente mediante convocação do Gestor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos.

Parágrafo Único. As reuniões do Comitê de Acompanhamento serão realizadas na sede do Gestor, sendo que a participação dos membros do Comitê de Acompanhamento poderá ocorrer de forma não presencial por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a comunicação simultânea.

CAPÍTULO VI - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE

Artigo 28 - Taxa de Administração. Pela prestação dos serviços de administração e gestão o Fundo pagará uma Taxa de Administração correspondente a: (a) 2% (dois por cento) ao ano para as Cotas Classe A (sendo que a mesma poderá ser reduzida esporadicamente conforme os termos e condições previamente acordados entre o Administrador e o Gestor); e (b) 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano para as Cotas Classes B, C, D e E (sendo que a mesma poderá ser reduzida esporadicamente conforme os termos e condições previamente acordados entre o Administrador e o Gestor). Em ambos os casos descritos nas alíneas (a) e (b), a Taxa de Administração será cobrada sobre as seguintes bases, conforme aplicável:

- (i) Durante o Período de Investimentos: Capital Subscrito por cada Classe;



- (ii) A partir do término do Período de Investimentos até o final do Prazo de Duração do Fundo: Capital Integralizado por cada Classe, atualizado anualmente pela variação do IPCA a partir do término do Período de Investimentos, menos (a) o custo de aquisição das Sociedades Investidas que já tenham sido objeto de desinvestimento (proporcionalmente à parcela desinvestida, sendo certo que valores (x) mantidos em contas vinculadas e de garantia; e (y) a receber por conta de parcelas futuras, fixas e variáveis (por exemplo, *earn-outs*), não serão deduzidos até sua efetiva liberação ou pagamento ao Fundo); e (b) o custo de aquisição das Sociedades Investidas que tenham seu valor contábil reduzido a zero.

Parágrafo Primeiro. A Taxa de Administração será apropriada e paga mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês a que se referir, a partir da Data de Início do Fundo.

Parágrafo Segundo. O Capital Subscrito e o Capital Integralizado a serem considerados para fins de cálculo da Taxa de Administração serão o do mês de referência.

Parágrafo Terceiro. O cálculo da Taxa de Administração levará em conta a quantidade efetiva de dias úteis de cada mês, e terá como base um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

Parágrafo Quarto. A Taxa de Administração das Cotas Classe A engloba os serviços prestados pelo Administrador e os serviços de contabilidade, que poderão ser prestados diretamente pelo Administrador ou subcontratados junto a terceiros, bem como os serviços prestados pelo Gestor, tais como previstos no presente Regulamento. A Taxa de Administração das Cotas Classes B, C, D e E engloba os serviços prestados pelo Administrador, bem como os serviços de contabilidade, que poderão ser prestados diretamente pelo Administrador ou subcontratados junto a terceiros, porém não engloba os serviços prestados pelo Gestor (uma vez que tais serviços serão cobrados no nível dos respectivos Veículos de Investimento Feeder).

Parágrafo Quinto. Além da Taxa de Administração acima prevista, será devida pelo Fundo uma taxa de performance, a ser paga ao Gestor pelos titulares das Cotas Classe A, em valor a ser definido nos termos do Parágrafo Sexto do Artigo 29 abaixo ("Taxa de Performance"), a ser calculada e paga de acordo com o disposto no Parágrafo Quarto e seguintes do Artigo 29 abaixo.

Parágrafo Sexto. O Administrador ou o Gestor podem estabelecer que parcelas da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido contratados pelo Administrador ou pelo Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance fixadas neste Regulamento.

Parágrafo Sétimo. Nos casos de renúncia, destituição e/ou descredenciamento do Administrador e/ou do Gestor, o pagamento da Taxa de Administração deverá observar o disposto no Parágrafo Quinto do Artigo 18 e Parágrafo Quarto do Artigo 22, conforme o caso.



Parágrafo Oitavo. A divisão da Taxa de Administração entre Administrador e Gestor será realizada nos termos acordados entre estes.

Parágrafo Nono. Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Único do Artigo 3º, o Fundo continuará pagando a parcela da Taxa de Administração que remunera o Administrador mesmo que encerrado o Prazo de Duração.

CAPÍTULO VII - DISTRIBUIÇÕES

Artigo 29 - Distribuições. O Fundo poderá distribuir aos Cotistas e ao Gestor, conforme o caso, valores relativos a:

- (i) desinvestimentos dos ativos da Carteira;
- (ii) juros, juros sobre capital próprio, dividendos e quaisquer outros valores pagos relativamente aos títulos e valores mobiliários de emissão das Sociedades Investidas;
- (iii) rendimentos pagos relativamente aos Outros Ativos;
- (iv) outras receitas de qualquer natureza do Fundo; e
- (v) outros recursos excedentes do Fundo, existentes e passíveis de distribuição aos Cotistas, ao final do Prazo de Duração do Fundo.

Parágrafo Primeiro. Os valores elencados nos incisos de (i) a (v) do *caput* deste Artigo, quando destinados à distribuição, serão, para todos os fins, doravante referidos, individualmente, como uma “Distribuição” e, coletivamente, como “Distribuições”.

Parágrafo Segundo. Quando do ingresso de recursos no Fundo sob alguma das formas previstas nos incisos (i), (ii) e (iv) do *caput* deste Artigo, o Administrador deverá destinar tais valores à Distribuição. Já em relação aos rendimentos previstos nos incisos (iii) e (v) do *caput* deste Artigo, estes serão passíveis de Distribuição apenas por ocasião da liquidação do Fundo.

Parágrafo Terceiro. As Distribuições devem ser feitas de forma a assegurar que os valores disponíveis no caixa do Fundo sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo, razão pela qual o Administrador poderá, a despeito do previsto no Parágrafo Segundo deste Artigo, optar pela permanência dos recursos no caixa do Fundo.

Parágrafo Quarto. As Distribuições serão feitas sob a forma de:

- (i) amortização de Cotas, sempre proporcionalmente ao número de Cotas integralizadas por cada Cotista;
- (ii) resgate de Cotas quando da liquidação do Fundo; e

- (iii) com relação às Cotas Classe A, pagamento de Taxa de Performance, quando destinadas a remunerar o Gestor.

Parágrafo Quinto. O Fundo não realizará quaisquer Distribuições aos Cotistas que estiverem em situação de inadimplência, tal como previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 36.

Parágrafo Sexto. As Distribuições aos Cotistas detentores de Cotas Classe A serão proporcionais às distribuições feitas aos demais Cotistas, com as deduções decorrentes para pagamento de despesas e pagamento de Taxa de Performance feitas de acordo com o procedimento a ser definido quando tais Cotistas forem admitidos no Fundo. Desta forma, o Regulamento será aditado para refletir o formato de tais distribuições com o pagamento de taxa de performance, sem necessidade de aprovação pelos Cotistas detentores de Cotas das demais classes.

Parágrafo Sétimo. Nos casos de renúncia, destituição e/ou descredenciamento do Gestor, o pagamento da Taxa de Performance deverá observar o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 22.

CAPÍTULO VIII – OFERTA, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS

Artigo 30 - Cotas. As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, são escriturais e nominativas.

Artigo 31 - Classe das Cotas. O Fundo possui cinco classes de Cotas, A, B, C, D e E, as quais conferirão direitos econômico-financeiros distintos entre os Cotistas, tal como previsto nos Parágrafos Primeiro a Quarto deste Artigo, bem como direitos políticos distintos entre os Cotistas, tal como previsto no Parágrafo Quinto deste Artigo.

Parágrafo Primeiro. As Cotas Classe A serão subscritas em Real por um ou mais Veículos de Investimento Feeder constituídos no exterior, que receberão investimentos de investidores não-residentes, os quais por sua vez efetivarão seus compromissos de investimento em tais Veículos de Investimento Feeder em Dólar. Quando da Data do Fechamento Internacional, será estabelecida a proporção das Cotas Classe A em relação às demais Classes de Cotas conforme média da cotação de fechamento PTAX disponibilizada pelo Banco Central do Brasil dos 30 (trinta) dias anteriores à Data do Fechamento Internacional e, a partir de então, todas as chamadas de capital serão chamadas de maneira *pro rata*, em Reais, seguindo a proporção fixada entre as Cotas Classe A e as demais Classes de Cotas estabelecidas naquela data ("Alocação de Capital").

Parágrafo Segundo. Na hipótese de ocorrer Variação Cambial, de forma que qualquer Veículo de Investimento Feeder detenha capital a integralizar em excesso ao determinado na Alocação de Capital, o Gestor oferecerá a oportunidade aos demais Veículos de Investimento Feeder manterem a Alocação de Capital. Caso não haja manifestação dos demais Veículos de Investimento Feeder, ou manifestação a menor em relação ao necessário para manter a Alocação de Capital, o Gestor se reserva ao direito de constituir um Veículo Paralelo Master para alocar eventuais recursos excedentes do Veículo de Investimento Feeder cujos investidores detiverem capital a

integralizar em excesso à Alocação de Capital, o qual investirá paralelamente e nos mesmos termos e condições que aqueles apresentados ao Fundo. Em qualquer hipótese, não haverá diluição ou alteração da Alocação de Capital do Fundo entre Classes de Cotas.

Parágrafo Terceiro. As Cotas da Classe A estarão sujeitas ao pagamento da Taxa de Performance e Taxa de Administração em sua integralidade e terão o direito de deliberar, sem necessidade de aprovação dos Cotistas das demais Classes, acerca de alterações neste Regulamento para inclusão das regras relativas à Taxa de Performance aplicável aos Cotistas Classe A, tal como previsto no Parágrafo Sexto do Artigo 29.

Parágrafo Quarto. As Cotas Classe B, C, D e E não estarão sujeitas ao pagamento da parcela da Taxa de Administração devida ao Gestor (sem prejuízo da parcela da Taxa de Administração devida ao Administrador prevista na alínea “b” do Artigo 28), tampouco da Taxa de Performance, uma vez que tais taxas serão cobradas no nível dos respectivos Veículos de Investimento Feeder.

Parágrafo Quinto. Os detentores de Cotas Classes D e E terão o direito de indicar membros ao Comitê de Acompanhamento, de acordo com critérios e procedimentos por eles estabelecidos.

Artigo 32 - Primeira Emissão de Cotas. A primeira emissão de Cotas será deliberada pelo Administrador sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Primeiro. O preço de emissão das Cotas da primeira emissão será de R\$1,00 (um real) por Cota, mantendo-se o referido valor nominal inclusive para os Cotistas que ingressarem no Fundo após a realização de investimentos por parte do Fundo.

Parágrafo Segundo. Enquanto não houver subscrição de Cotas, o Administrador poderá deliberar acerca de emissões de cotas adicionais sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

Artigo 33 - Novas Emissões de Cotas. Após a subscrição de Cotas por qualquer Cotista, eventuais novas emissões de Cotas somente poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

- (i) mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, sem limitação de valor; ou
- (ii) mediante simples deliberação do Administrador, após recomendação do Gestor, desde que limitado a R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), independentemente da Classe de Cotas (“Capital Autorizado”).

Parágrafo Primeiro. Ressalvadas as hipóteses descritas nos incisos (i) e (ii) do *caput*, os Cotistas do Fundo terão direito de preferência em relação às novas emissões de Cotas realizadas nos termos do *caput* deste Artigo, cada qual no âmbito de sua respectiva Classe de Cotas, de forma que não haverá direito de preferência de Cotistas de uma Classe a Cotas com relação a Cotas emitidas de uma outra Classe.

Parágrafo Quinto. As chamadas de capital serão realizadas pelo Administrador de forma simultânea a todos os Cotistas do Fundo, considerando a respectiva participação no Fundo, observado que, para quaisquer investidores que subscreverem Cotas após a Data de Início do Fundo, o Administrador requererá que tais investidores, no ato de sua subscrição, efetivem integralização de Cotas até que a proporção do Capital Subscrito

e não integralizado por tais investidores seja igual aos Cotistas do Fundo inscritos no registro de Cotistas no dia anterior à subscrição pelos novos investidores, observado o disposto no Artigo 37 ("Valor de Equalização").

Artigo 36 - Mora na Integralização. O Cotista que não cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de integralizar Cotas na forma e condições previstas neste Regulamento e no Compromisso de Investimento ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis* entre a data em que tal pagamento deveria ter sido feita e a data em que for efetivamente realizado, e de uma multa equivalente a 2% (dois por cento) sobre o débito corrigido, sendo facultado à Assembleia Geral de Cotistas, após a regularização da integralização por parte do Cotista, isentar o pagamento da multa e da atualização.

Parágrafo Primeiro. Caso o Cotista inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de integralizar Cotas, conforme estabelecido no Compromisso de Investimento, as Distribuições a que fizer jus serão utilizadas para compensação dos débitos existentes para com o Fundo (obrigação de integralização de Cotas, juros, e multa moratórios, sempre de forma proporcional) até o limite de seus débitos, dispondo o Administrador de todos os poderes para fazer tal compensação em nome do referido Cotista inadimplente, inclusive para integralizar Cotas com os recursos de tais Distribuições em seu nome, sem prejuízo da suspensão de seus direitos políticos, tal como previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 41.

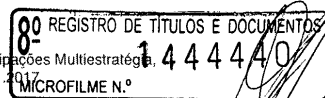
Parágrafo Segundo. Caso o atraso na integralização seja justificado pelo Cotista e tenha sido originado por motivos operacionais, o Administrador poderá, a seu exclusivo critério, isentar o Cotista das penalidades previstas neste Regulamento.

Artigo 37 – Taxa de Equalização no Ingresso, Saída e demais comissões. Será devida por aquele(s) novo(s) investidor(es) que vier(em) a subscrever Cotas após a Data do Primeiro Fechamento Feeder, uma taxa de ingresso (com efeito de equalização temporal dos Cotistas no Fundo), que corresponderá à subtração (a) do maior valor entre

- (i) a multiplicação do Capital Subscrito pelo novo investidor pela razão entre (x) o Valor do Capital Integralizado do Fundo atualizado pelo *Hurdle*, no período compreendido entre a Data de Início do Fundo e o mês anterior à data da subscrição das Cotas pelo novo investidor (*pro rata temporis* considerando os dias úteis entre tais datas, e terá como base um ano de 252 dias úteis) e o (y) total do Capital Subscrito do Fundo (antes da entrada do novo investidor); ou
- (ii) a multiplicação do Capital Subscrito pelo novo investidor pela razão entre (x) o valor justo do Capital Integralizado do Fundo (apurado conforme o valor patrimonial da cota de acordo Instrução CVM 579) e o (y) total do Capital Subscrito do Fundo (antes da entrada do novo Investidor); e

(b) o Valor de Equalização.

Parágrafo Primeiro. O Fundo, conforme acordado entre o Gestor e o Administrador, poderá amortizar aos Cotistas, de maneira *pro rata* ao respectivo Capital Subscrito por cada Cotista (incluindo o novo investidor), o Valor de Equalização acrescido da Taxa de Equalização no Ingresso, sendo que os valores restituídos aos Cotistas no limite do Valor de Equalização (ou seja, sem considerar a Taxa de Equalização no Ingresso) deverão



recompor o Capital Subscrito de cada Cotista, e poderão ser chamados novamente pelo Administrador, nos termos deste Regulamento.

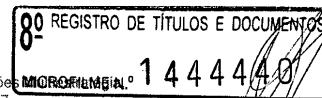
Parágrafo Segundo. Os subscritores de Cotas do Fundo estarão isentos do pagamento de taxa de saída ou qualquer comissão.

CAPÍTULO IX - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 38 - Matérias de Competência. Compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre:

- (i) as demonstrações contábeis do Fundo apresentadas pelo Administrador, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em até 180 (cento e oitenta) dias após o término do exercício social a que se referirem;
- (ii) alteração do Regulamento do Fundo;
- (iii) a destituição ou substituição do Administrador ou do Gestor sem Justa Causa e escolha de seus substitutos;
- (iv) a fusão, incorporação, cisão, transformação ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) a emissão de novas Cotas, exceto na hipótese prevista no inciso (ii) do Artigo 33;
- (vi) o aumento da Taxa de Administração e da Taxa de Performance;
- (vii) a alteração no Prazo de Duração do Fundo;
- (viii) a alteração do quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (ix) a ratificação da instalação e da indicação dos membros do Comitê de Acompanhamento, bem como sobre a alteração das disposições deste Regulamento aplicáveis à instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Acompanhamento ou de conselhos e/ou outros comitês que venham a ser criados pelo Fundo;
- (x) o requerimento de informações por parte de Cotistas, observado o Parágrafo Único do Artigo 20 deste Regulamento;
- (xi) a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação e de garantias reais, em nome do Fundo;
- (xii) a aprovação dos atos que configurarem potencial conflito de interesses entre o Fundo e o Administrador ou o Gestor, e entre o Fundo e qualquer Cotista ou grupo de Cotistas que detenham mais de 10% das cotas subscritas, inclusive em relação às hipóteses previstas nos Parágrafos





Quinto e Sexto do Artigo 47, ficando impedidos de votar na Assembleia Geral de Cotistas aqueles Cotistas envolvidos no conflito;

- (xiii) a ratificação da inclusão, neste Regulamento, de encargos não previstos no Artigo 45 da Instrução CVM 578/16, bem como o aumento dos limites máximos dos encargos previstos neste Regulamento;
- (xiv) a alteração da classificação prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 2º;
- (xv) o pagamento, pelo Fundo, de despesas não previstas neste Regulamento como encargos do Fundo;
- (xvi) alterações de termos, renúncia de direitos e transigências relativamente ao Compromisso de Investimento;
- (xvii) a prorrogação do Período de Investimentos;
- (xviii) a destituição ou substituição do Gestor com Justa Causa e escolha de seus substitutos;
- (xix) alterações na política de investimentos do Fundo;
- (xx) deliberar acerca da autorização prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 20; e
- (xxi) a alteração das formas de liquidação do Fundo previstas no Artigo 49.

Parágrafo Primeiro. Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas sempre que tal alteração:

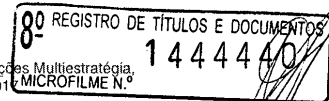
- (i) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências expressas da CVM, ou de adequação às normas legais ou regulamentares;
- (ii) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais do Administrador ou dos prestadores de serviços do Fundo, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone; e
- (iii) envolver redução da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance.

Parágrafo Segundo. As alterações referidas nos incisos (i) e (ii) do Parágrafo Primeiro deste Artigo devem ser comunicadas aos Cotistas, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data em que tiverem sido implementadas.

Parágrafo Terceiro. A alteração referida no inciso (iii) do Parágrafo Primeiro deste Artigo deve ser imediatamente comunicada aos Cotistas.

Artigo 39 - Forma de Convocação, Local e Periodicidade. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante correspondência escrita encaminhada pelo Administrador a cada Cotista, por meio de correio, correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que assegure haver o destinatário recebido a convocação.





Parágrafo Primeiro. Da convocação, realizada por qualquer meio previsto no *caput* deste Artigo, devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e, ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo Segundo. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deverá ser feita com, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data da realização da referida Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo Administrador por iniciativa própria ou por solicitação de Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas subscritas.

Parágrafo Quarto. A convocação por solicitação dos Cotistas, conforme disposto no Parágrafo Quarto deste Artigo, deve:

- (i) ser dirigida ao Administrador, que deve, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral de Cotistas às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral de Cotistas assim convocada deliberar em contrário; e
- (ii) conter eventuais documentos necessários ao exercício do direito de voto dos demais Cotistas.

Parágrafo Quinto. O Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, devem disponibilizar aos Cotistas todas as informações e documentos necessários ao exercício do direito de voto, na data de convocação da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Sexto. Independentemente da convocação prevista neste Artigo, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas à qual comparecerem todos os Cotistas.

Parágrafo Sétimo. As Assembleias Gerais de Cotistas serão realizadas, em regra, na sede do Administrador, e deverão ocorrer, no mínimo, uma vez por ano.

Artigo 40 - Quóruns de Instalação e Deliberação. Nas Assembleias Gerais de Cotistas, que podem ser instaladas com a presença de ao menos um Cotista, as deliberações são tomadas por maioria de votos das Cotas subscritas presentes, cabendo a cada Cota subscrita 1 (um) voto, observado, quanto ao quórum específico, o disposto nos Parágrafos Primeiro a Quarto abaixo.

Parágrafo Primeiro. Em relação às matérias dos incisos (ii), (iv), (v), (ix) e (xiv) do Artigo 38, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, metade das Cotas subscritas.

Parágrafo Segundo. Em relação às matérias dos incisos (vi), (xi), (xii), (xiii), (xviii) e (xx) do Artigo 38, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Cotas subscritas.



Parágrafo Terceiro. Em relação às matérias dos incisos (iii) e (xix) do Artigo 38, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Subscritas.

Parágrafo Quarto. Em relação à matéria do inciso (viii) do Artigo 38, as deliberações serão tomadas por Cotistas que sejam detentores de, no mínimo, metade das Cotas Subscritas ou pelo quórum exigido para deliberar sobre a matéria cujo quórum pretenda-se alterar, o que for maior.

Parágrafo Quinto. Os Cotistas que não participarem da Assembleia Geral de Cotistas, mas tiverem enviado voto por escrito no formato exigido pelo Administrador, serão considerados para fins do cômputo dos quóruns de instalação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 41 - Elegibilidade para Votar. Somente podem votar nas Assembleias Gerais de Cotistas, os Cotistas inscritos no registro de Cotistas na data da convocação, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro. Os Cotistas que tenham sido chamados a integralizar as Cotas subscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da Assembleia Geral de Cotistas não terão direito a voto e não poderão indicar membros ao Comitê de Acompanhamento.

Parágrafo Segundo. Não podem votar nas Assembleias Gerais de Cotistas e nem fazer parte do cômputo para fins de apuração do quórum de aprovação:

- (i) o Administrador ou o Gestor;
- (ii) os sócios, diretores e funcionários do Administrador ou do Gestor;
- (iii) empresas consideradas partes relacionadas ao Administrador ou ao Gestor, seus sócios, diretores e funcionários;
- (iv) os prestadores de serviços do Fundo, seus sócios, diretores e funcionários;
- (v) o Cotista cujo interesse seja conflitante com o do Fundo; e
- (vi) o Cotista, na hipótese de deliberação relativa a laudos de avaliação de bens de sua propriedade que concorram para a formação do patrimônio do Fundo

Parágrafo Terceiro. Não se aplica a vedação prevista no Parágrafo Segundo deste Artigo quando:

- (i) os únicos Cotistas do Fundo forem as pessoas mencionadas no Parágrafo Segundo deste Artigo; ou
- (ii) houver aquiescência expressa da maioria dos demais Cotistas, manifestada na própria Assembleia Geral de Cotistas, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à Assembleia Geral de Cotistas em que se dará a permissão de voto.

Parágrafo Quarto. O Cotista deve informar ao Administrador e aos demais Cotistas as circunstâncias que possam impedi-lo de exercer seu voto, nos termos do disposto no inciso (v) do Parágrafo Segundo deste Artigo, sem prejuízo do dever de diligência do Administrador e do Gestor em buscar identificar os Cotistas que estejam nessa situação.

Artigo 42 - Formalização das Deliberações. Dos trabalhos e das deliberações das Assembleias Gerais de Cotistas será lavrada, em livro próprio, ata assinada pelos Cotistas presentes, exceto por aqueles que tenham encaminhado voto escrito no formato exigido pelo Administrador.

Parágrafo Primeiro. O Administrador, a seu exclusivo critério, poderá estabelecer que certas decisões sejam tomadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos Cotistas, desde que da consulta constem todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

Parágrafo Segundo. A ausência de resposta, no prazo de 30 (trinta) dias, será considerada como não comparecimento por parte dos Cotistas.

Parágrafo Terceiro. O Gestor representará os Veículos de Investimento Feeder em toda e qualquer Assembleia Geral de Cotistas, sendo que, especificamente com relação às Matérias Qualificadas Master, os Veículos de Investimento Feeder e seus investidores, conforme o caso, terão direito a se reunir previamente para determinar o voto do Gestor com relação a tais Matérias Qualificadas Master, conforme disposto no Acordo de Coinvestimento e Voto.

CAPÍTULO X - ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 43 - Lista de Encargos. Constituem encargos do Fundo, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas pelo Administrador:

- (i) emolumentos, encargos com empréstimos e comissões pagos por operações do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive a Taxa de Fiscalização da CVM;
- (iii) registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na Instrução CVM 578/16;
- (iv) correspondências e demais documentos do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas, tais como despesas com confecção e trânsito, dentre outras;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria das demonstrações contábeis do Fundo;

- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos não coberta por apólice de seguro e não decorrente de culpa ou dolo do Administrador, e/ou do Gestor no exercício de suas respectivas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) inerentes à fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do Fundo, sem limitação de valor;
- (x) inerentes à realização de Assembleia Geral de Cotistas ou de outros comitês ou conselhos que venham a ser criados pelo Fundo (sendo certo que despesas inerentes a reuniões do Comitê de Acompanhamento serão arcadas pelos Veículos de Investimento Feeder que indicarem membros ao Comitê de Acompanhamento), sem limitação de valor;
- (xi) com liquidação, registro, negociação e custódia de operações com ativos, incluindo despesas de registro e manutenção de contas junto à B3, Selic, CBLC e/ou outras entidades análogas, devendo ser observado, especificamente no tocante à taxa de custódia, o limite máximo de 0,045% a.a. sobre o patrimônio líquido do Fundo, sem prejuízo do valor mínimo mensal estipulado no Compromisso de Investimento;
- (xii) contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, sem limitação de valor, exceto com relação às despesas previstas nos Parágrafos Terceiro, Quarto e Quinto deste Artigo;
- (xiii) relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos do Fundo;
- (xiv) contribuição anual devida às entidades autorreguladoras ou às entidades administradoras do mercado organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, bem como as despesas com a escrituração das Cotas do Fundo;
- (xv) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- (xvi) gastos da distribuição primária de cotas, bem como com seu registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários;
- (xvii) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado;
- (xviii) despesas inerentes à constituição do Fundo e/ou às ofertas de suas Cotas (tais como taxa de registro junto ao Código Abvcap/Anbima, taxa de abertura de conta e/ou registro de oferta de cotas junto à B3, remuneração

do agente autônomo e do distribuidor das Cotas, despesas com cartório, despesas com o registro da oferta de Cotas junto à CVM, despesas com advogados, viagens, hospedagem e alimentação, taxas de estruturação/implantação cobradas pelos prestadores de serviços do Fundo etc.), sem limitação de valor, sendo passíveis de reembolso ao Administrador e/ou ao Gestor apenas as despesas que tenham sido incorridas no prazo máximo de 1 (um) ano de antecedência da data de registro do Fundo junto à CVM e desde que devidamente comprovadas;

- (xix) remuneração do Administrador e do Gestor, nos termos previstos no Artigo 28 e no inciso (iii) do Parágrafo Quarto do Artigo 29; e
- (xx) despesas com a manutenção do registro do Fundo junto ao Código Abvcap/Anbima e sua respectiva base de dados.

Parágrafo Primeiro. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo deverão ser imputadas ao Gestor, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Segundo. O Fundo deverá sempre manter em caixa recursos suficientes para fazer frente à, no mínimo, 1 (um) ano de despesas, de acordo com estimativas feitas pelo Administrador e pelo Gestor.

Parágrafo Terceiro. As despesas com a contratação de terceiros responsáveis pela (1) realização de estudos de viabilidade técnica e financeira; (2) elaboração de relatório com parecer socioambiental para os fins previstos no Artigo 6º e seus parágrafos; (3) elaboração de plano de ação para acompanhamento e saneamento de contingências socioambientais identificadas nas Sociedades Investidas, nos termos do Artigo 6º e seus parágrafos; e (4) elaboração dos relatórios socioambientais periódicos, na forma do Artigo 6º e seus parágrafos, serão limitadas a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por exercício social.

Parágrafo Quarto. As despesas com a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de avaliação dos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo não terão limitação de valor.

Parágrafo Quinto. As despesas previstas no inciso (xii) deste Artigo, quando relativas à realização investimentos e desinvestimentos do Fundo, deverão observar o limite de 2% (dois por cento) do Capital Subscrito do Fundo.

CAPÍTULO XI - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Artigo 44 - Regramento Aplicável. As demonstrações contábeis do Fundo deverão ser elaboradas de acordo com as normas específicas baixadas pela CVM, em especial a Instrução CVM 579/16, devendo ser objeto de auditoria por auditor independente registrado na CVM ao encerramento de cada exercício social.

Parágrafo Único. O Fundo terá exercício social que se encerrará no último dia de fevereiro de cada ano.

Artigo 45 - Critérios de Contabilização. Para fins do disposto na Instrução CVM 579/16, o Fundo foi inicialmente enquadrado no conceito de Entidade de Investimento.

Parágrafo Primeiro. Os ativos de emissão das Sociedades Investidas deverão permanecer contabilizados a valor justo, o qual deverá ser anualmente mensurado por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis do Fundo, exceto na hipótese prevista no Parágrafo Quarto do Artigo 3º da Instrução CVM 579/16.

Parágrafo Segundo. A mensuração do valor justo será formalizada por meio de laudo de avaliação elaborado por auditores independentes ou analistas de valores mobiliários autorizados pela CVM, a serem contratados em nome do Fundo, sendo de responsabilidade do Gestor a validação do referido laudo antes de sua utilização para fins de contabilização dos ativos do Fundo.

Parágrafo Terceiro. Adicionalmente ao laudo previsto no Parágrafo Segundo deste Artigo, na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Quarto do Artigo 3º da Instrução CVM 579/16, o Gestor deverá encaminhar anualmente ao Administrador uma análise de *impairment* acerca dos ativos de emissão das Sociedades Investidas, indicando, quando for o caso, a necessidade de constituição de provisões.

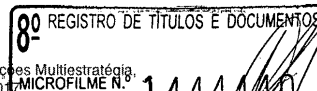
CAPÍTULO XII - INFORMAÇÕES PERIÓDICAS

Artigo 46 - O Administrador deverá enviar aos Cotistas, à entidade administradora de mercado organizado onde as Cotas estejam admitidas à negociação e à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as seguintes informações:

- (i) trimestralmente, em até 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as informações referidas no modelo do Anexo 46-I à Instrução CVM 578/16;
- (ii) semestralmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
- (iii) anualmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis auditadas, acompanhadas do relatório do auditor independente e do relatório do Administrador e Gestor a que se referem o inciso (iv) do Artigo 17 e o inciso (i) do Artigo 20.

Parágrafo Primeiro. A informação semestral de que trata o inciso (ii) do *caput* deste Artigo deve ser enviada à CVM com base no exercício social do Fundo.

Parágrafo Segundo. Além das disposições previstas neste Artigo, o Administrador e o Gestor também deverão observar a metodologia e a periodicidade que vierem a ser estabelecidas por deliberações emitidas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Código Abvcap/Anbima.



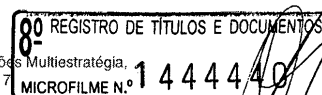
Parágrafo Terceiro. O Gestor deverá fornecer aos Cotistas, no mínimo uma vez por ano, atualizações de seus estudos e análises sobre cada uma das Sociedades Investidas, tal como exigido pelo inciso (iii) do Artigo 20, as quais deverão conter um detalhamento da performance histórica das Sociedades Investidas.

CAPÍTULO XIII - VEDAÇÕES

Artigo 47 - Vedações. É vedado ao Administrador e ao Gestor, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo:
 - (a) nos casos em que o Fundo obtenha apoio financeiro direto de Organismos de Fomento, caso em que este estará autorizado a contrair empréstimos diretamente dos Organismos de Fomento, limitados ao montante correspondente a 30% (trinta por cento) dos ativos do Fundo;
 - (b) nas modalidades estabelecidas pela CVM; ou
 - (c) para fazer frente ao inadimplemento de Cotistas que deixem de integralizar as suas Cotas subscritas.
- (iii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto se aprovado em Assembleia Geral de Cotistas;
- (iv) vender Cotas à prestação, salvo o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 20 da Instrução CVM 578/16;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (vi) aplicar recursos:
 - (a) na aquisição de bens imóveis;
 - (b) na aquisição de direitos creditórios, ressalvadas as hipóteses previstas no Artigo 4º ou caso os direitos creditórios sejam emitidos por Sociedades Investidas do Fundo;
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão; e
 - (d) na aquisição de títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.
- (vii) utilizar recursos do Fundo para pagamento de seguro contra perdas financeiras de Cotistas;
- (viii) praticar qualquer ato de liberalidade; e
- (ix) praticar as operações denominadas *day-trade*.





Parágrafo Primeiro. O exercício da faculdade prevista na alínea "a" do inciso (ii) do *caput* deste Artigo somente será permitido após a obtenção do compromisso formal de apoio financeiro de Organismos de Fomento, que importe na realização de investimentos ou na concessão de financiamentos em favor do Fundo.

Parágrafo Segundo. A contratação de empréstimos referida na alínea "c" do inciso (ii) do *caput* deste Artigo só pode ocorrer no valor equivalente ao estritamente necessário para assegurar o cumprimento de compromisso de investimento previamente assumido pelo Fundo.

Parágrafo Terceiro. É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações não gerarem exposição superior a uma vez o patrimônio líquido do Fundo e cumpram com algum dos requisitos abaixo:

- (i) forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial; ou
- (ii) envolverem opções de compra ou venda de ações das Sociedades Investidas com o propósito de:
 - (a) ajustar o preço de aquisição da Sociedade Investida com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou
 - (b) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Parágrafo Quarto. É vedada ao Fundo a aplicação em cotas de fundos de investimento em participações que invistam, direta ou indiretamente, no Fundo.

Parágrafo Quinto. Salvo aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em títulos e valores mobiliários emitidos por Sociedades Alvo das quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor, os membros do Comitê de Acompanhamento, de conselhos ou outros comitês que venham a ser criados pelo Fundo e Cotistas titulares de Cotas representativas de 5% (cinco por cento) do patrimônio do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total; e
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:
 - (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Sociedade Alvo emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.



Parágrafo Sexto. Salvo aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso (i) do Parágrafo Quinto deste Artigo, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor.

Parágrafo Sétimo. O disposto no Parágrafo Sexto deste Artigo não se aplica quando o Administrador ou Gestor atuarem:

- (i) como administrador ou gestor de fundos investidos ou na condição de contraparte do Fundo, com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo; e
- (ii) nas hipóteses previstas no inciso (ii) do Parágrafo Segundo do Artigo 44 da Instrução CVM 578/16.

CAPÍTULO XIV - LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 48 - Hipóteses de Liquidação. O Fundo deverá ser liquidado quando do término de seu Prazo de Duração, exceto se (i) a Assembleia Geral de Cotistas vier a deliberar por sua liquidação antecipada ou (ii) na hipótese prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 18.

Artigo 49 - Formas de Liquidação. A negociação dos bens e ativos do Fundo será feita pelo Gestor por meio de uma das estratégias de desinvestimento a seguir:

- (i) venda em bolsa de valores, mercado de balcão organizado, mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, conforme o tipo de ativo, observado o disposto na legislação aplicável;
- (ii) exercício, em bolsa de valores, mercado de balcão organizado, mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, de opções de venda, negociadas pelo Gestor quando da realização dos investimentos; ou
- (iii) caso não seja possível adotar os procedimentos em (i) e (ii), dação em pagamento dos bens e ativos do Fundo como forma de pagamento da amortização e/ou do resgate das Cotas.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese prevista no inciso (iii) do *caput* deste Artigo, será convocada Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os critérios detalhados e específicos para utilização desse procedimento.

Parágrafo Segundo. Em qualquer caso, a liquidação dos bens e ativos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

CAPÍTULO XV - DISPOSIÇÕES GERAIS

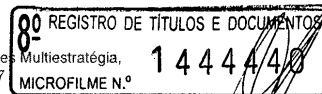
Artigo 50 - Sucessão dos Cotistas. Em caso de morte ou incapacidade de Cotista, o representante do espólio ou do incapaz exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o Administrador, que cabiam ao *de cujus* ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

Artigo 51 - Negociação das Cotas. As Cotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação em mercado de bolsa ou balcão organizado, a critério do Administrador, sendo também permitidas negociações privadas das Cotas entre investidores, observado o disposto no Artigo 52.

Parágrafo Único. Os adquirentes das Cotas que ainda não sejam Cotistas deverão igualmente preencher o conceito de Investidor Profissional, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Cotistas.

Artigo 52 - Direitos de Preferência. O Cotista que desejar ceder e transferir suas Cotas ("Cotas Oferecidas"), no todo ou em parte, seja a que título for, estará obrigado a oferecê-las, por intermédio do Administrador, primeiramente aos demais Cotistas do Fundo, observado o disposto nos incisos a seguir:

- (i) qualquer dos Cotistas do Fundo tem preferência para adquirir as Cotas Oferecidas, sendo que para tanto o Administrador, após receber notícia do Cotista cedente sobre tal intenção, indicará por escrito a todos os demais Cotistas a quantidade de Cotas Oferecidas, o preço por Cota Oferecida, as condições e prazos de pagamento e, se houver, o nome e qualificação completa do interessado ("Condições da Oferta");
- (ii) cada Cotista adimplente com suas obrigações terá direito de preferência sobre o número de Cotas Oferecidas proporcional à sua participação sobre o total das Cotas, consideradas apenas suas Cotas já integralizadas e excluídas as Cotas detidas pelo Cotista cedente, bem como terá direito de preferência às eventuais sobras de Cotas Oferecidas, na forma dos incisos (iii) e (iv) abaixo;
- (iii) em um prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos contados do envio mencionado no inciso (i) anterior, os Cotistas poderão exercer o seu direito de preferência mediante comunicação por escrito ao Administrador, manifestando também, se for o caso, seu interesse por eventuais sobras de Cotas Oferecidas que excedam a proporção de sua participação no Fundo;
- (iv) caso existam sobras de Cotas Oferecidas, em relação às quais não se tenha exercido o direito de preferência na forma dos incisos anteriores, o Administrador deverá comunicar este fato aos demais Cotistas que tenham manifestado interesse pelas sobras, por meio de carta a ser enviada em 5 (cinco) dias úteis após o término do prazo referido no inciso (iii) acima, de



forma que tais Cotistas possam efetuar a aquisição das sobras mediante o pagamento do preço respectivo;

- (v) somente após esgotados os procedimentos acima descritos, poderá o Cotista ceder e transferir as Cotas Oferecidas sobre as quais não se tenha exercido o direito de preferência, desde que:
 - (a) tal transferência seja realizada, segundo as mesmas Condições da Oferta, no período subsequente de 90 (noventa) dias corridos após o término do período de 5 (cinco) dias úteis previsto no inciso (iv) acima;
 - (b) o novo Cotista tenha firmado um Compromisso de Investimento; e
 - (c) o novo Cotista preencha e cumpra as condições estabelecidas no Parágrafo Único do Artigo 51 deste Regulamento.
- (vi) qualquer Cotista apenas poderá dar em penhor ou alienar fiduciariamente ou de outra forma gravar suas Cotas mediante aprovação de todos os demais Cotistas.

Parágrafo Único. O direito de preferência descrito neste Artigo não se aplica às hipóteses de transferências decorrentes de reorganização societária e/ou patrimonial do Cotista em questão, desde que, cumulativamente (a) as Cotas do Fundo, ou o novo veículo de investimento, sejam integralmente detidos pelos mesmos beneficiários finais do referido Cotista ou por parentes até o 2º grau dos beneficiários finais do referido Cotista; e (b) tal transferência não seja realizada para fins de ceder a terceiro, a qualquer título, direta ou indiretamente e a qualquer tempo, as Cotas do Fundo.

Artigo 53 - Sigilo e Confidencialidade. Os Cotistas deverão manter as informações relativas ao Fundo sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo:

- (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e/ou do Gestor, conforme o caso; ou
- (ii) se obrigado por ordem judicial e/ou administrativa expressa, inclusive, da CVM, sendo que nesta última hipótese, o Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, deverá ser informado por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

Artigo 54 - Conflito de Interesses. No momento da constituição do Fundo não foram identificadas situações que pudessem ser caracterizadas como conflitos de interesses.

Parágrafo Único. A despeito do disposto no *caput* deste Artigo, o Administrador e o Gestor deverão manter os Cotistas atualizados acerca de situações que surjam nas quais haja potencial conflito de interesses.

Artigo 55 - Arbitragem e Foro. O Administrador, o Gestor, o Fundo, os membros do Comitê de Investimento e os Cotistas, inclusive seus sucessores a qualquer título, se



obrigam a submeter à arbitragem toda e qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Regulamento, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo e que não possam ser solucionadas amigavelmente pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Fundo e pelos Cotistas dentro de um prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após a notificação da parte envolvida na controvérsia. Independentemente do prazo previsto acima, qualquer das partes nomeadas neste Artigo poderão submeter qualquer disputa à arbitragem.

Parágrafo Primeiro. O tribunal arbitral terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o idioma será o Português e obedecerá às normas estabelecidas no regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM" e "Regulamento de Arbitragem", respectivamente), vigentes à época da solução do litígio.

Parágrafo Segundo. O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, devendo a(s) parte(s) requerente(s) nomear 1 (um) árbitro de sua confiança e a(s) requerida(s) nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá o tribunal arbitral, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. O árbitro escolhido pela parte requerente deverá ser nomeado no requerimento de arbitragem; o árbitro escolhido pela parte requerida deverá ser nomeado na resposta ao requerimento de arbitragem e o terceiro árbitro deverá ser nomeado no prazo de 5 (cinco) dias contados da aceitação do árbitro da parte requerida. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os 2 (dois) árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro nos termos do Regulamento, as nomeações faltantes serão feitas pelo presidente da CAM. Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo três ou mais partes que não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as partes, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas partes da última notificação da CAM nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da CAM. Caso as partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, que designará um deles para atuar como presidente.

Parágrafo Terceiro. Cada parte pagará a sua parte das despesas da arbitragem ao longo do curso da arbitragem, na forma do Regulamento de Arbitragem. Na sentença arbitral, o tribunal deverá determinar se as despesas incorridas pelas partes envolvidas nos procedimentos de arbitragem instalados em conformidade com o caput deste artigo deverão ser pagas pela parte vencida, conforme proporção determinada na sentença arbitral.

Parágrafo Quarto. Qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo título executivo judicial vinculante, obrigando as partes da arbitragem a cumprir o determinado na decisão arbitral, independentemente de execução judicial.

Parágrafo Quinto. Em face da presente cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida:

- (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do mesmo ao juiz estatal competente, ou

- (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro eleito conforme o Parágrafo Sexto abaixo.

Parágrafo Sexto. O requerimento de tutela de urgência antecedente à instituição de arbitragem, bem como ações de cumprimento de sentença arbitral poderão ser pleiteadas e propostas, à escolha do interessado, na comarca onde estejam o domicílio ou os bens da(s) parte(s) requerida(s), ou na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Para quaisquer outras medidas judiciais autorizadas pela Lei nº 9.307/96, fica eleita exclusivamente a comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O requerimento de qualquer medida judicial autorizada pela Lei nº 9.307/96 não será considerado uma renúncia aos direitos previstos neste artigo ou à arbitragem.

Parágrafo Sétimo. A CAM (se antes da assinatura do Termo de Arbitragem) e o tribunal arbitral (se após a assinatura do Termo de Arbitragem) poderão, mediante requerimento de uma das partes das arbitragens, consolidar procedimentos arbitrais simultâneos envolvendo quaisquer das partes mencionadas no Artigo 55, acima, ainda que nem todas sejam parte de ambos os procedimentos, e este Regulamento e/ou outros instrumentos relacionados e firmados pelas partes mencionadas no Artigo 55, acima, e/ou por seus sucessores a qualquer título, desde que (a) as cláusulas compromissórias sejam compatíveis; e (b) não haja prejuízo injustificável a uma das partes das arbitragens consolidadas. Neste caso, a jurisdição para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído e sua decisão será vinculante a todas as partes das arbitragens consolidadas.

São Paulo, 06 de novembro de 2017.

LIONS TRUST ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Coordenador Líder

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, São Paulo - SP

Administrador

LIONS TRUST ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, 19º andar, São Paulo - SP

Gestor

KINEA PRIVATE EQUITY INVESTIMENTOS S.A.

Endereço: Rua Minas de Prata, nº 30, 4º andar, São Paulo - SP